



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CEARÁ
CENTRO DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
DOUTORADO EM EDUCAÇÃO**

LISE MARY SOARES SOUZA

**CAMINHO DE FORMAÇÃO PARA A VIDA: ENSINANDO E APRENDENDO COM
OS EGRESSOS DO SISTEMA PENITENCIÁRIO**

**FORTALEZA – CEARÁ
2019**

LISE MARY SOARES SOUZA

CAMINHO DE FORMAÇÃO PARA A VIDA: ENSINANDO E APRENDENDO COM
OS EGRESSOS DO SISTEMA PENITENCIÁRIO

Tese apresentada ao Curso de Doutorado em Educação do Programa de Pós-Graduação em Educação do Centro de Educação da Universidade Estadual do Ceará como requisito parcial à obtenção do título de doutora em Educação. Área de concentração: Formação de Professores.
Formação de Professores.
Orientadora: Prof. Dra. Ruth de Paula Gonçalves

FORTALEZA-CEARÁ

2019

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação

Universidade Estadual do Ceará

Sistema de Bibliotecas

Souza, Lise Mary Soares .
Caminho de formação para a vida: ensinando e aprendendo com os egressos do sistema penitenciário [recurso eletrônico] / Lise Mary Soares Souza. - 2019 .

1 CD-ROM: il.; 4 ¼ pol.

CD-ROM contendo o arquivo no formato PDF do trabalho acadêmico com 161 folhas, acondicionado em caixa de DVD Slim (19 x 14 cm x 7 mm).

Tese (doutorado) - Universidade Estadual do Ceará, Centro de Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação, Fortaleza, 2019 .

Área de concentração: Formação de Professores..

Orientação: Prof.^a Dra. Ruth de Paula Gonçalves.

1. Educação. 2. Trabalho. Direito. 3. Egressos. 4. Emancipação Humana. I. Título.

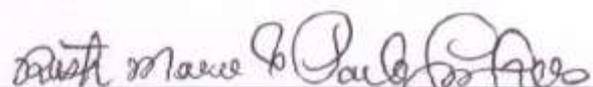
LISE MARY SOARES SOUZA

CAMINHO DE FORMAÇÃO PARA A VIDA: ENSINANDO E APRENDENDO COM OS
EGRESSOS DO SISTEMA PENITENCIÁRIO

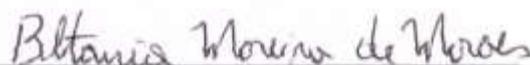
Tese apresentada ao Curso de Doutorado em Educação do Programa de Pós-Graduação em Educação do Centro de Educação da Universidade Estadual do Ceará, como requisito parcial para a obtenção do título de Doutora em Educação. Área de Concentração: Formação de Professores.

Aprovada em: 28 de fevereiro de 2019.

BANCA EXAMINADORA



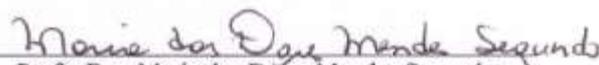
Profa. Dra. Ruth Maria de Paula Gonçalves (Orientadora)
Universidade Estadual do Ceará – PPGE/UECE



Profa. Dra. Betânea Moreira de Moraes
Universidade Estadual do Ceará – UECE



Prof. Dr. Valdemanin Coelho Gomes
Universidade Federal do Ceará – UFC



Profa. Dra. Maria das Dóres Mendes Segundo
Universidade Estadual do Ceará – UECE



Profa. Dra. Mônica Duarte Cavalcante
Universidade Estadual do Ceará – UECE

Dedico esse trabalho aos meus queridos pais José Maria Rodrigues Souza e Lucia Soares Souza, pelo porto seguro, pelo afeto, amizade e pelo amor que sempre encontrei em todos os momentos da minha vida. Gratidão por iluminarem sempre o meu caminho.

AGRADECIMENTOS

À professora Dra. Ruth Maria de Paula Gonçalves pela orientação prestada, por seu incentivo e disponibilidade, me convocando sempre a pensar sem amarras. Obrigada pelo apoio e por tornar esse percurso leve e acolhedor.

A professora Dra. Monica Duarte Cavaignac por todos os momentos de crescimento, aprendizado, apoio e amizade que me trazem sempre muito enriquecimento pessoal.

À Professora Dra. Betânea Moreira de Moraes pela presença marcante em minha vida, dando-me a honra de ser partícipe comigo desse momento tão especial e pelas preciosas sugestões que me foram dadas para a execução desse trabalho.

Ao professor Dr. Mário pela gentileza de participar da banca examinadora e pelas recomendações tão atenciosas, revolucionárias e decisivas que me fez na qualificação;

À Professora Dra. Maria das Dores Mendes Segundo, pela gentileza e prontidão em ter aceitado o convite para participar da banca examinadora e por todos os ensinamentos aprendidos em minha trajetória doutoral.

À professora. Dra. Liana Brito de Castro Araújo pela gentileza de ter aceitado o convite para participar da banca examinadora e por todos os momentos compartilhados em nossos encontros pela UECE. Eles são sempre muito prazerosos, pois trocamos vida.

À professora Dra. Francisca Rejane Bezerra Andrade, pela gentileza de ter aceitado o convite para participar da banca examinadora e pelo aprendizado significativo que recebi. Obrigada por apostar nessa tese.

A todos os professores do Curso de Doutorado em Educação da UECE, pelo aprendizado e dedicação para conosco. Meu especial agradecimento á Jonelma e Rosangela pelo excelente trabalho junto aos alunos do PPGE.

Ao meu querido filho Paulo Cirylo Souza Barbosa agradeço por inspirar-me a não desistir nunca.

Meus agradecimentos à Sharon por tudo de bom que ela tem trazido em nossas vidas.

Às minhas queridas irmãs Ercília Maria, Denise Helena e Karla Cristina por ensinarem desde cedo a brincar, cantar, dançar e amar e sobre as artes do convi
Minhas irmãs queridas eu amo vocês.

À minha querida tia Nubia Lima Soares por sua bondade e generosidade sempre, por partilhar comigo desse sonho e pela amizade;

Aos queridos amigos que fazem a Instituição O CAMINHO por todo o aprendizado que recebi, dentre eles em especial a Dra. Elza Maria Holanda Costa, Gilcleide Maria de Souza Moraes e Wilton Matos.

À Maria Leonete de Lima, Luiza de Marillac Nunes de Andrade, Maria Bernadete Nunes de Andrade, Elisabeth Nunes de Barros e Franciane de Freitas Candeia. por toda a crença, esperança, alegria e fé que me transmitiram e com quem aprendo todos os dias a ser melhor como pessoa. Vocês me fazem crer que nada é impossível. Agradeço por terem apostado nessa pesquisa, confiarem e abrirem o espaço para que eu pudesse realiza-la no Caminho;

Aos caminheiros e presidiários pela confiança e gentileza em contribuírem com essa pesquisa, por tudo o que aprendi com vocês nessa caminhada e por se disponibilizarem a contar-me um pouco de suas vidas;

À minha querida amiga Jaqueline parceira de doutorado, pela amizade, por compartilhar todos os sonhos, desejos, as venturas e desventuras dessa tese e por me mostrar a capacidade e ir além. Sinto-me honrada por sua amizade.

Aos meus queridos amigos Januário Máximo Junior, Mirleno Monteiro e Liduina Marinho que conheci nessa trajetória doutoral, e com quem partilhei o broto daquilo que veio a ser esse trabalho. Nossas conversas, passeios, encontros junto à natureza e tantos momentos preciosos foram fundamentais para tornar mais leve a minha caminhada. Sou grata pela crença nas minhas loucuras.

Meus agradecimentos a Rocemilda Alves Ramos pelo apoio incondicional que deu a esse trabalho doutoral e pelo afeto que nos une.

Estendo meus agradecimentos à professora Dra. Tereza Esmeraldo por nos mantermos fiéis na amizade desde a juventude.

Meus agradecimentos à Pro-Reitoria de Políticas Estudantis na pessoa do Prof. Dr. Emerson Mariano da Silva, pelo apoio e incentivo para a realização desse trabalho.

À Celia Lima de Sena quero expressar o meu muito obrigada pela forma amiga e generosa com que me acolheu e sempre me incentivou nos momentos de construção desse trabalho.

À minha querida prima Hulda Sena, pelo estímulo sentido após cada conve fazendo-me acreditar que tudo iria dar certo e por apostar em todos os m “projetos”.

À minha querida prima Marcia Sena, por me trazer a alegria, esperança e amizade em momentos cruciais de minha vida.

À minha querida amiga Neide Bezerra e Deuzimarzinho, pela torcida, por sua generosidade, por ouvir meus escritos, e acompanhar-me muitas vezes em silêncio, nos momentos da escrita desse trabalho. Muito me honra a sua amizade.

À minha querida prima Irysmar Sena, pelos momentos de escuta e apoio.

À minha querida amiga Denise Gurgel, pela parceria, encorajamento, pelos papos infinitos das manhãs e cafés da tarde, fazendo refletir e aprender sobre como atravessar as grandes águas e chegar ao remanso;

À minha querida amiga Eliana Barroso pelas palavras tão encorajadoras e firmes que recebi e pela sua amizade;

À minha querida amiga Olga Di Dio, pelo apoio incondicional e pela irmandade que nos une;

Ao amigo e professor Sergio Rocha, por compartilhar horas, sonhos e planos em francês. Obrigada por contribuir com o meu trabalho.

Aos amigos e colegas de trabalho Ana Débora Almeida Quezado, Valdir Barbosa Lima Neto e Eduardo Almeida Quezado Fernandes pelo apoio incondicional que me deram, ao longo dessa jornada em nossos incontáveis colóquios sobre a vida;

Aos meus alunos do curso de Psicologia da UECE, pela torcida, pelo grande apoio e pelos olhos brilhantes que sempre me motivam no ofício de ensinar;

Aos meus queridos, Eros, Zeus, Niny, Belinha, Cooke, Madrugada, Athos, Porthus, Aramis, Mel, Maria Fulô, Peteleco, Yoyô e Yaya e quem mais chegar, que me ensinam a compreender as formas de expressão sutis da natureza.

À Mão que me guia e dá sentido a toda a minha existência

“ O Acaso em minha experiência pessoal chama-se Deus. Esse Acaso joga fios, teias e trama de encontros e acontecimentos em várias direções, no emaranhado da VIDA; reúne depois cada ponto compondo um "grande bordado" trabalhado por várias mãos. E assim a VIDA é colorida pela esperança dos que teimam em sonhar e recomeçam a cada novo Sol”

"O Acaso vai me proteger enquanto eu andar distraída..."

(L. Marilac Nunes de Andrade)

RESUMO

O texto desse trabalho está alicerçado na contemporaneidade, caracterizada pelas contradições oriundas do modo capitalista de produção, que impõe às pessoas que atravessadas pelo crime, cumprem penas em presídios e depois retornam ao convívio social. Conhecer se seria possível encontrar alternativas para pessoas que permanecem encarceradas por um período de tempo e vislumbram retornar ao convívio social, evitando as reincidências e um reposicionamento como sujeitos críticos, capazes de contribuir para a emancipação da sociedade foi o que motivou a realização da presente tese. A pesquisa se realizou na Associação Beneficente São João Eudes - ASBEJE – O CAMINHO que desenvolve um projeto intitulado TEMPO DE SER CAMINHEIRO: CAMINHO DE FORMAÇÃO PARA A VIDA – CONQUISTANDO A LIBERDADE, na perspectiva da formação humana integral, com os egressos do sistema penal. A tese se propôs a analisar se as experiências educativas de aprender e ensinar, presentes no cotidiano desse trabalho do Caminho tem caráter emancipatório, uma vez que buscam contribuir para a ampliação das visões sobre o trabalho, a educação e a própria vida dos caminheiros, em uma perspectiva crítica e comprometida socialmente. A pesquisa utilizou as categorias fundamentadas do materialismo histórico e dialético cujas especificidades foram se construindo ao longo do processo, de forma conjunta, pela interação entre a pesquisadora e membros das situações ali vivenciadas. Partindo-se da realidade concreta, os referenciais teóricos foram se constituindo pelas lentes da teoria marxiana, balizados pela perspectiva ontológica de György Lukács, envolvendo os estudos sobre reprodução social, ontologia do ser social, trabalho e os complexos da educação, da linguagem e do direito, que serão apresentados no primeiro capítulo. Efetuou-se o estudo à luz da crítica marxista do Estado Democrático de Direito Penal, da criminologia e da crise estrutural do capital visando compreender o contexto da realidade carcerária vivenciada pelos egressos do sistema penitenciário, que consta do segundo capítulo da presente tese. As experiências de aprender e ensinar vivenciadas no PROJETO TEMPO DE SER CAMINHEIRO: CAMINHO DE FORMAÇÃO PARA A VIDA – CONQUISTANDO A LIBERDADE, serão objeto de análise no terceiro capítulo desse documento. A pesquisa revelou ser esta uma experiência radical, no modo como articula, organiza, reflete e age através de atividades educativas emancipatórias pois aproveita os espaços contraditórios

inerentes à sociabilidade capitalista, visando contribuir para que o egresso emergja como sujeito e se articule a outras lutas pela emancipação da sociedade.

Palavras-chave: Educação. Trabalho. Direito. Egressos. Emancipação Humana.

ABSTRACT

The scene of this work is based on contemporaneity, characterized by the contradictions originating from the capitalist mode of production, which imposes on the people who cross the line of crime to serve sentences in prisons and then return to life in society. Knowing if it would be possible to find alternatives for people who remain imprisoned for a period of time and envision returning to social contact, avoiding recidivism and seeking repositioning as critical subjects, capable of contributing to the emancipation of society was the reason for this thesis. The research was carried out at the São João Eudes Beneficent Association - ASBEJE - THE PATH that develops a project entitled TIME TO BE A WALKER: THE PATH OF TRAINING FOR LIFE - CONQUERING FREEDOM, from the perspective of integral human formation, with former inmates of the penal system. The thesis aimed to analyze if the learning and teaching educational experiences in the daily life of the project have an emancipatory nature, since they seek to contribute to the expansion of the visions about work, education and the life of the walkers themselves, in a critical and socially committed perspective. The research used the categories of historical and dialectical materialism whose specificities were built throughout the process, jointly, through the interaction between the researcher and members of the situations experienced there. Starting from the concrete reality, the theoretical references were constituted by the lenses of the Marxian theory, marked by the ontological perspective of György Lukács, involving the studies on social reproduction, ontology of the social being, work and the complexes of education, language and which will be presented in the first chapter. The study was carried out in the light of the Marxist critique of the Democratic State of Criminal Law, of criminology and of the structural crisis of capital, in order to understand the context of the prisoners' reality experienced by former inmates, present in the second chapter of this thesis. The learning and teaching experiences in project TIME TO BE A WALKER: THE WAY OF TRAINING FOR LIFE - CONQUERING FREEDOM, will be analyzed in the third chapter of this document. Research has revealed this is a radical experience in the way it articulates, organizes, reflects and acts through emancipatory educational activities once it takes advantage of the contradictory spaces inherent to capitalist sociability to contribute to the former inmate as a subject and to articulate with other struggles for the emancipation of society.

Keywords: Education. Workplace. Law. Former inmates. Human Emancipation.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	14
1.1	ENTRANDO NA MATA: O COMEÇO DE TUDO.....	17
1.2	NOSSOS ANCESTRAIS SEMPRE OLHARAM AS ESTRELAS - AS APROXIMAÇÕES COM O CAMINHO.....	17
1.3	OLHEM PARA A ESTRELA QUE O DEDO APONTA E NÃO PARA O DEDO QUE APONTA À ESTRELA: OS OBJETIVOS DA INVESTIGAÇÃO	25
1.4	OS SHERPAS E O PERCURSO METODOLÓGICO.....	27
1.4.1	Os Sujeitos da Pesquisa.....	32
1.4.2	O Percurso Metodológico.....	33
1.4.3	As Categorias Fundamentais.....	36
2	APRESENTAÇÃO DA TESE.....	40
2.1	SER SOCIAL, TRABALHO E A REPRODUÇÃO SOCIAL.....	42
2.1.1	Reprodução Social: a expansão da vida.....	42
2.2	O TRABALHO E A CONSTRUÇÃO DO MUNDO DOS HOMENS.....	47
2.3	OS COMPLEXOS DA SOCIABILIDADE E DA LINGUAGEM: LAÇOS SOCIAIS NO MUNDO DOS HOMENS.....	57
2.4	O COMPLEXO DO DIREITO NA SOCIEDADE DE CLASSES: UM DIREITO DE CLASSE.....	66
2.5	O PAPEL DO COMPLEXO DA EDUCAÇÃO NO PROCESSO DE TORNAR-SE HOMEM DO HOMEM	68
2.6	SER SOCIAL: BASES ONTOLÓGICAS E SUAS DETERMINAÇÕES SOB A SOCIABILIDADE DO CAPITAL.....	75
3	ESTADO DEMOCRÁTICO DE DIREITO PENAL, CRIMINOLOGIA E A CRISE ESTRUTURAL DO CAPITAL: UM EXAME À LUZ DA CRÍTICA MARXISTA.....	86
3.1	O ESTADO DEMOCRÁTICO DE DIREITO PENAL.....	86
3.2	A CRIMINALIDADE, O CRIME E O CRIMINOSO.....	98
3.3	A REALIDADE CARCERÁRIA.....	103
4	PISANDO EM SOLO FÉRTIL: A EXPERIÊNCIA DE ENSINAR E APRENDER COM OS EGRESSOS DO SISTEMA PENAL.....	118

4.1	O SOLO ONDE SE GESTA A EXPERIÊNCIA DO CAMINHO.....	118
4.2	O PROJETO TEMPO DE SER CAMINHEIRO: CAMINHO DE FORMAÇÃO PARA A VIDA – CONQUISTANDO A LIBERDADE.....	123
4.3	O AVESSO DO BORDADO - DESVELANDO OS TRAÇOS, FIOS E TEIAS DO CAMINHO.....	127
4.3.1	As Teias e Tramas do Caminho: ouvir o inaudível e ver o invisível.....	129
4.3.2	Todos Juntos e misturados: Agroflorestando o Caminho.....	136
4.3.3	As Sementes dormidas preparam-se para renascer: As experiências com a Casa de Sementes.....	140
4.3.4	Um Viveiro De Transformações.....	144
5	CONCLUSÃO.....	151
	REFERENCIAS.....	156
	APENDICE.....	162
	APENDICE A - ROTEIRO DE ENTREVISTA.....	163

1 INTRODUÇÃO

1.1 ENTRANDO NA MATA: O COMEÇO DE TUDO

Encontrar alternativas para pessoas que permaneceram encarceradas por um período de tempo e vislumbram retornar ao convívio social, foi um desejo acalentado por mim, há muitos anos. Desejo esse, no princípio, não tão depurado assim, mas com inúmeras razões. Desde o tempo em que era acadêmica do curso de serviço social, tive a curiosidade de entender qual era a dinâmica que se processava intramuros do sistema penitenciário e suas consequências sociais.

Na sequência, já como psicóloga, tive a oportunidade de realizar escutas clínicas com sujeitos que cruzaram as veredas do crime e de coordenar um projeto de extensão na Universidade Estadual do Ceará junto a uma instituição privada, cujo objetivo era implantar e implementar um plano integrado de desenvolvimento das competências relacionais, comportamentais e sociais dos egressos do sistema penitenciário em regime semiaberto.

Tanto na escuta clínica, quanto no trabalho que desenvolvi com os meus alunos no referido projeto, logo percebi que complexo era o desafio da ressocialização, dentro da lógica excludente do modelo capitalista de produção, permeado pela violência como expressão das contradições, pela institucionalização do preso e seu processo de aculturação à cadeia, bem como pelo entendimento de que o tempo de cumprimento da pena no cárcere não poderia por si fazê-lo retornar ao convívio com a sociedade.

Esse desejo instigou-me a concorrer ao doutorado em educação, submetendo um projeto que visava estudar se havia alternativas efetivas para aqueles que permaneciam encarcerados durante tanto tempo e se tais iniciativas poderiam contribuir para provocar algum tipo de inserção social diferente daquela estabelecida pelo crime e pela violência.

Aprovada no certame doutoral, os dois primeiros anos foram de muitas descobertas. Além das disciplinas obrigatórias, em conjunto com a minha orientadora, tomamos a decisão de que eu deveria observar o campo de estudo objeto de minha investigação. Havia uma urgência por depurar, desvelar, compreender a problemática escolhida, os seus desdobramentos e as interligações com a temática da educação.

Percebi logo de início, que era necessária uma consistente imersão na pesquisa, na experimentação do que era novo e desconhecido. Minha experiência de investigação caracterizou-se como uma prática que procurou acolher o inesperado e estabelecer reflexões permanentes sobre o que via, ouvia e sentia.

Senti necessidade de aproximar-me mais da realidade objeto de estudo, uma vez que pouco sabia de forma mais aprofundada acerca dessa temática. O que tinha era uma grande curiosidade e um profundo interesse por aquilo que me era estranho e por que não dizer intrigante.

Efetivamente, não poderia realizar somente as leituras. Precisava ver como se apresentava o campo que estaria por ser revelado. Visando, portanto, aproximar-me da realidade objeto da minha pesquisa doutoral, realizei em paralelo ao estudo documental, uma série de visitas exploratórias iniciais em presídios masculinos da região metropolitana de Fortaleza. Nessa ocasião, pude ter contato direto com os presidiários em suas celas, participar de reunião com a Diretoria e corpo gestor de algumas penitenciárias, realizar entrevistas informais com agentes penitenciários, advogados e presos. Busquei realizar ainda uma escuta ativa e o instrumento de investigação foi a observação empírica. Tais visitas foram fundamentais para a definição do objeto de pesquisa.

As diversas rebeliões vivenciadas nos presídios de Fortaleza, ao longo do ano de 2016 provocando morte de presos, corpos carbonizados, pavilhões destruídos, associada à greve dos agentes penitenciários provocaram o agravamento da situação, tão frequente no sistema carcerário e me impediram de continuar a investigação intramuros dos presídios.

Minha intuição guiou-me para a ampliação da realidade objeto de estudo. Passei então a pensar na hipótese de vislumbrar se havia algum lugar em Fortaleza que acolhesse presidiários em regime semiaberto e aberto, portanto, em processo de “retorno” ao convívio social.

À época, eu havia adquirido um especial interesse por hortas em apartamento e estava fazendo alguns cursos de jardinagem, quando um dos meus professores me avisou que haveria um curso de agrofloresta, em Fortaleza, em uma Associação chamada ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE SÃO JOÃO EUDES – ASBEJE, mais conhecida como Casa do Caminho que ficava localizada no Condomínio Espiritual Uirapuru.

A agrofloresta é um sistema que reúne diversas culturas, em um agrupamento relativo ao plantio de alimentos em consórcio com a plantação de mudas de árvores de floresta. Iniciada em julho de 2016 no Caminho, a atividade estava sendo implantada numa área de 456 m². Qual não foi a minha surpresa quando cheguei para o primeiro dia de aula e encontrei nessa Associação, uma placa que me indicava que lá eles faziam um trabalho com egressos do sistema penitenciário em regime aberto e semiaberto.

O projeto de agrofloresta teve como objetivo contribuir para consolidação das iniciativas da agricultura urbana e agroecológica do Caminho, compreendendo: a implantação de um SAF (Sistema Agroflorestal) que contempla nas suas atividades, a implantação de uma casa de sementes crioulas e um viveiro de mudas; produção de compostagem orgânica; cultivo de hortaliças; jardim comestível e o quintal produtivo com o roçado, buscando favorecer a sustentabilidade, organização, autogestão e geração de renda dos caminheiros e da Instituição.

Logo na primeira aula de agrofloresta, meus companheiros de enxada foram os tais egressos e outras pessoas, que depois acabei por descobrir, que também eram egressas de outras situações, tais como um casamento falido, uma não conformação com o modo de viver consumista apregoado pelo sistema capitalista, ex-usuários de drogas, profissionais liberais descontentes com um trabalho escravizante, dentre outros.

As aulas sobre a temática do meio-ambiente aconteciam todas as quartas-feiras e tínhamos pela frente a tarefa de reflorestar o Condomínio Espiritual Uirapuru (CEU), construindo canteiros nos moldes da agrofloresta. Em todas as aulas, ao final, o professor propunha uma partilha de alimentos, que trazíamos de casa, bem como das experiências ali vivenciadas.

Os contatos com a natureza e as inúmeras descobertas que essas vivências proporcionaram ao grupo, do qual eu também fazia parte, fizeram-me ver e ouvir depoimentos que apontavam para experiências de redescoberta de novas perspectivas de vida para os alunos que lá frequentavam.

O grupo como um todo não tratava os egressos do sistema penitenciário de forma excludente, e todos sem exceção podiam assim ter ali garantida uma convivência para além da posição existencial por eles ocupada. Com o passar do tempo, pude observar que os egressos em regime aberto e semi-aberto, chamados pela instituição de caminheiros, por frequentarem a Associação e realizarem todos os

dias as tarefas de agrofloresta, passaram a nos ensinar como cuidar da natureza, dando depoimentos sobre o sentido que essa atividade tinha para suas vidas.

Demorou ainda algum tempo para eu revelar ao grupo gestor sobre a grande coincidência que foi eu conhecer aquela instituição e ao mesmo tempo ter um projeto de doutorado, que tudo tinha a ver com a realidade vivida por eles. Lembrei-me inclusive, que havia montado um projeto de trabalho para criar uma escola de formação para egressos, quando alguns anos antes, estive engajada em atividades de extensão pela Universidade Estadual do Ceará. Onde andaria esse projeto que eu escrevi?

Um dia, tive a oportunidade de conhecer a fundadora do Caminho. Contei-lhe sobre os meus estudos doutorais e perguntei-lhe se ela gostaria de conhecer o projeto de uma escola de formação para egressos do sistema penitenciário que eu havia escrito. Ela topou. Marcamos um dia, e para falar a verdade, agora olhando essa trajetória, vejo que foi um feliz encontro. Na sequência ela me convidou para apresentar o projeto a toda a equipe do Caminho, que aconteceu em dia e hora marcados. Fui apresentada a todos os participantes de forma muito aberta e cordial.

O que a fundadora e a equipe me revelaram era que eles já faziam uma formação na prática, mas sem uma sistematização e organização eficaz e que a instituição passava por um momento de redefinição de suas atividades. Foi aí que o convite se materializou. O grupo me convidou para construir junto com eles uma escola de formação integral, que fosse capaz de dar aos caminheiros o suporte que eles precisassem para o retorno ao convívio social. De pronto eu aceitei o desafio.

1.2 NOSSOS ANCESTRAIS SEMPRE OLHARAM AS ESTRELAS - AS APROXIMAÇÕES COM O CAMINHO

Considerando para fins desse estudo, que eu ainda não havia delimitado o tipo de investigação a ser realizada, nem mesmo a delimitação do problema, do objeto e dos objetivos e instrumentais, parti para a fase que considerei de pesquisa exploratória. Era necessário construir, a partir dos dados oferecidos pela realidade, o ponto central por onde a investigação deveria se encaminhar. Ora, a realidade me mostrava a necessidade de participar do processo de constituição desse projeto de formação, uma vez que eu considerei naquele momento ser uma iniciativa inovadora

e porque não dizer inédita no campo da ressocialização de egressos do sistema penitenciário.

Cardoso (1978) esclarece, a meu ver com muita precisão, as impressões e inquietações que naquele momento em mim se faziam presentes:

O conhecimento se faz a custo de muitas tentativas e da incidência de muitos feixes de luz, multiplicando os pontos de vista diferentes. A incidência de um único feixe de luz não é suficiente para iluminar um objeto. O resultado dessa experiência só pode ser incompleto e imperfeito, dependendo da perspectiva em que a luz irradia e da sua intensidade. A incidência a partir de outros pontos de vista e de outras intensidades luminosas vai dando formas mais definidas ao objeto, vai construindo um objeto que lhe é próprio. A utilização de outras fontes luminosas poderá formar um objeto inteiramente diverso, ou indicar dimensão inteiramente nova ao objeto (CARDOSO:1978:27).

Buscando entre outros feixes de luz, considerei que as ideias que fazemos sobre os fatos, não os apreendem na sua totalidade, sendo sempre imperfeitas e imprecisas em relação ao objeto em si. A construção do conhecimento é fruto de um exercício de cooperação mútua que se estabelece nas relações em que se tenta descobrir algo sobre a realidade e, como diria Netto (2011:28), o método de Marx não resulta de operações repentinas, de intuições geniais ou de inspirações iluminadas. Antes, é o produto de uma longa elaboração teórico-científica, amadurecida no curso de sucessivas aproximações ao seu objeto. Resolvi então, aproximar-me desse grupo de trabalho e conhecer mais de perto a perspectiva que se avizinhava.

As reuniões para a montagem do projeto da escola de formação aconteceram todas as terças-feiras, entre os meses de janeiro até junho de 2016, data limite para a inserção de novos caminheiros no novo projeto. Entre tais reuniões aconteceram ainda encontros temáticos com uma duração maior, para que fossem alinhadas as propostas de trabalho de cada área específica. Os participantes dessas reuniões eram os voluntários e o corpo gestor do Caminho.

O perfil dos voluntários do Caminho caracteriza-se por profissionais liberais, de classe média, na área de Pedagogia, Serviço Social, Esporte, Teologia e Direito. O projeto do espaço de formação estava diretamente vinculado à necessidade de potencializar as atividades produtivas e educativas desenvolvidas junto aos caminheiros e seus familiares, visando melhorar e ampliar suas perspectivas de retorno ao convívio social.

Buscava-se contribuir para dar suporte aos caminheiros no que tange aos grandes desafios de garantir oportunidades de trabalho laboral, geração de renda para

esse público-alvo e a sustentabilidade do projeto. Sobre essa perspectiva, escolheu-se a atividade econômica já até ali praticada, no que tange às ações vinculadas as iniciativas da Agricultura Urbana Agroecológica, com destaque para a experiência do Projeto da Agrofloresta.

O foco central do projeto passou a ser a implantação de um Programa de Formação Humana Integral de caminheiros que se encontravam no regime aberto ou semiaberto. O projeto de formação humana integral que seria realizado anualmente e pretendia assegurar o acompanhamento psicopedagógico através da realização de atividades nas áreas do desenvolvimento das competências sociais e humanas; do desenvolvimento das habilidades profissionais básicas e formação empreendedora, acompanhadas de medidas de intermediação de emprego e apoio a pequenas iniciativas de geração de renda no âmbito da economia solidária, tendo como foco central a agrofloresta.

Inseri-me na condição de pesquisadora, como observadora participante, munida do diário de campo, que continha o registro do relato das reuniões, da escuta ativa que realizava com os atores da construção desse processo – voluntários e corpo gestor – e das contribuições também por mim efetuadas ao longo desse período.

Contribuir para a inserção socioeconômica e cidadã de caminheiros em regime aberto e semiaberto, através da implantação de um Programa de Formação Integral, que propiciasse o resgate da autoestima, autonomia e cidadania, além do desenvolvimento das competências sociais, empreendedoras e profissionais básicas, constituiu-se, segundo a posição do grupo, no objetivo geral naquele primeiro momento. Não havia ainda por parte da equipe, questionamentos mais profundos sobre o conceito de cidadania.

Os objetivos específicos ficaram assim delineados: capacitar, em 12 (doze) meses, 15 caminheiros, em regime semiaberto, advindos do sistema penitenciário, para o desenvolvimento humano e profissional, bem como o exercício qualificado de um conjunto de ocupações capazes de promover alguma espécie de reinserção produtiva na sociedade; favorecer a construção da identidade e de um projeto de vida capaz de provocar o efeito de sujeito e o reestabelecimento de um tipo de laço com o outro, diferente daqueles tecidos com a violência e o crime; criar espaços de convivência para os caminheiros exercitarem relações humanas, fortalecerem sua autoestima e se aprimorarem no exercício da cidadania; desenvolver valores e comportamentos necessários a uma convivência consciente e democrática com o

meio ambiente e com as pessoas, seja na família, na comunidade, no ambiente de trabalho e em qualquer espaço social de que participem; motivar os caminheiros à elevação de sua escolaridade e à busca constante de novos conhecimentos, necessários à qualificação e atualização profissionais e à prática social como cidadãos; promover formação qualificada para desenvolver as habilidades profissionais básicas e empreendedoras dos caminheiros; favorecer a inserção no mundo do trabalho.

O grupo determinou que a experiência fosse realizada no período diurno, entre 07h às 17h, funcionando de segunda a sexta-feira, a partir de um cronograma que envolvia os seguintes módulos estipulados: Identidade, História de Vida e Sociabilidade; Espiritualidade, Justiça, Educação, Trabalho e Meio Ambiente. O projeto teria como dimensões principais, a educação, a saúde, a família, o trabalho, a justiça e o meio ambiente, que girariam em torno de quatro eixos principais: 1. Identidade; 2. Sociabilidade; 3. Espiritualidade; 4. Projeto de vida.

O público alvo deveriam ser os caminheiros em regime aberto e semiaberto, em situação de vulnerabilidade social; acima de 18 anos, do sexo masculino. A ideia era de estabelecer como beneficiários diretos 15 caminheiros, sem escolaridade definida, com renda familiar abaixo de $\frac{1}{2}$ salário mínimo per capita, desempregados, à procura de emprego ou de ocupação no mercado formal e/ou informal de trabalho. Estimava-se como beneficiários indiretos 15 famílias, perfazendo um total médio de 60 pessoas.

A proposta metodológica do projeto buscava privilegiar a convivência grupal como suporte para a ampliação das competências sociais dos beneficiários, do desenvolvimento do comportamento empreendedor e da construção da identidade. Optou-se por utilizar uma metodologia participativa, que contaria com a efetiva colaboração do grupo de beneficiados. O projeto buscava ainda estabelecer parcerias com organizações do setor público e privado.

Passada a fase de planejamento conjunto, o PROJETO TEMPO DE SER CAMINHEIRO - CAMINHO DE FORMAÇÃO PARA A VIDA – CONQUISTANDO A LIBERDADE, nome assim escolhido pela equipe, iniciou-se com uma série de ações, que visavam dar suporte básico para garantir o seu funcionamento previsto para junho de 2016.

Tais ações, chamadas pelo grupo de atividades de pré-mobilização, constituíram-se no estabelecimento de parcerias e de acordos de cooperação com

outras entidades para garantir apoio de infraestrutura e financeiro; capacitação da equipe do Projeto para atuar junto aos caminheiros e estabelecimento do processo de seleção dos beneficiários.

Participando de todo esse processo de construção conjunta eu, o grupo gestor e os voluntários. Realizamos ainda, uma série de ações de mobilização e divulgação do projeto, tais como contatos com a Secretaria de Justiça, entrevistas com a secretária, procuradores, defensores públicos, advogados, participando de mutirões carcerários, dentre outros, objetivando dar visibilidade ao projeto e atrair os futuros caminheiros, ainda dentro dos presídios de Fortaleza, que se encontravam na situação de entrada no regime semiaberto.

Além disso, tal grupo se mobilizou para atrair as famílias da comunidade, que tinham parentes em situação de privação de liberdade, no intuito de que eles participassem das atividades do Caminho, como forma de estabelecer pontes entre elas e os prováveis beneficiários do projeto, além de prestar acolhimento ao sofrimento dos familiares e apoio jurídico gratuito.

O Projeto iniciou suas atividades dentro do prazo previsto, mas não contava com a pouca participação dos caminheiros. Havia sido estabelecido um número de quinze vagas para os egressos. No entanto apenas cinco egressos se candidataram a participar. Decidimos como grupo iniciar mesmo assim, além de mantermos abertas as vagas e as possibilidades de entrada de novos caminheiros a qualquer tempo. Os voluntários que participaram da construção do projeto passaram a ser os facilitadores, que conduziram cada módulo específico, citado anteriormente.

Durante o primeiro ano de constituição da escola de formação, buscou-se manter o planejamento das atividades, da forma como tinham sido acordadas. Atividades socioeducativas foram realizadas, tais como: encontros diários de convivência; realização de seminários temáticos de formação humana, ética e cidadania; encontro com as famílias dos caminheiros e outros familiares de pessoas ainda encarceradas; visitas domiciliares a futuros caminheiros, em regime semiaberto com privação de liberdade domiciliar, para análise de eventual ingresso no projeto. Além disso, atividades profissionais básicas e de formação empreendedora também foram realizadas, tais como oficinas produtivas com as famílias e experiências em agrofloresta.

Ao longo do ano de 2017, o projeto passou por um processo de evasão de caminheiros. A pergunta que todo o grupo se fazia era: por que uma experiência

inovadora e interessante aos nossos olhos deles poderia não só não atrair possíveis caminheiros, como não havia conseguido reter aqueles que tinham começado a frequentá-lo? Quais seriam as prováveis causas dessa problemática?

O tempo todo me indagava sobre algumas perguntas que se fizeram presentes também entre os membros do grupo, sobre as causas prováveis, tais como: haveria uma incompatibilidade entre os objetivos individuais e os do projeto? A habitualidade na lógica do crime gerou forte condicionamento social que impede o caminheiro de perceber as vantagens de participar do projeto?

Cabe aqui realçar que a instituição O Caminho, já tinha uma experiência de 15 anos no apoio aos egressos do sistema penitenciário, que lhe deram uma expertise para lidar com a temática. Um elenco de normas de funcionamento e de entrada do caminheiro na instituição haviam sido criadas nesse período de tempo. Duas dessas normas, gostaria aqui de destacar: a primeira delas, dizia respeito à uma condição para que o egresso pudesse participar das atividades do Caminho, que era a de não ser dependente químico e a segunda, referia-se a um posicionamento político tomado pela instituição de não aceitar as bolsas advindas da Secretaria de Justiça.

Então, para participar do Projeto, a condição básica do caminheiro era não ser usuário de drogas e não receber nenhuma ajuda financeira, afora os benefícios indiretos oferecidos pelo Caminho. No caso da dependência química, ele deveria ser encaminhado para uma casa de recuperação, para depois frequentar a Associação. O grupo gestor considerava que essa bolsa poderia levar os caminheiros de volta ao mundo da criminalidade.

Não sem razão esse fato gerou em mim o questionamento de que a falta do subsídio financeiro, quebrando as expectativas de obter uma renda e a negação do uso de drogas, sabendo-se que é característica da população carcerária o atravessamento da dependência química, poderiam ser fatores que potencializariam a evasão ou a não retenção dos caminheiros. Aliam-se a isso outras perguntas tais como se haveria incompreensão pelos caminheiros dos objetivos do projeto; se a baixa autoestima dos caminheiros contribuiria para uma descrença numa perspectiva de mudança pessoal ou nos resultados do próprio projeto, dentre outras.

Tais reflexões que encaminhei em reunião com o conselho gestor, levaram a dois posicionamentos chave por parte do Caminho. Depois de uma sequência de reuniões, os gestores do projeto decidiram: primeiramente, incluir a perspectiva de renda, como fruto do trabalho, tão necessária às condições materiais de existência

dos Caminheiros, oferecendo ainda um serviço de apoio na administração financeira pessoal. Tal decisão gerou o início das reflexões acerca do sentido do dinheiro. Os gestores do Caminho não desejavam que essa bolsa fosse dada como um valor de troca, como uma mercadoria, tal como se observa na sociedade capitalista, mas que a ele fosse dado um sentido de valor de uso, contribuindo para a reflexão crítica e ampliação de consciência por parte do Caminheiro.

Em segundo lugar, decidiram não obstaculizar a inserção de egressos usuários de drogas, oferecendo apoio na escuta e construindo uma rede solidária de encaminhamento. Essa última decisão fez com que um treinamento fosse dado à equipe de voluntários, grupo gestor e caminheiros, sobre o uso e abuso de drogas, ministrado ainda no ano de 2017. Ao longo de toda essa construção, foram realizadas de modo sucessivo, outras capacitações, visando contribuir para uma melhor apropriação e aplicação da metodologia do projeto e de todo o processo pedagógico.

No final de 2017, a evasão de caminheiros ainda permaneceu e o ano de 2018 iniciou-se com um funcionamento reduzido à atividades básicas de meio ambiente, espiritualidade, escolaridade, identidade e mundo do trabalho. A Associação ainda acabou por perder os incentivos financeiros que patrocinadores aportavam no Caminho. Alguns voluntários entraram e outros saíram e eu fui convocada no segundo semestre daquele ano para reconstituir com o grupo de caminheiros a área de meio ambiente, tendo como foco central a agroecologia, uma vez que ela também tinha sofrido os seus reveses.

Uma série de recursos metodológicos visando à participação efetiva de todos na reconstituição dessa área de atuação foram utilizadas. A existência de estratégias, tecnologias, percepções e conhecimentos, construídos com os caminheiros, a partir de reuniões por mim conduzidas - e que contaram com a participação de pelo menos 1 membro do grupo gestor - de planejamento, acompanhamento, execução e avaliação dos trabalhos pareciam apontar para uma racionalidade ecológica existente na forma como os caminheiros compreendem a sua relação com a natureza, o manejo socioambiental do locus onde o projeto se organiza e as posições por eles ocupadas como sujeitos de um processo que envolvia aprender e ensinar o trabalho, concomitante e permanentemente.

Ao longo de todo esse processo, a realidade foi me encaminhando para a construção do meu objeto de pesquisa. As respostas sobre qual seria o meu objeto de estudo, foram sendo dadas pela própria realidade e eu pude dimensionar melhor

meu foco investigativo. MARX e ENGELS (2007: 86-87) nos dizem acerca do seu método que “não se parte daquilo que os homens dizem, imaginam ou representam, tampouco [d]os homens pensados, imaginados ou representados para, a partir daí, chegar aos homens de carne e osso; parte-se dos homens realmente ativos [. . .], do seu processo de vida real.”

Portanto, indagações e inquietações profundas se fizeram sentir ao longo desse processo. É possível existir formação humana integral numa sociedade de classes? É possível o modelo educacional burguês (escolarizado) oferecer elementos à emancipação humana? Sendo o trabalho na forma burguesa (trabalho assalariado) a principal forma de impedimento à emancipação humana, como pode ele figurar como fundamento para emancipar as pessoas? Tais perguntas me fizeram depurar ainda mais o meu processo investigativo.

Vale ressaltar que em face de todo o processo histórico vivenciado, o PROJETO TEMPO DE SER CAMINHEIRO: CAMINHO DE FORMAÇÃO PARA A VIDA – CONQUISTANDO A LIBERDADE, manteve constante a atividade econômica básica com o meio ambiente, através das experiências com a agrofloresta.

Aliado a essas reflexões, o convívio com os egressos do sistema penitenciário e os professores voluntários, a observação participante e a escuta ativa me fizeram refletir e delimitar como foco a seguinte questão de pesquisa: que efeitos as experiências vivenciadas no PROJETO TEMPO DE SER CAMINHEIRO: CAMINHO DE FORMAÇÃO PARA A VIDA – CONQUISTANDO A LIBERDADE tiveram sobre os caminheiros na vida pós-cárcere?

O recorte do estudo levou em conta ainda o trabalho na área de meio ambiente, uma vez que essa foi aqui a atividade produtiva por excelência, capaz de unir os caminheiros que permaneceram e o grupo gestor, em uma experiência de ensinar e aprender, com foco de trabalho intensivo e comum: todos viam nessa atividade a perspectiva de auto sustentabilidade, sobrevivência pessoal e institucional e potencialmente transformadora de consciência.

1.3 OLHEM PARA A ESTRELA QUE O DEDO APONTA E NÃO PARA O DEDO QUE APONTA À ESTRELA: OS OBJETIVOS DA INVESTIGAÇÃO

Buscou-se identificar como os egressos compreendem e desenvolvem as atividades vivenciadas no Projeto e se tais experiências os motivam à construção de novas posições diante da dimensão do trabalho, da educação e da vida.

No que tange à dimensão do trabalho, buscou-se analisar como os caminheiros compreendem os sentidos do trabalho ao organizarem a produção com base no trabalho coletivo nas áreas de meio ambiente, a saber: usina de adubos, viveiro de mudas, casa de sementes, sistema agroflorestal, hortas e culturas, venda de mudas e produtos orgânicos; no processo de divisão de tarefas, baseada em uma relação de solidariedade e parceria; nas discussões e negociações sobre os graus de autonomia, condições de trabalho e a sociabilidade ao vivenciarem as experiências do projeto.

Quanto à dimensão da educação, a presente pesquisa buscou verificar se as experiências educativas de aprender e ensinar, presentes no cotidiano do trabalho no meio ambiente, poderiam caracterizar-se como atividades de caráter emancipatório, capazes de contribuir para a ampliação de suas visões de mundo em uma perspectiva crítica e comprometida socialmente.

Quanto à dimensão da vida, buscou-se identificar se as experiências vividas no PROJETO TEMPO DE SER CAMINHEIRO: CAMINHO DE FORMAÇÃO PARA A VIDA – CONQUISTANDO A LIBERDADE, foram capazes de contribuir para a produção de reflexões sobre as escolhas feitas ao longo de sua vida e se elas foram capazes de provocar a construção de outro tipo de laço com o outro, que não aquele ligado ao crime e à violência.

Ao longo desses quatro anos de trabalho de campo no Caminho identifiquei que a tríade ensinar, aprender e ensinar estava o tempo todo presente entre todos os participantes que compõe aquela equipe. Os voluntários ensinavam os caminheiros e aprendiam com eles. Os voluntários aprendiam e ensinavam entre si e os caminheiros ensinavam e aprendiam uns com os outros.

Doutoranda do programa de pós-graduação em Educação, com ênfase em formação de professores, cotidianamente refletia sobre as correlações entre a temática dos egressos e as exigências estipuladas por essa baliza formativa. Tais reflexões foram fundamentais para ampliar a minha concepção acerca do sentido da educação.

Na abordagem ontológica lukaciana, a educação é um complexo social fundado pelo trabalho, essencial para a reprodução do gênero humano em um contexto histórico determinado. Entre outros aspectos, a educação diz respeito a esse movimento em que a partir das experiências cotidianas advindas do trabalho se ensina e se aprende. Esse exercício de ensinar e aprender é capaz de levar o sujeito a novos patamares de consciência sobre si mesmo, suas relações e sobre a sociedade onde vive. Nesse particular, há que se incluir para além desses aspectos, outros que também estão presentes.

Um deles é o par ensino e transmissão e não somente ensino e aprendizagem. Algo se ensina, há uma intencionalidade aí. Para além daquilo que se quer ensinar, transmite-se algo mais, algo que não se pretendia dizer. Na relação entre quem ensina e quem aprende, algo se passou de alguém para alguém sem que houvesse nenhuma intenção. No campo educativo tal situação parece ocorrer o tempo inteiro. Não podemos controlar o efeito de nossa presença diante do outro. Quando alguém se propõe a ensinar a outrem, a presença subjetiva dos dois agentes está o tempo todo presente, independente da técnica que se utilize. Implícita nessa afirmação está o questionamento de quem finalmente é o professor. Em que medida somos sim educadores uns dos outros, já que educação é práxis?

Fechando o ciclo do raciocínio doutoral, entendi que a formação de professores é atravessada pela questão do saber e que esse saber não está relacionado apenas a processos mentais construídos em atividade cognitiva dos indivíduos, que se inter-relacionam em uma sala de aula, mediatizados pela profissão de professor, esta inserida na divisão social do trabalho.

Percebi que, de algum modo, todos temos algo para aprender e para ensinar e esse saber é social, uma vez que pode ser partilhado por todo um grupo de agentes sociais que possuem conhecimentos que foram adquirindo ao longo da vida. Se imaginarmos que o saber científico é o único capaz de dar legitimidade ao conhecimento, restringiremos as perspectivas, principalmente se, tirando o véu da aparência, percebermos os laços entre ciência e capitalismo. O nascimento do campo científico parece implicar em algo da ordem da dessubjetivação do sujeito.

Ora o sujeito produz um saber que passa pelo cotidiano, pela experiência, pela posição diante da vida, pela transmissão inclusive oral, que tem um valor inestimável e atravessa a todos sem exceção. Visando compor minha tese doutoral, resolvi levar em conta o exercício de aprender e ensinar um ofício, um valor, uma

forma de viver, uma superação, e também todo o conhecimento construído e conservado pela ciência, realizado pelo grupo que compõe o Caminho.

Livrando-me das balizas que, na aparência do fenômeno, não poderiam contemplar as exigências do foco da formação de professores, a minha tese assim se configurou: as experiências de aprender e ensinar vivenciadas no PROJETO TEMPO DE SER CAMINHEIRO: CAMINHO DE FORMAÇÃO PARA A VIDA – CONQUISTANDO A LIBERDADE, contribuem para a ampliação da consciência sobre o trabalho, a educação e a própria vida dos caminheiros.

1.4 OS SHERPAS E O PERCURSO METODOLÓGICO

“Sherpas” são uma etnia da região mais montanhosa do Nepal, no alto dos Himalaias. Eles foram de um valor inestimável para os primeiros alpinistas que buscavam explorar essa região, uma vez que serviram de guias nas altitudes extremas dos picos e no desbravamento de caminhos inóspitos, tão comuns a essa região.

Considero, para fins desse trabalho, que o método e a metodologia, os sujeitos e as categorias representam o papel de sherpas no caminho da minha pesquisa. O caminho para o pesquisador aproximar-se da realidade é viabilizado pela existência do método científico que, sendo historicamente determinado, busca sustentar um conjunto de regras e procedimentos capazes de construir o conhecimento científico.

Para ANDER-EGG, (1978: 28), “a pesquisa é um procedimento reflexivo sistemático, controlado e crítico, que permite descobrir novos fatos ou dados, relações ou leis, em qualquer campo do conhecimento”. A pesquisa, portanto, é um procedimento formal, com método de pensamento reflexivo, que requer um tratamento científico e se constitui no caminho para conhecer a realidade ou para descobrir verdades parciais.

Demo (1985) explicita que a pesquisa envolve um trabalho de produção do conhecimento que deve constituir-se numa investigação original. Enquanto processo formal e sistemático a pesquisa objetiva descobrir respostas para problemas mediante o emprego de procedimentos científicos. Segundo Demo (1985) a pesquisa é a instrumentação teórico-metodológica para construir o conhecimento como estratégia de questionamento crítico e criativo, teórico e prático.

Pode-se afirmar que o resultado satisfatório de uma pesquisa depende de um conjunto de fatores que abrange desde o problema a ser pesquisado até os recursos materiais aplicados à pesquisa, e depende ainda da criatividade e inteligência do pesquisador. Ela é um caminho para buscar respostas advindas da prática e seguramente um instrumento para uma ação crítica, reflexiva, transformadora e por que não dizer, emancipatória.

Terrien (2009) informa que a pesquisa tem um princípio educativo que perpassa a formação, tem concepção emancipatória e deve estar inserida nos projetos, currículos, na formação profissional. Tal autora revela que a pesquisa resulta na formação de sujeitos críticos e reflexivos, capazes de ler a realidade e reconstruir as condições históricas de participação.

Tiollent (1985:65) explicita que a metodologia é entendida como

Uma disciplina que se relaciona com a epistemologia ou a filosofia da ciência. (...) A metodologia pode ser vista como conhecimento geral e habilidade que são necessários ao pesquisador para se orientar no processo de investigação, tomar decisões oportunas, selecionar conceitos, hipóteses, técnicas e dados adequados.

Portanto, a metodologia ajuda o pesquisador na definição dos eixos principais da pesquisa. Segundo Tiollent (1985) ela lida com a avaliação de técnicas de pesquisa e com a geração de novos métodos que estruturam novos modos específicos de captar e processar informações e resolver problemas teóricos e práticas de investigação.

Sendo a pesquisa um procedimento reflexivo e crítico de busca de respostas para problemas ainda não solucionados, seu planejamento e execução no universo do processo de produção do conhecimento envolvem, em linhas gerais, inúmeros aspectos tais como a identificação do problema, a formulação dos objetivos da pesquisa, a escolha das abordagens metodológicas, a revisão de literatura, a definição de fontes de coleta de dados, a seleção de estratégias apropriadas de controle, a realização da pesquisa, a análise dos dados e a explicitação dos seus resultados, em linhas gerais.

Em face de todas as considerações até aqui efetuadas, buscou-se iluminar a função da metodologia no universo das etapas da pesquisa, como condição *si ne qua non* para que o novo pudesse aflorar no processo de produção do conhecimento. A pesquisa social é uma atividade que envolve uma aproximação sucessiva da

realidade, nunca esgotada, que combina teorias e dados, que reflete posições frente a realidade e que sofre limitações e contradições mais amplas no campo científico, dos interesses específicos da sociedade e das questões de cada época.

Demo (1985) explicita que a pesquisa é a instrumentação teórico-metodológica para construir o conhecimento como estratégia de questionamento crítico e criativo, teórico e prático, além de capacitar o pesquisador para a construção do conhecimento.

A pesquisa objeto de estudo doutoral teve caráter exploratório, uma vez que os estudos buscaram clarificar, esclarecer ou modificar conceitos e ideias que eu tinha inicialmente, visando à formulação de problemas específicos mais precisos e a construção de hipóteses pesquisáveis, capazes de fundamentar novos estudos. Em tais estudos busquei compreender as inter-relações entre os fenômenos observados e os estudos efetuados.

Uma vez que a pesquisa qualitativa dá ênfase ao estudo dos fenômenos sociais no próprio ambiente social onde ocorrem, aspecto fundamental quando se pensa que tal estudo deve buscar a apreensão da realidade, tomando por base uma visão de totalidade e de transposição da aparência fenomênica, considere que esta seria uma pesquisa de caráter qualitativo.

A pesquisa qualitativa parte do reconhecimento da importância de se conhecer a experiência social do sujeito, tal como explicita Martinelli (1999), e não apenas as suas circunstâncias de vida. Essa experiência social refere-se ao modo como esse sujeito constrói e vive a sua vida. A presente investigação busca, a partir da escuta dos relatos dos sujeitos, conhecer os seus sentimentos, valores, crenças, costumes e práticas sociais cotidianas, diante do tema, que tem imbricações culturais e que refletem experiências sociais.

A pesquisa qualitativa, segundo Martinelli (1999) parte de uma concepção de sujeito coletivo, no sentido de que a pessoa convidada a participar desse tipo de trabalho tem uma referência grupal, capaz de expressar de forma típica o conjunto de vivências de seu grupo. Essa característica permite a compreensão de que não é o número de pessoas que irá prestar a informação, mas o significado e os sentidos para os sujeitos em relação ao tema proposto.

Ao considerar que há uma relação dinâmica entre o mundo real e o sujeito, isto é, um vínculo indissociável entre o mundo objetivo e a subjetividade, a pesquisa qualitativa busca, através dessa investigação, escutar para além dos ditos, os não-

ditos dos sujeitos. Desenvolve seu eixo de análise voltado para a compreensão do sentido dos atos e das decisões dos sujeitos envolvidos, assim como dos vínculos das ações particulares com o contexto social mais amplo em que estas se dão, trazendo um caráter único e inovador para a presente investigação. Portanto, a pesquisa qualitativa foi o arcabouço capaz de dar ancoragem à presente investigação.

Sendo de base empírica e realizada em estreita associação com uma ação, a pesquisa objeto desse trabalho, pretendeu construir a aproximação com o campo e com os sujeitos a partir de um elenco de ações que visaram ao envolvimento dos sujeitos, bem como à sua colaboração. Houve aqui a disposição para acolher os sujeitos participantes em um processo de identificação, reflexão e envolvimento no sentido de, a partir desse trabalho, construir o campo da descoberta e aproximações com a realidade.

Quanto aos procedimentos técnicos, a investigação objeto de estudo doutoral, atuou também nos moldes da pesquisa-ação. A pesquisa-ação pressupõe a existência de um coletivo que vive uma experiência conjunta e é convidado a pensar sobre ela. Busca-se o envolvimento coletivo, mobilizando os sujeitos na busca da superação de uma problemática.

Sendo de base empírica, a pesquisa-ação, segundo Desroche (1990) pressupõe uma concepção específica de “pesquisa inserida na ação”. Segundo ele, há três aspectos simultâneos para este tipo de pesquisa:

1º) a pesquisa “sobre” os atores sociais, suas ações, transações e interações, objetivando a “explicação”; 2º) a pesquisa “para” dotar de uma prática racional as práticas espontâneas, destacando a finalidade da “aplicação”; e 3º) a pesquisa “por”, ou melhor, “pela” ação, isto é, assumida por seus próprios atores (autodiagnóstico e auto prognóstico), tanto em suas concepções como em sua execução e seus acompanhamentos, que tem por meta a “implicação” (DESROCHE, 1990, p. 98).

Avaliando os diversos procedimentos técnicos, escolheu-se também o enfoque da pesquisa-ação uma vez que ela pôde proporcionar um conhecimento mais aprofundado sobre os egressos do sistema penitenciário, suas ações e interações; porque ela pôde dotar de intencionalidade as práticas espontâneas de trabalho e educação que aconteceram de modo formal e informal no Caminho, despertando para uma práxis dotada de intencionalidade; porque as atividades construídas em conjunto com os egressos contribuiu para ampliação de consciência sobre as dimensões do trabalho, da educação e da vida.

Nesse particular, utilizei-me de métodos e técnicas de grupo que buscassem responder ao sentido coletivo e interativo da pesquisa, tendo sido estabelecidos encontros, seminários e entrevistas contando com a participação efetiva dos sujeitos implicados.

No papel de pesquisadora, além da observação participante, tive papel ativo na condução de reuniões grupais, quando se buscava a construção conjunta do conhecimento acerca dos trabalhos desenvolvidos na área de meio ambiente, nos moldes da pesquisa ação.

Minha intervenção ao longo desses três anos de trabalho foi de observação participante e de intervenção conjunta com os membros do Caminho. Nessas observações e intervenções colhi depoimentos e impressões das vivências e trabalhos realizados com tais sujeitos.

Particpei das reuniões de elaboração, acompanhamento e avaliação dos trabalhos realizados pelos voluntários e corpo técnico e intervi junto aos caminheiros na escuta psicológica e nos trabalhos em grupo para tratar dos temas da individualidade, sociabilidade e mundo do trabalho. Nas ações ligadas ao meio ambiente, facilitei reuniões de planejamento, junto com os caminheiros, que participavam das ações que seriam desenvolvidas na área de adubo, horta, casa de sementes, agrofloresta e berçário de mudas. Além da coleta dos depoimentos realizada a partir da observação participante nas reuniões, realizei ao final, um roteiro de entrevista. As perguntas emergiram da experiência prática vivenciada.

Construímos conjuntamente o planejamento das atividades a serem desenvolvidas no meio ambiente, incluindo a definição dos critérios de qualidade sobre a melhor forma de realizar o trabalho; os graus de autonomia e as condições necessárias para a execução das atividades; os indicadores de resultados e os resultados por eles esperados para a área. Tais conhecimentos iam se manifestando no coletivo e na avaliação que acompanhava todos os momentos da investigação, considerando as experiências, expressões e verbalizações dos participantes e a construção coletiva do próprio grupo.

O grupo estipulou, ainda, os modos de funcionamento, a forma de se relacionar no trabalho, os valores a serem estimados para a comercialização dos produtos, a partir das demandas por eles identificadas junto às feiras de orgânicos que acontecem na cidade, até a composição de um plano orçamentário. Partiu-se, na

sequencia, para a fase de execução das atividades propostas no planejamento e a avaliação permanente se fez sentir ao longo desse processo até o presente momento.

Os sujeitos envolvidos nesse processo construíram conhecimentos quanto aos sentidos do trabalho, formas de produzir trabalho e as sociabilidades daí decorrentes, visões de ensinar e aprender, aspectos referentes aos modos de ver a própria e a realidade social, que foram devidamente registrados em diário de campo, a partir da observação participante.

Os eixos que correspondem às categorias de análise da presente pesquisa e que serão apresentados em item posterior, serviram de guia, de orientação e discussão da prática. Buscou-se compreender por que e como elas foram se inserindo e se constituindo. A sequência final, para fins dessa pesquisa, realizou-se através de entrevistas individuais semiestruturadas, combinando perguntas abertas, em que os sujeitos tiveram a possibilidade de discorrer sobre a experiência vivida, e os temas propostos, a partir de um roteiro prévio.

Os dados coletados foram analisados, buscando ampliar a sua compreensão, ultrapassando o nível espontâneo das mensagens. Buscou-se utilizá-los como balizas de análise, o referencial teórico e categorial que norteia a presente pesquisa doutoral; a conjuntura socioeconômica e política na qual se insere o grupo e sua participação como ator social; a história do grupo e sua inserção no projeto, na produção e suas condições de reprodução. Os dados colhidos e acumulados foram confrontados com os fundamentos da teoria.

1.4.1 Os Sujeitos da Pesquisa

Os sujeitos da pesquisa foram inicialmente os presos em regime fechado com quem pude aproximar-me no primeiro ano de minha jornada doutoral, especificamente no ano de 2015. Participei de reuniões grupais organizadas pelo programa E.S.P.E.R.E (Escola de Perdão e Reconciliação), vinculado ao programa de justiça restaurativa; realizei entrevistas informais e fiz escutas grupais de depoimentos por eles realizados. Em média pude ter contato com um número de 30 presos ao longo desse processo. Os depoimentos colhidos serão apresentados neste trabalho, quando se fizer necessário ilustrar uma afirmação aqui efetuada, objetivando valorar a teoria ou a análise da realidade.

Os outros sujeitos da pesquisa são os egressos do sistema penitenciário, que estão atravessando a experiência ou que já passaram pelo PROJETO TEMPO DE SER CAMINHEIRO: CAMINHO DE FORMAÇÃO PARA A VIDA – CONQUISTANDO A LIBERDADE.

O contato com os sujeitos egressos do sistema foi feito em situações as mais diversas. Em entrevistas técnicas, escutas psicológicas, trabalhos conjuntos na agricultura, reuniões grupais e outras atividades cotidianas. Buscou-se efetuar a escuta dos sujeitos, a partir dos fragmentos de suas vidas, do contexto, do passado e suas circunstâncias, o que contribuiu sobremodo para a estruturação do objeto de estudo.

A minha inserção como pesquisadora foi se construindo aos poucos, concomitante à minha aproximação com o objeto de investigação. Inicialmente trabalhando nas atividades de agrofloresta e posteriormente me inserindo como voluntária do Projeto, atuei ainda no planejamento das atividades junto ao grupo gestor e voluntários e como facilitadora no módulo Identidade, História de vida e Sociabilidade.

As atividades se realizaram no período que compreendeu os anos 2016 e 2017, assessorando os grupos da instituição, além de assumir o módulo de meio ambiente no período de 2018, efetuando a observação participante e coletando os dados de processo através do diário de campo.

1.4.2 O Percorso Metodológico

Fundamentado em uma visão específica de mundo e de ciência, tal como expresso em Tonet (2013), Marx compreendeu que as questões relativas ao conhecimento só podem ser resolvidas após a elaboração de uma teoria geral do ser social, expressa em uma ontologia e partirá da gênese do ser social e do ato que funda a sociabilidade, que é o trabalho. A partir daí dependerão as respostas às questões referentes à possibilidade do conhecimento, à relação sujeito/objeto, o que é a verdade e seus critérios etc.

Compreendo para os fins desse estudo que a ciência é uma atividade humana necessária e uma condição sistemática capaz de mudar o mundo. Sua função é desvendar o conhecimento. Uma vez que o relacionamento com o mundo produz

ciência, o conhecimento é um momento da práxis. Conhecimento e práxis são inseparáveis. Não existe conhecimento sem objeto a conhecer.

A pesquisa objeto de minha tese de doutoramento, recorreu á às lentes do materialismo histórico e dialético, cuja expressão teórica se consolida nos fundamentos da ontologia marxiana, a partir da contribuição de Marx e também de Lukács, dialogando com outros autores que pensam a temática global desse estudo.

Compreende-se aqui o método como um instrumento para entender a realidade. É parte de um conjunto de relações que especificam um corpo teórico determinado. É um conjunto de concepções sobre o homem, a natureza e o próprio conhecimento, que sustenta um conjunto de regras de ação, de procedimentos, prescritos para se construir conhecimento científico.

O método reflete as condições históricas concretas do momento histórico em que o conhecimento foi elaborado. Ele é, portanto, historicamente determinado, além de ser o reflexo das necessidades e possibilidades materiais, ao mesmo tempo em que nelas interfere. É, pois, a maneira de explicar uma teoria, além de ser a maneira como o real será explicado, através de determinadas categorias. O método é o reflexo das nossas necessidades e possibilidades materiais.

Considerando que o conhecimento perpassa a vida cotidiana mais imediata e simples, e que do ponto de vista filosófico, tal como observa Lefebvre (1995), o sujeito (o pensamento, o homem que conhece) e o objeto (os seres conhecidos) interagem continuamente entre si em uma relação dialética, pretende-se discutir os paradigmas de interpretação da realidade à luz do método do materialismo histórico e dialético, buscando conhecer como se expressa a relação sujeito-objeto, ou seja como o ser humano se relaciona com as coisas, com a natureza, com a vida. Tal método revela-se rigoroso e fecundo.

O solo onde se concretizaram as análises da presente pesquisa é a realidade, considerada a partir de tais lentes como complexa e rica em que nenhum aspecto da realidade humana está situado acima da história ou fora dela. Buscando-se as aproximações com o objeto, considera-se que a realidade é uma síntese de múltiplas determinações, que incitam a sua apreensão como uma totalidade, e não como a soma das partes, mas a sua interligação. Essa visão contribui para o homem descobrir a estrutura significativa da realidade com que se defronta.

O percurso metodológico da presente pesquisa visou efetuar a análise dos fenômenos que ocorrem na realidade observada, levando-se em conta as relações

que os sujeitos mantiveram entre si, mas com a consciência de que a realidade não é transparente a olho nu e que se modifica e se transforma, independentemente da minha ação nela ou não. A realidade é sempre mais rica do que o conhecimento que eu poderia ter dela. Algo, com certeza, escapou às minhas sínteses.

O método do materialismo histórico e dialético, com suas leis permite-nos penetrar na realidade de um modo extremamente rico. O processo de construção da análise da realidade social estudada buscou tomar como baliza tais leis. A primeira delas diz respeito à mediação recíproca de tudo o que existe, onde um fato ou fenômeno não pode ser isolado, mas considerado vinculado ao conjunto de suas relações com os demais fenômenos e também nas suas expressões de aparência e essência.

A segunda é a lei do movimento universal, interno e externo que envolve os fatos e fenômenos, busca penetrar na aparência para encontrar o que se oculta sob a superfície. Ressalto aqui que a realidade é mais rica e dinâmica do que a capacidade de pensá-la. Ela é um complexo de muitas determinações, que não se explicam de modo linear. Em todo o percurso metodológico, esse exercício buscou efetivar-se.

Outra lei importante é a da contradição, que ocorre nos espaços de tensão entre dois polos, buscamos captar o movimento que engendra os contraditórios, cada qual com o seu conteúdo concreto, com o seu movimento próprio, que deve ser consideradas em suas conexões, em suas diferenças e semelhanças.

As modificações quantitativas e lentas que desempenham uma súbita e brusca aceleração, provocando metamorfoses em profundidade e saltos de natureza qualitativa, provocando transformações é outra das leis do método dialético. Na leitura da realidade pesquisada, procuramos dedicar especial atenção a esse exercício analítico.

O método do materialismo histórico e dialético foi o que se buscou legitimar na presente tese doutoral, uma vez que ele privilegia a totalidade, o movimento histórico, a contradição e o conflito, a unidade dos contrários, o fenômeno da transição, da mudança, do vir-a-ser sobre a realidade. O método caracteriza-se ainda, por ser uma abordagem quantitativa e qualitativa na maneira como opera a análise, por uma dimensão ontológica que apresenta a existência real do objeto. O método é o mediador entre o sujeito e o objeto no mundo social. É o balizador da pesquisa.

A escolha do método dialético se fez por considerar-se que ele se adequa aos pressupostos filosóficos e teóricos da presente pesquisa de doutorado, uma vez que ele busca apreender o real fenomênico, as representações da realidade dos atores sociais e as conexões específicas, bem como as regularidades estruturais e os fenômenos que se repetem como produto objetivado da atividade social.

1.4.3 As Categorias Fundamentais

De acordo com a perspectiva ontológica marxiana, as categorias de análise são determinações objetivas da existência. Produto do desenvolvimento do ser social, tal como nos explica Netto (2013), sua consciência vem sempre depois, uma vez que os homens fazem ciência sem saber, mas o tempo todo mediada pelo trabalho.

A dimensão cognitiva é compreendida como momento específico da natureza do ser social, um ser que tem na práxis, a categoria que o define essencialmente. O ponto de partida para o conhecimento, nessa perspectiva, é o trabalho – ato que dá origem ao ser social e do qual o conhecimento é parte essencial.

Em linhas gerais, as categorias mais simples servem para explicar um dado momento da história da humanidade e as mais complexas servem para a compreensão do desenvolvimento histórico da humanidade. Para a ontologia marxiana as categorias brotam das relações sociais estabelecidas e servem como determinações das relações objetivas.

Minayo (1996) afirma, ainda, que para a perspectiva ontológica marxiana, o termo “categoria” indica que elas não são entidades, e que são construídas através do desenvolvimento do conhecimento e da prática social. As categorias indicam ainda conceitos relativos à realidade historicamente relevantes e expressam os aspectos fundamentais dentro da sua abordagem, das relações dos homens entre si e com a natureza. As categorias centrais de análise emergiram de todo o percurso de construção da práxis do presente trabalho e se articulam mutuamente. São elas o trabalho, a educação e vida que se expressa pelo cotidiano.

Nesse sentido o exame do trabalho, categoria fundante do ser social é o modo e modelo de todas as atividades humanas, que permite compreender a origem (ontológica), a natureza e a função social do conhecimento científico. Para tanto, busquei discutir os fundamentos da reprodução social, as dimensões ontológicas do

ser social articulando-os a categoria trabalho e os complexos da sociabilidade, da linguagem, do direito e suas determinações sobre a ótica da sociabilidade do capital.

Quanto a dimensão da educação, a presente tese buscou verificar se as experiências educativas de aprender e ensinar, presentes no cotidiano do trabalho no meio ambiente, poderiam caracterizar-se como atividades de caráter emancipatório, capazes de contribuir para a ampliação de suas visões de mundo em uma perspectiva crítica e comprometida socialmente.

A dimensão da vida cotidiana, outra categoria escolhida precisa ser aqui situada, uma vez que as demais serão objeto de reflexão nos capítulos que se seguem. Lukács (1987) nos esclarece que através da mediação da esfera do cotidiano é possível compreender as interações entre o mundo econômico-social e a vida humana, uma vez que nessa esfera os homens se adaptam às formas sociais produzidas pelas forças produtivas históricas. Considerando a vida cotidiana como aquela vida onde os mesmos gestos e ritmos de todos os dias são identificados tais como levantar nas horas certas, desenvolver as atividades caseiras ir para o trabalho, realizar as atividades da vida diária etc. Para Heller (1989), o cotidiano é a vida de todos os dias e de todos os homens em qualquer época histórica que possamos analisar. A esfera do cotidiano é uma esfera precisa: é a esfera do homem concreto. Nessa vida cotidiana o homem se reproduz como indivíduo e reproduz a totalidade social.

O advento da ciência moderna e do saber científico desqualificaram quaisquer práticas e saberes que não estivessem relacionados a um método de experimentação e comprovação. O saber cotidiano foi relegado a segundo plano. No entanto, ele guarda um patamar que não pode ser desprezado, posto que fecundo, uma vez que solidifica as bases da evolução do conhecimento. A ciência aliada ao capitalismo tratou de registrar uma cisão entre as dimensões do saber cotidiano e as esferas do saber científico. (LUKÁCS 1979:24) nos lembra que “não há homem sem vida cotidiana”. O referido autor ainda nos revela que há uma relação dialética entre cotidiano, ciência e arte.

O filósofo Karel Kosik, assim caracteriza a vida cotidiana:

A vida cotidiana, não significa a vida privada em oposição à pública. Também não é a chamada vida profana em oposição a um mundo mais nobre oficial; na cotidianidade vivem tanto o escrivo como o imperador. Gerações inteiras e milhões de pessoas viveram e vivem na vida cotidiana em uma atmosfera natural, sem, sequer remotamente, vir à mente de saber qual o seu sentido.

Que sentido tem, então, perguntar sobre o sentido da vida cotidiana? O fato que levantou esta questão pode significar encontrar uma maneira de capturar a essência da vida cotidiana? Quando a vida se torna problemática cada dia, e que sentido é revelado nesta problematização? A vida cotidiana é, acima de tudo, a organização, dia após dia, da vida individual de homens; a reiteração de suas ações vitais está configurada para repetir todos os dias, na distribuição diária de tempo. A vida cotidiana é a divisão de tempo e o ritmo em que a história individual de cada pessoa se desenrola. A vida cotidiana tem a sua própria experiência, sua própria sabedoria, seu próprio horizonte, as suas previsões, as suas repetições e suas exceções, seus dias normais e feriados. A vida diária não é para ser entendida, portanto, ao contrário do que é a norma, ao festival, ao excepcional ou histórico; hipóstase da banalidade da vida cotidiana em oposição à história como uma exceção, já é o resultado de alguma mistificação (KOSIK, 1967:55).

O filósofo nos diz que a vida cotidiana tem a sua própria experiência e denuncia que o sujeito imbuído em adequar seu modo de ser àquele exigido pela sociedade dominada por uma razão utilitária é o “homem-preocupado”, ou seja é aquele que enquadrou-se em um mundo já dado. O automatismo tomou conta dele a tal ponto que parece não refletir para além da aparência dos fenômenos. Há uma ilusão forjada pelas atividades cotidianas, como se ele as dominasse, no entanto é dominado por elas.

Netto (2014) lembra-nos que Lukács já havia identificado três determinações fundamentais que estão presentes no pensamento cotidiano:

Lukács identifica três determinações fundamentais presentes no pensamento cotidiano, a heterogeneidade, a imediatividade, e a superficialidade extensiva. a) A heterogeneidade: a vida cotidiana configura o mundo da heterogeneidade. Interseção das atividades que compõem o conjunto das objetivações do ser social, o caráter heteróclito da vida cotidiana constitui um universo em que, simultaneamente, se movimentam fenômenos e processos de natureza compósita (linguagem, trabalho, interação, jogo, vida política e vida privada etc.); b) A imediatividade: como os homens estão agindo na vida cotidiana, e esta ação significa responder ativamente, o padrão de comportamento próprio da cotidianidade é a relação direta entre o pensamento e a ação; a conduta específica da cotidianidade é a conduta imediata, sem a qual os automatismos e espontaneísmo necessários à reprodução do indivíduo enquanto tal seriam inviáveis; c) A superficialidade extensiva: a vida cotidiana mobiliza em cada homem todas as atenções e todas as forças, mas não toda a atenção e toda a força; a sua heterogeneidade e imediatividade implicam que o indivíduo responda levando em conta o somatório dos fenômenos que aparecem em cada situação precisa, sem considerar as relações que os vinculam. (NETTO 2014:68)

Netto nos aponta aspectos da vida cotidiana, como ela é experienciada, o que ela mobiliza. Nesse sentido podemos dizer que o indivíduo age na vida cotidiana espontaneamente e no universo de suas possibilidades, mediatizada por uma cadeia de inter-relações sócia histórica. Portanto, se compreendermos a vida cotidiana ela

poderá nos revelar novas visões sobre a forma como os homens se colocam em seus processos singulares e sociais e principalmente na reprodução capitalista da sociedade.

Todos esses aspectos me fizeram optar pela categoria da vida cotidiana uma vez que ela se adequa à busca por identificar se os conceitos de vida cotidiana, que envolvem, a partir da atividade humana, as reflexões e escolhas que o egresso fez ao longo da sua vida e que aqui, dizem respeito ao momento compreendido entre a saída do presídio, os trabalhos que contaram com a participação dele e os efeitos em sua forma de ver o mundo. O trabalho é uma das formas de suspensão do cotidiano, que se orientada para a emancipação humana é capaz de promover a plenitude de comunhão do homem consigo mesmo, com os homens e com o mundo.

2 APRESENTAÇÃO DA TESE

O primeiro capítulo trata do tema Ser Social, Trabalho e Reprodução Social. As reflexões se iniciam caracterizando o que é reprodução social e todo o processo de expansão da vida, incluindo o conjunto lento de transformação da natureza, até o surgimento do ser social. As análises se dão a partir da baliza ontológica preconizada por Lukács.

Na sequencia busca-se iluminar a categoria fundante do ser social que é o trabalho, com todas as suas características e as formas como ele se organizou no modo capitalista de produção, construindo o mundo dos homens até os nossos dias. Os complexos da sociabilidade e da linguagem são aqui também estudados, como base para a compreensão das relações sociais na contemporaneidade.

O complexo da sociabilidade refere-se aos atos singulares e a totalidade das relações sociais, uma vez que trata das relações humanas com o meio circundante. O complexo da linguagem é capaz de mediar a relação dos homens com a natureza e dos homens entre si e sua reprodução é realizada por todos os membros que compõe a sociedade, atendendo necessidades surgidas espontaneamente na vida cotidiana. A linguagem reproduz e garante determinadas formas de organização capitalista.

Tendo em vista que a presente tese busca abordar o estudo sobre os egressos do sistema penal, esse capítulo objetiva ainda iluminar o complexo do direito, denunciando o ponto de vista de classes e desnudando a real função que a ele é inerente qual seja a de atender a interesse particulares, restritos a determinados estratos sociais. Na sequencia pretende-se fazer uma reflexão sobre o complexo da educação no processo de tornar-se homem do homem. O lugar que está reservado à educação no processo de reprodução social será abordado, discutindo o seu caráter social, a sua unidade entre causalidade e teleologia. Uma vez que a presente tese visa discutir o ensinar e o aprender, na perspectiva da emancipação humana, o capítulo abordará ainda a reflexão sobre o papel do educador, do educando e da escola nesse processo, resgatando a práxis educativa na sua radicalidade.

Por fim, busca-se ainda refletir sobre o ser social, suas bases ontológicas e suas determinações sob a sociabilidade do capital. Discutem-se as noções de homem, de sua ação, essência e subjetividade na perspectiva ontológica marxiana e seus rebatimentos na contemporaneidade. Tais rebatimentos deixam o ser humano

na condição de mercadoria, provocando o encolhimento da sua potencialidade transformadora da realidade social. Ao final do capítulo, busca-se efetuar uma reflexão sobre o retorno à humanidade do homem, cujos valores não cessam de se inscrever, apesar das forças sociais presentes no capitalismo.

O segundo capítulo tratará do Estado Democrático de Direito Penal, criminologia e a crise estrutural do capital: um exame à luz da crítica marxista. Ele se inicia fazendo uma reflexão crítica sobre o Estado democrático de direito penal, a partir da descrição de processo histórico de encolhimento do Estado democrático e de suas funções, da agudização da questão social e da consequente reconfiguração como Estado penal. Tal reconfiguração remete à questão da violência como subproduto que serve para fomentar os elementos ideológicos para a consolidação do Estado punitivo. Na sequência, busca-se discutir os conceitos de criminalidade, de crime e de criminoso, resgatando alguns enfoques teóricos, como a criminologia crítica.

Outro aspecto abordado refere-se ao contexto social do crime, que envolve as facções e organizações criminosas e seu papel dentro da lógica do crime como mercadoria a serviço do sistema. Por último é apresentado um panorama da realidade carcerária a partir da minha experiência de inserção nos presídios de Fortaleza, incluindo os depoimentos dos sujeitos encarcerados, mostrando que a aplicação penal possui endereços certos, colocando sob sua custódia uma parcela da população que é vítima da questão social.

O terceiro capítulo, intitulado 'Pisando em solo fértil: a experiência de ensinar e aprender com os egressos do sistema penal', trata da experiência de pesquisa vivenciada no Caminho ao longo de três anos de pesquisa. Inicialmente são apresentadas as características da instituição e o tipo de trabalho que ela realiza e na sequência explicita a experiência propriamente dita no PROJETO TEMPO DE SER CAMINHEIRO CAMINHO DE FORMAÇÃO PARA A VIDA – CONQUISTANDO A LIBERDADE em suas dimensões da identidade, sociabilidade e mundo do trabalho e das experiências com o meio ambiente. Os relatos dos depoimentos dos caminheiros, egressos do sistema penal, estão nesse capítulo configurados e analisados e os resultados da pesquisa são também explicitados, lançando reflexões sobre as possibilidades de trabalho a partir do desenvolvimento de ações educativas emancipatórias.

2.1 SER SOCIAL, TRABALHO E A REPRODUÇÃO SOCIAL.

2.1.1 Reprodução Social: a expansão da vida

Pensando a vida em seus movimentos elementares, na base do processo que garantirá todo o seu sustentáculo e ascensão, situa-se o mecanismo tipicamente vital da reprodução. Pode-se afirmar que tudo deriva desse mecanismo poderoso e elementar. Elementar, porque a natureza parece buscar sempre remediar a fragilidade dos estágios anteriores e as dificuldades estruturais ligadas à continuidade dos processos. Poderoso, porque assegura a permanência do instável e transforma-se em instrumento de progresso e conquista de novos patamares.

No processo de desenvolvimento da vida, como em um labirinto inextricável, a natureza vai se complexificando. Lukács (2013) refletindo sobre essa temática, aborda a teoria do salto ontológico. O referido autor considera que a essência do salto ontológico é constituída por rupturas com a continuidade normal do desenvolvimento e o seu movimento não se dá de modo uniforme. Após cada salto, as mudanças ocorridas interferem na estrutura do ser e o projetam para novos níveis evolutivos de sua existência.

A emergência de um novo patamar, nessa perspectiva, exige portanto um vasto e contraditório processo de construção das novas categorias, da nova legalidade e das novas relações que caracterizam a esfera nascente. O salto ontológico acontece então, através de um processo lento de transformação da natureza em três fases sucessivas: natureza inorgânica, natureza orgânica e ser social. Lukács (2010) nos informa que em ambas as esferas, um momento decisivo do desenvolvimento se presentificou, no sentido de que as categorias dos estágios inferiores do ser foram subjugadas, transformadas em favor da dominação das suas próprias categorias.

Na natureza inorgânica, o movimento tem como essência, o mundo mineral, que não se reproduz. Sílica, água, gás carbônico – óxidos essenciais, que em seu processo de constituição foram queimando e neutralizando as afinidades de seus elementos, progressivamente fizeram nascer a variedade do mundo mineral. Chardin assim caracteriza o mundo mineral,

O que caracteriza “biologicamente”, poder-se-ia dizer, as espécies minerais é o terem tomado, à semelhança de tantos organismos incuravelmente fixados, um caminho que as fechava prematuramente sobre si mesmas. Por estrutura nativa suas moléculas são incapazes de crescer. Para aumentarem e se estenderem, estas devem, portanto, de algum modo, sair de si mesmas e recorrer a um subterfúgio puramente externo de associação: enlaçarem-se e encadearem-se átomo a átomo sem se fundirem nem unirem verdadeiramente. Ora elas se põem em filas, como no jade. Ora se estendem em planos, como na mica. Ora se performam em quincunces sólidos como na granada. (CHARDIN, 1995:76).

Assim nascem, portanto, os agrupamentos regulares, numa justaposição, sobre uma rede geométrica de átomos, como um mosaico de organização simples e estável que caracteriza a matéria condensada que nos rodeia.

O segundo nível do ser é o orgânico, de muito maior complexidade que o ser inorgânico, uma vez que tem a propriedade da vida. O mundo orgânico germinou e uma nova ordem se fez. Sua característica fundamental é a reprodução da vida. Fibras, mundo molecular, dentre outros fundam um despertar celular infinitamente complexo. Seres vivos, desde as bactérias até o homem, trazem aspectos de substância viva semelhante e por que não dizer aparentada, a partir de agrupamentos específicos, que tomados em seu conjunto acabam por formar um todo genético e estruturalmente solidário. Alia-se a isso o fato de que a esfera do ser biológico naturalmente tem a sua história, paralela a história geológica da terra. O mundo orgânico não cessa de desabrochar.

Lukacs nos lembra que

Os homens, por muitíssimo tempo, se reproduziram predominantemente sobre um plano meramente biológico, sem introduzir neste processo as formas de objetividade propriamente sociais. Pelo contrário, é inimaginável que tais formas existam sem a reprodução biológica dos homens como sua base de ser. (LUKACS 1981:169-170)

Diante de tal afirmação há que se perguntar o que foi capaz de trazer um novo salto no desenvolvimento humano. Inicialmente é mister apontar que, para a ontologia lukaciana, é na base da reprodução biológica do homem que o ser social se constitui, como uma terceira esfera ontológica.

Necessário ainda apontar que o ser orgânico e o ser social dependem da existência do ser inorgânico. O ser inorgânico independe da existência dos dois outros níveis. A modalidade do ser social depende deles, mas não se esgota neles. “Um ser social só pode surgir e se desenvolver sobre a base de um ser orgânico e que esse

último pode fazer o mesmo apenas sobre a base do ser inorgânico”. (LUKÁCS, 1978, p. 3).

Lessa corrobora essa informação preliminar nos dizendo que:

Apesar de distintas, as três esferas ontológicas estão indissolúvelmente articuladas: sem a esfera inorgânica não há vida, e sem a vida não há ser social. Isto ocorre porque há uma processualidade evolutiva que articula as três esferas entre si: do inorgânico surgiu a vida e, desta, o ser social. Essa processualidade evolutiva é responsável pelos traços de continuidade que articulam as três esferas entre si. (LESSA, 2015:17)

São três as esferas ontológicas, que se diferenciam pela sua complexidade. Cada uma delas tem as suas dinâmicas que lhes são específicas e que não podem ser transferidas, bem como a relação entre elas é insuprimível. O homem tem em sua conformação o caráter biológico e uma vinculação direta com o mundo natural, uma vez que como afirma Marx

A natureza é o corpo inorgânico do homem, a saber, a natureza enquanto ela mesma não é corpo humano. O homem vive da natureza significa: a natureza é o seu corpo, com o qual ele tem de ficar num processo contínuo para não morrer. Que a vida física e mental do homem está interconectada com a natureza não tem outro sentido senão que a natureza está interconectada consigo mesma, pois o homem é uma parte da natureza. (MARX, 2006 : 84)

A natureza é parte inorgânica do homem, no entanto, ele diferencia-se dela. Para o pensamento ontológico marxista, o processo histórico é aberto a possibilidades, as categorias mais complexas vão predominar em relação a outras em estágios incipientes e as categorias sociais vão predominar sobre as categorias biológicas. Lukács (2010) ressalta ainda que qualquer estágio do ser, no conjunto ou em seus detalhes, é complexo e só pode ser compreendido no interior mesmo da constituição do ser e do seu nível correspondente.

O que irá constituir o ser social é o trabalho. Por meio do trabalho, um salto ontológico se efetiva e o ser social se constitui sem romper obviamente, com a naturalidade imediata da sua constituição biológica. Portanto, a terceira modalidade que supõe as duas primeiras, é o ser social, infinitamente mais complexo que os outros. Segundo Lukács,

O trabalho introduz no ser a unidade entre causalidade e teleologia. Antes de sua existência havia apenas processos causais. A teleologia é uma

consequência do salto ontológico que funda o ser social. Entretanto, o trabalho na relação causalidade e teleologia não funda ciência, esta surge com o desenvolvimento do homem na sociedade. (LUKACS; 2010: 44)

Tal afirmação nos leva à compreensão de que um sentido de finalidade subjaz a ação humana, eivada de práxis e de intencionalidade. Lessa (2013) reafirma tal enunciado lukaciano quando nos fala que a reprodução do novo, através da transformação conscientemente orientada do real, constitui-se no momento predominante do salto que marca a gênese do ser social. O ser social se particulariza pela incessante produção do novo, que se dá pela transformação do mundo, de maneira consciente, orientada e teleologicamente posta.

Legitimando ainda mais essa ideia, trazemos Lukács para essa reflexão,

O fundamento ontológico objetivo dessas mudanças, com a sua tendência muitas vezes desigual, mas no todo, progressiva, consiste em que o trabalho posto de modo teleologicamente consciente desde o princípio comporta em si a possibilidade (dynamis) de produzir mais que o necessário para a simples reprodução da vida daquele que efetua o processo de trabalho (LUKACS: 2010:160)

O trabalho, nesse sentido é capaz de provocar o desenvolvimento do novo e inaugurar um tipo de reprodução, não mais no sentido biológico e sim social. Ora, a reprodução é a categoria decisiva para o ser em geral, e o seu processo se dá num entorno e tem como base a natureza que é modificada de modo crescente pelo trabalho e pela criatividade humana. Para Lukács (2010) o ser significa o mesmo que reproduzir a si mesmo e tem como base irrevogável o ser vivo, o homem em sua constituição e reprodução biológicas.

O ser social pressupõe, portanto, o homem como ser vivo, momento singular da reprodução social. Da ação humana social e conjunta visando à reprodução da vida, surgem categorias e relações categoriais totalmente novas, qualitativamente distintas que retroalimentam e influenciam a reprodução da vida humana. Levando-se em conta que a essência da reprodução do ser social consiste em produzir o novo, no âmbito do ser social ela é regulada por mudanças internas e externas.

O afastamento da barreira natural é consequência da socialização, diz-nos Lukács (2010), cada vez mais resoluta e pura do ser social. Tal afastamento expressa-se, sobretudo, no fato de que esse princípio originalmente biológico de diferenciação acolhe cada vez mais momentos do social. Estes assumem um papel predominante

nela, reduzindo os momentos biológicos à condição de momentos secundários. Por isso, o processo de reprodução torna o ser cada vez mais social.

A estrutura básica do ser social envolve sempre o homem em sua singularidade e a própria sociedade que o constitui, a tal ponto que ele reage ativamente ao meio, contrapondo às mudanças do mundo exterior, um mundo de sua própria práxis. Nesse sentido, a sociedade cria, ela própria através da práxis humana as condições da sua reprodução social. Portanto, a reprodução social se realiza nas ações dos homens singulares e tais ações se encaixam uma na outra para formar um complexo de relações que eles estabelecem entre si.

O homem pode compreender o mundo, mas o faz, seguramente a partir de sua prática social. Esta é o fundamento do conhecimento, uma vez que ela representa o próprio homem em ação em uma determinada época histórica. A matéria é a realidade concreta e objetiva dada aos homens, independente de sua consciência, uma vez que a consciência de si e do mundo é objetivada a partir das relações que os homens estabelecem com a natureza (sociedade), com a produção de sua própria existência (trabalho) e com outros homens. Não é a consciência dos homens que determina o seu ser, mas é o seu ser social que determina a sua consciência.

A extensão do desenvolvimento biológico do homem é consequência da humanização, enquanto seu desenvolvimento social é consequência da complexificação da sociedade. A base biológica continua ineliminável e o momento predominante na processualidade dos complexos sociais não consiste nas forças motrizes da natureza e sim da sociabilidade.

Afirma Lukács;

Para entender em termos ontológicos corretos a reprodução do ser social, é necessário, de um lado, ter em conta que seu fundamento ineliminável é o homem com a sua constituição física, com a sua reprodução biológica; e, de outro, não perder jamais de vista que a reprodução se desenvolve num ambiente cuja base é certamente a natureza, mas que, não obstante, é sempre e cada vez mais modificado pelo trabalho, pela atividade dos homens, da mesma forma a sociedade, na qual se verifica realmente o processo reprodutivo do homem, encontra cada vez menos já “prontas” na natureza as condições da própria reprodução as quais, ao contrário, ela cria mediante a práxis social dos homens. (LUKACS:1981:146-147)

Tal afirmação nos mostra que, a partir da intensificação de características cada vez mais sociais e incluindo a sua base eminentemente natural, a reprodução social assim se efetiva. Deriva dessa relação a complexificação dos complexos

sociais, alicerçada em uma continuidade histórica e processual. São as condições materiais que constituem a base da sociedade, que determinam a sua formação, as suas instituições e regras de funcionamento, as suas idéias e valores.

Lukács (1981) reafirma ainda que o trabalho, a linguagem, a cooperação e a divisão do trabalho estão imbricados na constituição do ser social e dessa correlação, novas relações da consciência com a realidade se fazem sentir, denotando que tais categorias não podem ser pensadas de modo isolado. A consciência tem uma função de elaborar a própria realidade. Abordamos nesse item a reprodução social, do ponto de vista da expressão da vida e da complexificação da natureza, até a emergência do ser social., constituído a partir do trabalho.

Por isso, a análise do trabalho é fundamental uma vez que ela contribui para explicitar, em termos ontológicos, as categorias específicas do ser social, seu desenvolvimento a partir das formas de ser precedentes, sua articulação com essas formas, sua fundamentação nelas, sua distinção em relação a elas.

2.2 O TRABALHO E A CONSTRUÇÃO DO MUNDO DOS HOMENS

O trabalho enquanto categoria desdobrada do ser social só pode atingir sua verdadeira e adequada existência no âmbito de um complexo social processual e que se reproduz processualmente. O trabalho é, portanto, uma das forças motrizes naturais por sua capacidade de, ao criar o novo, transformá-las pelo processo de sociabilização, além de conter em si a capacidade de tornar sociais todas as relações no interior da sociabilidade humana. Temos uma característica básica enquanto seres sociais que é a sociabilidade. A sociabilidade depende da estrutura orgânica que é parte da natureza. (LUKÁCS 2013:159)

Lukács afirma aqui que o estudo da categoria trabalho, exerce o momento predominante do salto da vida ao mundo dos homens. A primazia do trabalho sobre as outras categorias deve-se ao fato de ter sido ele o ponto de encontro das transformações que antecederam a existência do ser social. Embora as outras categorias estejam entrelaçadas ao trabalho geneticamente se pressupõe que nelas se faz presente a existência do ser social. Assim,

(...) suas propriedades e seus modos de operar somente se desdobram no ser social já constituído; quaisquer manifestações delas, ainda que sejam muito primitivas, pressupõem o salto como já acontecido. Somente o trabalho tem, como sua essência ontológica, um claro caráter de transição: ele é, essencialmente, uma inter-relação entre homem (sociedade) e natureza, tanto inorgânica (ferramenta, matéria-prima, objeto do trabalho, etc.) como

orgânica, (...) mas, antes de tudo assinala a transição, no homem que trabalha do ser meramente biológico ao ser social". (LUKÁCS:2013:44).

Tomando por base tais afirmativas, buscar-se-á o substrato da temática do trabalho até as configurações contemporâneas do capitalismo e suas influências na sociabilidade, considerando aqui que a realidade é um processo histórico, que compreende as múltiplas determinações do concreto.

O trabalho é uma categoria determinante para as relações do homem com a sociedade. Ele operacionaliza a relação do homem com a natureza e concomitante a esse processo, apresenta-se também a ação da consciência, imprescindível na construção da sociabilidade humana.

O trabalho como elemento fundante do ser social, não se reduz à satisfação de uma necessidade. Se assim fosse, haveria uma negação do salto ontológico da natureza orgânica para o ser social; se estaria afirmando a existência do ser humano num nível meramente biológico, instintivo.

Pelo trabalho, as necessidades das individualidades sociais se encontram e o homem se descobre como essência humana, isto é, um ser de mútuas relações nas quais existe uma reciprocidade na satisfação das necessidades, sendo que entre os pares inexistente relação de dominação. O fazer teleológico transforma a individualidade numa coletividade e as necessidades do indivíduo se transmutam em necessidades da comunidade, que justificam a razão de ser do trabalho.

Lukács assim se posiciona:

A essência do trabalho consiste precisamente em ir além dessa fixação dos seres vivos na competição biológica com seu mundo ambiente. O momento essencialmente separatório é constituído não pela fabricação de produtos, mas pelo papel da consciência, a qual, precisamente aqui, deixa de ser mero epifenômeno da reprodução biológica: o produto, diz Marx, é um resultado que no início do processo existia "já na representação do trabalhador", isto é, de modo ideal. (LUKÁCS: 1978:4).

De fato, o trabalho humano é uma atividade consciente, que contém um momento de prévia idealização, em que o sujeito idealiza o resultado que deseja alcançar e o momento em que se dá a objetivação propriamente dita, que de maneira dialética se entrelaçam e se reconfiguram mutuamente.

Sobre o processo de trabalho, Marx escreve:

Acima de tudo, o trabalho é um processo entre o homem e a Natureza, um processo em que o homem, por sua própria ação, media, regula e controla seu metabolismo com a Natureza. (...) Ao atuar, por meio desse movimento, sobre a Natureza externa a ele e ao modifica-la, ele modifica, ao mesmo tempo, sua própria natureza. (MARX: 1985:149)

Do trabalho se origina uma série de determinações decisivas do ser social que, em sua expressão genuína intencionam levar os outros homens a executarem singulares pores teleológicos desejados pelos sujeitos da ação. Os pores teleológicos assumem duas formas: aqueles que buscam realizar uma transformação de objetos da natureza, visando à realização de fins humanos e os pores que se propõem a exercer influência sobre a consciência de outros homens visando leva-los a executar os pores desejados. “Quanto mais se desenvolve o trabalho e com ele a divisão do trabalho, tanto mais autônomas são as formas de pores teleológicos do segundo tipo, tanto mais eles conseguem se desenvolver como complexo próprio da divisão do trabalho” (LUKACS: 2010:18).

O trabalho traz em seu cerne a necessidade da divisão social do trabalho. Para cada tipo de divisão do trabalho se gera um meio de comunicação e uma forma de cooperação que lhe é peculiar. Por essa razão, o trabalho tem uma concepção de pôr teleológico, ou seja, tem um fim determinado para dar-lhe o valor devido em função da utilidade que terá para a satisfação das necessidades humanas.

Sendo uma atividade social, demanda a colaboração de outras pessoas e se manifesta na divisão das tarefas. A consciência grupal suplantando a singularidade faz o pôr teleológico voltar-se para a obtenção dos fins conservando a unidade na multiplicidade. Não se trata de atividade isolada, mas segundo Lukács (2013), uma articulação de pores teleológicos.

O ser humano constrói o mundo, é um ser ativo capaz de transformá-lo e a si mesmo. Portanto a realidade humana é a práxis. É na práxis que o ser humano ressignifica a sua realidade. É na história humana que a prática se configura. Marx entende que o mundo é conhecido a partir das suas condições materiais, e defende que não basta conhecer o mundo, mas transformá-lo. A propósito dessa afirmação Marx assim se posiciona,

O homem faz da sua atividade vital mesma um objeto da sua vontade e da sua consciência. Ele tem atividade vital consciente. Esta não é uma determinidade (Bestimmtheit) com a qual ele coincide imediatamente. A atividade vital consciente distingue o homem imediatamente da atividade vital animal. Justamente, [e] só por isso, ele é um ser genérico. Ou ele somente é um ser consciente, isto é, a sua própria vida lhe é objeto, precisamente

porque é um ser genérico. Eis porque a sua atividade é atividade livre. (MARX, 2006a: 84).

Por isso, nessa relação entre o homem que transforma e a natureza que é transformada, é imprescindível o papel da consciência precedida pelo reflexo e mediada pelo pôr teleológico que faz da causalidade imediata uma causalidade posta, segundo Lukács (2013) A causalidade diz respeito a algo que ocorre dentro de condições determinadas.

Portanto, do trabalho brota uma divisão do trabalho cada vez mais abrangente e ramificada que encaminha para o intercâmbio de mercadorias, que por sua vez influencia a divisão do trabalho que impele ao desenvolvimento. Inserida nesse fluxo, a divisão do trabalho é fruto do desenvolvimento das forças produtivas e o ponto de partida de um desenvolvimento ulterior, surgido dos pores teleológicos singulares de homens também singulares. Ela traduz um poder social que assume dos homens um caráter autônomo de ser, e se expressa com o surgimento das classes e o decorrente antagonismo entre elas.

Marx (1985) já apontava que o intercâmbio de mercadorias e a sua relação econômica de valor, propiciaram a análise da reprodução social. Em suas observações o referido filósofo compreendeu que para a existência em sociedade os homens têm que produzir as coisas que necessitam pelo seu próprio trabalho, criando produtos; estes são distribuídos e consumidos de acordo com suas necessidades.

Sua busca pela compreensão da sociedade capitalista foi atravessada pela análise das relações econômicas, relações históricas, políticas e ideológicas construídas nessa forma de sociabilidade. Em suas análises, Marx buscou investigar a economia do capitalismo e sua formação predominantemente social, onde a relação mercantil se constituiu no ponto nodal para a compreensão do trabalho como ponto de partida para se chegar ao ser social. Marx (1985) percebeu que a conversão dos produtos do trabalho em mercadoria, a partir da análise do valor de uso e do valor de troca inerente ao processo, constituiu-se em um estágio mais elevado da sociabilidade, onde se faziam presentes categorias cada vez mais sociais.

Marx (1985) mostra, ainda, que o relacionamento do ser humano com seu ambiente está mediado pelas próprias relações interespecíficas; e que, dentre estas, são as relações sociais de produção as que governam todas as demais. Retomar o estudo da categoria trabalho é então fundamental para compreender o porquê de

historicamente se observar essa dicotomia, ou apartação com o ser social e a natureza e compreender as consequências indelévels na sociabilidade sob a égide do capital.

Marx (1985) vai se ocupar em explicar o processo histórico por meio do qual se separa – aliena-se – a existência humana dos condicionantes naturais necessários para reproduzir-se. Indo além, em seu método do materialismo histórico, ele procurará mostrar as formas como esse processo vai se efetivando, modificando-se, rompendo esse metabolismo com a natureza.

Buscando analisar a história dos homens, por meio das lentes do modo de produção e suas características econômicas, políticas, sociais, ideológicas e culturais, Marx (1985) propõe um modo de pensar criticamente o sistema capitalista de produção. Vimos afirmando até aqui que toda a atividade desenvolvida pelo ser humano é uma forma de trabalho, categoria que inaugura a emergência do ser social. No entanto, como se caracteriza o trabalho no sistema capitalista?

O capitalismo é um modo de produção cuja especificidade é a mercadoria como elemento central na mediação das relações sociais. As relações de produção capitalistas se baseiam na compra e venda da força de trabalho, transformada em uma espécie de mercadoria, capaz de gerar valor, produzir riqueza, pela apropriação privada dos meios de produção por aqueles que detêm a posse deles. Com isso, produz-se e reproduz-se a desigualdade social, que se transforma em fundamento da manutenção da lógica da mercadoria.

No regime capitalista, o trabalho passa a ter então uma característica de mercadoria, que é vendida pelo trabalhador, ao capitalista, a fim de garantir e assegurar a sua sobrevivência. Por sua vez, o capitalista ao apropriar dela, dá-lhe em troca um salário. O capital passa a ser a relação social determinante tendo como outra ponta da cadeia o trabalho assalariado. A relação capital e trabalho caracteriza-se por uma relação de dependência mútua, como uma espécie de unidade diversa contraditória, desigual e alienante.

O capital se expressa através da mercadoria e do dinheiro. Isso provoca um feitiço, uma vez que as relações sociais aparecem como relações entre mercadorias e o fruto do trabalho parece adquirir vida própria, como coisa, desprovida de trabalho humano e de historicidade.

Mercadorias são objetos úteis, produto de um trabalho de qualidade específica que atendem às necessidades sociais, de qualidades materiais diferenciadas e consideradas valores de uso. Os valores de uso se caracterizam pela

própria materialidade da mercadoria e se realizam no consumo dos objetos úteis. São grandezas sociais que se distinguem pela quantidade de trabalho que tem incorporado. No entanto há também uma outra modalidade que é a do valor de troca. Pachukanis (1988) assim nos ajuda a refletir sobre isso quando diz que:

As categorias da mercadoria, do valor e do valor de troca são, sem sombra de dúvida, “formações ideológicas”, representações deformadas, mistificadas (segundo expressão de Marx) através dos quais a sociedade, baseada na troca mercantil, concebe as relações de trabalho dos diferentes produtores (PACHUKANIS:1988:37)

O advento do capitalismo, portanto, faz com que o ser humano se afaste da sua real natureza, uma vez que já não controla o próprio trabalho, e o que ele produz parece adquirir existência própria independente da sua vontade. O trabalhador, além de perder tudo para o capitalista, envolve-se em um processo de alienação. Esse caráter alienatório tem uma dimensão de natureza política, oriunda da ideologia liberal, que criou a ideia de um Estado imparcial, mas que se encontra visceralmente atrelado aos interesses da classe dominante.

Se o processo de produção capitalista expressa uma maneira historicamente determinada de os homens produzirem e reproduzirem suas condições materiais de existência, concomitantemente, os homens também reproduzem as idéias e representações que expressam estas relações e as condições materiais em que se produzem, encobrindo o antagonismo que as permeia.

A desigualdade social, consequência de tal relação de exploração conflituosa, inconciliável e antagônica entre assalariados e capitalistas, potencializa, nesse sistema a necessidade de aumentar o lucro, reduzir salário e aumentar a jornada de trabalho e, por outro lado, as lutas da contraparte para reduzir ou eliminar tal exploração.

Portanto, a contradição fundamental que se assenta sobre a sociedade capitalista, bem como sobre os processos que a dinamizam, é a contradição entre capital e trabalho e as lutas e conflitos daí decorrentes, cuja visibilidade se mostra na emergência da questão social. O desenvolvimento desta sociedade está fundado na exploração do trabalho coletivo por parte de uma determinada classe social – a burguesia – que se apropria da riqueza socialmente produzida através do trabalho (atividade, condições e frutos), sob a forma de mais valia, gerando assim, a desigualdade considerada central nesta forma de sociedade, a desigualdade de

classe, que, por sua vez, produz conflitos sociais, cujas expressões podem abalar a reprodução e manutenção desta sociedade, configurando a questão social.

Portanto, indissociável do processo de acumulação e de seus efeitos sobre as classes trabalhadoras, surge a questão social, tributária das formas assumidas pelo trabalho e pelo Estado na sociedade burguesa. A questão social é compreendida, num primeiro momento, como

[o] conjunto das expressões das desigualdades da sociedade capitalista madura, que tem uma raiz comum: a produção é cada vez mais coletiva, o trabalho torna-se mais amplamente social, enquanto a apropriação dos seus frutos mantém-se privada, monopolizada por uma parte da sociedade (Iamamoto: 2003: p. 27).

Significa, sobretudo, o conjunto das desigualdades, cuja lógica de produção e reprodução social remetem à análise da própria “natureza” da sociedade capitalista, com seu modo de produção e reprodução material e espiritual da vida, segundo a tradição marxista de interpretação desta sociedade.

O entendimento sobre a questão social nesta tradição está vinculado, num primeiro momento, a uma análise sobre os processos de trabalho que são peculiares a esta forma de sociedade, pois a raiz das desigualdades que a sustentam é atribuída exatamente à exploração e apropriação dos frutos do trabalho coletivo por parte de uma determinada classe social, a burguesia, gerando, ao mesmo tempo, concentração de riqueza, de poder e expansão da pobreza e sua agudização.

Pensar a questão social remete, portanto, a uma reflexão sobre a forma como a riqueza é gerada nesta sociedade, sobre como esta forma é mantida e legitimada através da dominação de classe e das dimensões políticas, ideológicas e culturais constitutivas desta dominação e como aqueles que vivenciam as desigualdades expressas na questão social se organizam para resistirem a este processo, pressionando a sociedade e o poder público para atenderem às suas reivindicações.

A reflexão sobre a questão social envolve a análise sobre o mundo do trabalho e as desigualdades que este produz e reproduz, sobre as formas históricas de manutenção e legitimação destas desigualdades, através do aparato estatal e do conjunto de instituições criadas para regulação destas contradições, bem como dos mecanismos de resistência criados pelos que vivenciam os processos de exploração/dominação nesta sociedade.

Visando à legitimação do modo capitalista de produção, buscaram-se formas de regulação da questão social através da intervenção do Estado no “social”. Desde os séculos XVI, XVII, XVIII e XIX se verificam legislações para regular a pobreza e formas de enfrentamento da questão social por parte dos poderes constituídos.

O Estado, na fase do capital monopolista é chamado a intervir na questão social para garantir sua reprodução e legitimação, através das chamadas políticas sociais públicas. Historicamente, a construção destas políticas esteve condicionada às formas de exploração vivenciadas no mundo do trabalho, aos processos e mecanismos de resistência das classes que vivem do trabalho, ao jogo das forças sociais em disputa na sociedade. Consensos e interesses políticos foram se construindo em cada momento histórico caracterizando uma correlação de forças que ora legitimou ou acirrou certas formas de visão e tratamento dado pelo Estado e instituições à questão social.

Ao longo do tempo verificou-se uma tendência de naturalizar a questão social, no sentido de tentar transformar as suas manifestações em objeto de programas assistenciais focalizados de “combate à pobreza” ou em expressões da violência dos pobres, cuja resposta é a segurança e a repressão oficiais. Segundo Mézaros (1995), o sistema de metabolismo social do capital se estabeleceu como produto da divisão social que subordinou estruturalmente o trabalho ao capital, sendo ainda o resultado de um processo historicamente construído.

Na sociedade capitalista o trabalho se constitui como centralidade, contudo, no apagar das luzes do século XX, processaram-se transformações que trouxeram impactos no mundo do trabalho e sérias repercussões nas relações de trabalho e de produção, nesta era de grandes inovações tecnológicas. Desenvolvido ao longo do século XX como padrão de acumulação do pós-guerra, tal espectro se fundamentou na produção em massa; em unidades produtivas concentradas e verticalizadas; no controle rígido do tempo e dos movimentos desenvolvidos por um proletariado coletivo e de massa sob forte despotismos e controle fabril; por certo reconhecimento do poder sindical da classe operária; pelo trabalho parcelar, fragmentado; pela constituição da figura o doperário massa, dentre outros aspectos.

Ainda no século XX um modelo de regulamentação social democrático firmava-se na ideia do Estado de Bem-estar social e buscava canalizar o fundo público, tanto para o financiamento do capital, quanto para a reprodução da força de

trabalho. Movido pela lógica de impulsionar a produção pela ampliação de mercados, tal modelo buscava preservar um certo poder aquisitivo da população para o consumo. Para tanto o Estado tentou viabilizar políticas de pleno emprego e salários indiretos através das políticas sociais públicas para garantir o consumo de massa, além de implantar uma rede pública de serviços sociais, como estratégia de reversão das crises cíclicas do capitalismo pós-guerra.

A partir da década de 1970, esse modelo de regulamentação social democrático, que deu sustentação ao *Welfare State*, veio sendo solapado pela desregulação Neoliberal, privatizante e antissocial. A expansão do neoliberalismo e crise do *Welfare State* contempla-se na reestruturação produtiva, privatização acelerada, no enxugamento do Estado, no surgimento de políticas fiscais e monetárias sintonizadas com os mecanismos internacionais.

Fruto da crise estrutural do capital observa-se na contemporaneidade um processo de destruição da força humana que trabalha; a perda ou enfraquecimento dos direitos sociais; a brutalização de enormes contingentes de homens e mulheres que vivem do trabalho; a relação predatória entre produção e natureza. Esses são alguns dos fenômenos presentificados nesses tempos.

No mundo do trabalho essa crise afetou o movimento operário e sindical, bem como a materialidade da classe trabalhadora, sua forma de ser, quanto a sua esfera subjetiva, política, ideológica dos valores; criou o desmoronamento da esquerda tradicional, ocorrendo a social democratização da esquerda com a emergência de um sindicalismo voltado à institucionalidade e burocratização.

Características dominantes na sociedade capitalista dos tempos primevos até a contemporaneidade, tais como a submissão e aceitação passiva das especificidades do trabalho, do emprego e regras de mercado, o modo de produção capitalista destrói as perícias à sua volta, dando nascimento a ocupações e qualificações vinculadas à capacitações técnicas específicas que encolhem as possibilidades de criação humana. A interação dos homens na dimensão individual, social e da produção coletiva se efetiva ou se expressa sob a forma de mercadorias.

Na contemporaneidade se observa a renovação da velha questão social sob outras roupagens e novas condições sócio-históricas de sua produção e reprodução, aprofundando suas contradições. Ela evidencia hoje a imensa fratura entre o desenvolvimento das forças produtivas do trabalho social e as relações sociais que o sustentam.

A lógica financeira do regime de acumulação tende a provocar crises que geram recessão, maior concentração de renda, aumento da pobreza e ampliação das desigualdades sociais. O favorecimento dos investimentos especulativos, em detrimento da produção, reduz os níveis de emprego, agravando a questão social, enquanto enxugam-se as políticas sociais públicas.

Na esfera da produção, o padrão fordista-taylorista tende a ceder a liderança à “especialização flexível” ou “acumulação flexível”. A reestruturação produtiva identificada no mundo contemporâneo e afetada pelos avanços científicos e tecnológicos, põe as mercadorias a serviço do grande capital, trazendo rebatimentos sobre os processos de trabalho, as formas de gestão da força de trabalho, o mercado de trabalho, os direitos sociais e trabalhistas, os padrões de consumo etc., atingindo a luta sindical de tal forma que a correlação de forças parece enfraquecida. A ampla competitividade no cenário internacional erige a qualidade dos produtos como requisito para enfrentar a concorrência e processos de produção customizados visando atender às particularidades das demandas do consumidor. O cliente passa a ser o rei, a pessoa passa a ser tratada como uma empresa. Ao trabalhador cabe ser polivalente, em um amplo enxugamento das empresas, com a terceirização e a decorrente redução do quadro de pessoal, tanto na esfera privada como na governamental.

Esse quadro é complementado por radicais mudanças nas relações entre Estado e sociedade civil, traduzidas nas políticas de ajuste neoliberais. Um amplo processo de privatização da coisa pública está em curso, com os objetivos de tornar o Estado cada vez mais submetido aos interesses econômicos e políticos dominantes em nível nacional e internacional, em detrimento das dimensões importantes da soberania da nação.

A produção é uma atividade social e como tal, determina vínculos e relações mútuas entre os homens, que são estabelecidas para que essa produção e a reprodução dos meios de vida, dentro e por intermédio das quais ocorre a ação de transformação da natureza. A produção social não se refere a produção de objetos materiais, mas de relação social entre as pessoas e as classes sociais que incorporam determinadas categorias econômicas.

Na sociedade capitalista as relações sociais são expressões de relações mercantis. Os indivíduos, sem distinção aparecem no discurso de sustentação desse sistema, como capazes de tornarem-se proprietários de mercadorias, livres para a

compra e a venda delas, de acordo com os seus interesses particulares. O trabalho assalariado presumindo a superação do trabalho escravo passa a considerar “livres e iguais” juridicamente, os trabalhadores, que senhores de si, podem vender a sua força de trabalho no mercado.

Nesse particular a liberdade burguesa pressupõe o livre trânsito dos indivíduos e das mercadorias. A liberdade é considerada fundamental para o sucesso do capital, por isso ela se estende ao mundo dos homens. No entanto, a liberdade surge como uma abstração, uma vez que ela é o elemento fundamental de regência das relações de troca das coisas entre si. Nesses termos, a produção e seu processo aparecem como capazes de dominar os homens. No entanto, todo o processo que permeia a relação capital x trabalho é marcado por conflitos e contradições.

Vimos como o trabalho funda o ser social, estabelecendo a primazia sobre outras categorias. Compreendemos que o trabalho na sociabilidade capitalista assume características de mercadoria configurando processos de alienação, exploração, contradições, desigualdades sociais historicamente estabelecidas. Veremos a seguir os rebatimentos dessa lógica nos complexos da sociabilidade e da linguagem.

2.3 OS COMPLEXOS DA SOCIABILIDADE E DA LINGUAGEM: LAÇOS SOCIAIS NO MUNDO DOS HOMENS

A sociabilidade constitui uma totalidade social como momento predominante da reprodução do ser social. A reprodução social, acontece através de forças motrizes essencialmente sociais. As novas categorias e relações surgidas a partir do trabalho são atravessadas por uma marca social.

Lukács (2010) compreende que os complexos da sociabilidade humana são produto de atos singulares de um indivíduo ou conjunto de indivíduos, esse considerado aqui como um ser natural, universal, social e consciente. A sociabilidade envolve tanto os atos singulares como a totalidade das relações sociais e o modo como são produzidos os meios de produção. Refere-se, ainda, às formas de relações interpessoais e as relações humanas com o mundo circundante, o mundo da natureza e da sociedade.

Ela é um traço especificamente humano-social, uma totalidade de processos e relações sociais que constituem o ser. A sociabilidade corresponde ao

conjunto das relações que os indivíduos estabelecem entre si e é formada por múltiplos processos combinados em interação permanente, numa causalidade posta pelas necessidades de cada momento histórico.

Pode-se afirmar então, que tanto a sociabilidade como o espaço de individualidade do homem vai se erigindo pelo processo de reprodução social, uma vez que se trata do exercício da humanidade dos homens, sua atividade particular na relação que estabelece com o mundo, que define a sua maneira de ser e viver em um dado momento histórico.

A sociabilidade é considerada, portanto, como a totalidade da vida dos homens que acontece em permanente relação e transformação, onde eles, ao estabelecerem relações com o mundo objetivo e os outros, constituem a sua prática social. É na esfera da subjetividade que a vida social enreda a sua teia, fazendo-nos ver que há uma interação entre ela e a universalidade, realizada em um movimento do todo sobre o indivíduo e do indivíduo sobre o todo.

Se a sociabilidade está fundada nas relações de produção e é considerada a manifestação da produção material da vida dos homens, a sociedade capitalista é constituída de múltiplos processos em interação. Muitos são os níveis de sociabilidade, no entanto é a sociabilidade burguesa que assume posição preponderante sobre as outras. Nesse particular, a sociabilidade engendrada na sociedade burguesa diz respeito às contradições e desigualdades inerentes ao processo de desenvolvimento social, de tal forma que no interior dela são geradas diversas relações e processos sociais, sínteses de atos singulares.

Lukács nos lembra que “a sociedade só pode ser compreendida em sua totalidade em sua dinâmica evolutiva, quando se está em condições de entender a vida cotidiana” (1977:11s). A esfera do cotidiano é uma esfera precisa: é a esfera do homem concreto. Nessa vida cotidiana o homem se reproduz como indivíduo e reproduz a totalidade social.

Heller assim nos esclarece:

A vida cotidiana é a vida de todo o homem, no qual este participa com todos os aspectos de sua individualidade, de sua personalidade [...] seus sentidos, capacidades intelectuais, suas habilidades, sentimentos, paixões, idéias, ideologias [...] todos em relação. (HELLER 1970:17)

A autora ressalta o aspecto dialético e histórico presentes na vida cotidiana, em um cenário onde os homens constroem o mundo objetivo e a sua subjetividade.

Sociabilidade e vida cotidiana compõem o mesmo complexo social. Enquanto totalidade da prática social, a primeira diz respeito a complexidade da vida em sociedade e seus impactos nas escolhas e atos individuais. A segunda, também parte dessa totalidade, é a forma imediata da humanidade, é a base das relações humanas.

A sociabilidade no espectro contemporâneo se faz sentir nas atividades da vida cotidiana. Pensar a vida social também como circuito de afetos, que produzem efeitos e predispõe a condutas e códigos de comportamento, entre sujeitos, entre instituições e formas de produção também é discutir a sociabilidade. Que afetos nos mobilizam na vida social contemporânea?

Jacques Lacan no final dos anos sessenta, do século XX, formaliza os laços sociais entre os humanos na medida em que nos diz que os sujeitos são seres de linguagem e de libido. Em o Mal-estar na civilização (1976), Freud já apontava no relacionamento com os outros homens a causa de maior sofrimento do homem. Para ele o mal-estar na civilização é o mal-estar dos laços sociais. Nesse particular reforçamos aqui que esses laços sociais são afetados pelo contexto histórico, político, econômico e social de uma dada sociedade.

Na contemporaneidade o capitalismo inocula a sociabilidade quando o mercado aparece como eixo regulador da vida social; a lógica pragmática e produtivista incita a competitividade, rentabilidade, eficácia e eficiência como critérios que referenciam a vida em sociedade; a mentalidade utilitária reforça o individualismo; a naturalização da sociedade ativa os apelos morais à solidariedade e no contrapapel observa-se a crescente degradação das condições de vida das grandes majorias. Este cenário atinge as formas culturais, a subjetividade, a sociabilidade, as identidades coletivas, erodindo projetos e utopias; estimulando um clima de incertezas e desesperanças.

A configuração que se delineia na sociabilidade contemporânea é a precondição para uma vivência em desamparo. Desamparo este no sentido de que os sujeitos carecem de referências sólidas de identificação; tornou-se impossível fixar-se a um determinado tipo de identidade em um cenário em que a transitoriedade dos referenciais é perpétua e contínua. A consciência da incerteza se faz permanente e habita o sujeito em todos os seus movimentos, não como algo passageiro que se evidenciaria apenas em determinadas situações ou circunstâncias específicas, mas como um sentimento que se tornou genuíno no homem contemporâneo.

A instabilidade produzida na atualidade e a diminuição do espaço de um mundo virtual sem fronteiras, deslocam o sujeito de um centro norteador e o lançam em um conjunto de expectativas futuras, de modo constante, que o impele a uma postura de alerta a todo momento. Debórd (1997) aponta que o sujeito passa a evitar identificações sólidas, ao passo que sua ascensão no cenário espetacular depende justamente de sua capacidade de assumir várias identidades, cada qual eficaz em um determinado momento específico da cena social.

Dunker (2017) aponta que o neoliberalismo acabou se tornando uma forma de vida, que compreende uma gramática de reconhecimento e uma política para o sofrimento, uma vez que essa forma neoliberal descobriu que pode extrair mais produção e mais gozo do próprio sofrimento do trabalhador. Desse modo,

Encontrar o melhor aproveitamento do sofrimento no trabalho extraindo o máximo de cansaço com o mínimo de risco jurídico, o máximo de engajamento no projeto com o mínimo de fidelização recíproca da empresa, torna-se regra espontânea de uma vida na qual cada relação deve apresentar um balanço. Dessa forma não existem zonas protegidas “fora do mercado” e, quem é contra isso é contra o neoliberalismo, e quem é contra o neoliberalismo é a favor do Estado. Tudo é mercado. Educação é investimento. Saúde é segurança. Relações são networking. Imagem é marketing pessoal. Cultura é entretenimento. Pessoa é o empreendedor de si mesmo. (DUNKER, 2017:284/285)

De fato, o capitalismo transforma as relações, as aspirações humanas e os direitos sociais em produtos ou mercadorias, dentro da lógica competitiva de mercado, amarrando o livre-arbítrio ao desejo de consumir. Não se favorece na contemporaneidade a subjetivação das experiências, produzindo, assim, sujeitos vazios de significados e referenciais de identificação.

Que individualidade se produz na sociabilidade do capital? Ora, no sistema capitalista de produção, todas as esferas da sociedade e da individualidade são atravessadas pela lógica da reprodução do capital, através da exploração da força de trabalho. Moraes nos lembra que,

O desenvolvimento das forças produtivas na regência do capital propicia, a um só tempo, e contraditoriamente, a produção da riqueza em abundância e a pauperização material e espiritual dos produtores. Trata-se da produção material determinada pela dissociação entre a propriedade e o trabalho, na qual a atividade é desprovida de sentido conscientemente genérico, representando para o indivíduo a perda de si próprio, da sua essência e o empobrecimento de seu mundo interior, de sua humanidade. (MORAES, 2007:127)

De fato, rebatimentos econômicos, sociais, políticos, culturais e psíquicos de toda ordem se apresentam na atualidade tais como o egoísmo, a violência, o consumismo, dentre outras, legítimas expressões de uma individualidade que se produz sob o capital. As relações sociais e culturais existentes na sociedade evidenciam a busca pelo consumo desenfreado, caracterizada pelo individualismo, pela efemeridade e pelo descompromisso.

Ondas de violência, banalização da vida, vulnerabilidade e declínio dos sistemas de simbolização, além da crueza das passagens ao ato, fazem-se presentes. O acesso ao objeto é organizado não pelo símbolo, mas pela apreensão, pelo raptó, pela violação. A vida parece ser considerada apenas pela existência no aqui e agora, na vivência do presente desconectado das memórias e das perspectivas de futuro.

Birman (2006) aponta que nos tempos contemporâneos se promove a cultura do narcisismo e a sociedade se concebe sem atentar para a densidade do outro. O sujeito não se importaria mais com o outro, valendo apenas o engrandecimento do eu à custa do outro, que passa a ocupar a posição de objeto do gozo daquele. Tudo isso sustentado por cenas construídas para o olhar, pela produção do especular. O autor acredita que o sujeito vive permanentemente em um registro especular, em que o que lhe interessa é o engrandecimento da própria imagem.

O momento contemporâneo caracteriza-se por grandes contradições, forjando novas subjetividades. Rosa, Taeco e Berta (2006), apontam para um modo específico de laço que projeta o sujeito violentamente ao gozo, relacionado ao consumo e lucro ou ao sofrimento. Melman (2003), ao comentar esse cenário contemporâneo ressalta que está na ordem do dia uma nova economia psíquica, uma nova forma de pensar, de julgar, de operar em comunidade. Há uma mutação que faz a sociedade passar de uma economia sustentada pelo recalque a uma economia organizada pela exibição do gozo. Considerando o gozo como uma posição em que o sujeito busca dar conta do impossível tentando usufruir daquilo que nunca é capturado, enfatiza-se na sociedade contemporânea, a ideia do gozar a qualquer preço, numa ação imperativa que promove a destituição subjetiva do sujeito.

Segundo Birman (2001) constituiu-se no ocidente, nas últimas décadas, uma nova cartografia do social, onde a fragmentação da subjetividade ocupa posição de destaque. Essa fragmentação constitui-se na matéria-prima da qual as outras modalidades de subjetivação são forjadas. O modo capitalista de produção

contemporâneo provoca a dispersão das massas e a devastação dos laços sociais. Enfermidades do laço se fazem presentes e se relacionam às tentativas de preencher o lugar do sujeito com objetos, minimizando-se os sentimentos de mal-estar de homens e mulheres, destruindo-se as particularidades, e sendo sua constituição submetida à universalização.

Conseqüentemente, tensões e sofrimento psíquico genericamente rotulados como stress, somatização, depressão, dentre outros, estão na ordem do dia. Birman (2001) acredita que a psicopatologia expressa no contemporâneo define-se justamente pelo fracasso de muitos sujeitos - deprimidos, toxicômanos e panicados - em realizar a glorificação do eu e a estetização da existência.

Birman (1999) considera a subjetividade na cultura do narcisismo marcada pela impossibilidade de reconhecimento do outro em sua diferença radical. O autor afirma que a auto-exaltação da individualidade implica a volatilização da solidariedade, entendida como o correlato de relações inter-humanas fundamentadas na alteridade. É atributo da alteridade o reconhecimento do outro em sua diferença e singularidade, porém: “O que justamente caracteriza a subjetividade na cultura do narcisismo é a impossibilidade de poder admirar o outro em sua diferença radical, já que não consegue se descentrar de si mesma” (BIRMAN, 1999:25).

Tecendo ainda outros pontos capazes de compor esse cenário, tem-se que na sociedade de consumo, segundo Costa (1999:4) “entronizou-se o culto ao corpo, aos prazeres físicos, à liberdade de procriar fora das relações conjugais, a ingestão de drogas extáticas, a liberação sexual e, principalmente, a repulsa ao sofrimento.” As relações entre os indivíduos na contemporaneidade parecem vincular desejo à necessidade, buscando a satisfação dentro de uma lógica idealizada, de prazer sem limites, onde o outro é objeto de consumo, que deve ser usufruído no momento presente dentro de uma razão utilitária e não substantiva.

A tática do menor esforço e laços frouxos que podem ser rompidos, desde que necessidades não sejam satisfeitas são características de tais experiências, segundo autores como Bauman (2004) e Birman (2006). A lógica do consumo implica em valorar quem tem poder para consumir e excluir os incapazes de competir dentro dessa lógica.

O medo se apresenta ainda como é um dos afetos políticos centrais na contemporaneidade. Os indivíduos são movidos por desejos que desconhecem limites e tendem a entrar em relações profundas e violentas de concorrência. O outro passa

a ser representado como alguém que pode tirar daquele que possui, o substrato do seu trabalho ou da sua existência. O medo da morte violenta, o medo da despossessão dos bens, o medo de ser roubado ou espoliado, dentre outros fazem parte da vida cotidiana dos tempos atuais.

Retomando o processo de reprodução social, tem-se que ele cria, em sua totalidade, dois importantes complexos que realizam a ruptura entre o ser biológico e o ser social: a consciência e a linguagem. Segundo Lukács (1981) a consciência é um complexo social em cujo cerne se efetivam os elementos biológicos no processo de sociabilização. Mas, não só estes: tal caráter social comparece já no ato mais simples de trabalho. A consciência também é produto dessa interação humano-social. Na consciência interagem elementos biológicos e sociais e tem como característica fundamental a sociabilização. A consciência é um complexo fundado pelo trabalho humano, cujo desenvolvimento e complexificação estão imbricados de maneira interdependente.

O complexo da linguagem para Lukács (2010) é uma categoria articulada com as posições teleológicas primárias e secundárias, respondendo a necessidades sociais surgidas a partir da relação dos homens com a natureza - mediada pelo trabalho - e entre si, na divisão do trabalho e na práxis social em geral. Ou seja, as teleologias primárias são voltadas para a transformação da natureza em objetos sociais e as secundárias são voltadas para os homens entre si, persuadindo-os a agir de determinada maneira.

A linguagem nasceu quando os homens sentiram necessidade de dizer algo uns aos outros e isso aconteceu na emergência do ser social. Na concepção de Lukács, o complexo da linguagem é

uma estrutura dinâmica, surgida espontaneamente, cuja reprodução é efetuada por todos os homens na sua práxis cotidiana, na maior parte sem o desejar ou saber, e que está presente como médium inevitável da comunicação em todas as atividades interiores e exteriores dos homens.(LUKÁCS, 1981:225).

A linguagem está, portanto, inevitavelmente presente na comunicação humana. Tal complexo atrela-se à necessidade colocada pelo trabalho de refletir o real na consciência dos homens. Realiza ainda uma importante função em relação às posições teleológicas secundárias, consistindo no instrumento para influenciar outros indivíduos, agindo sobre a consciência humana. Então, a linguagem tem caráter

universal e assume portanto, um papel cuja importância e cujo significado para a reprodução do ser social a tornam presente em toda e qualquer forma de sociedade humana.

A linguagem tem uma característica particularizadora: é o único complexo social capaz de mediar a relação dos homens com a natureza e dos homens entre si, vinculando-se às duas formas de teleologia. Sua reprodução é realizada por todos os membros que compõem a sociedade, atendendo necessidades surgidas espontaneamente na vida cotidiana.

O caráter espontâneo do desenvolvimento da linguagem, significa que a reprodução da linguagem é realizada por todos os membros que compõem a sociedade, atendendo necessidades surgidas espontaneamente na vida cotidiana. Ou seja, a linguagem em seu caráter universal, particularizante e espontâneo é portanto, atravessada pelo contexto histórico, econômico, político e social em que homens, situados nesse tempo se relacionam uns com os outros e produzem para além da materialidade, idéias e formas de pensar a realidade. Vê-se aqui o quanto a linguagem reproduz e garante determinadas formas de organização da sociedade capitalista.

Há que se especificar aqui que os discursos construídos pelo sistema capitalista de produção, influenciam e condicionam as formas de compreender a realidade. O discurso capitalista legitima ideologicamente as condições para que tal sistema se perpetue, dando-lhe sustentação.

O discurso capitalista busca sobrepor o mercado à sociedade. O mercado, essa entidade amorfa, não parece ter regulação possível, uma vez que ela lida com o imperativo básico do consumo ilimitado. Não há leis, apenas esse imperativo. Calcado em uma política neoliberal, que desidrata a solidariedade entre os homens, mandando-os caminhar por si, num esforço competitivo individual, esse discurso apresenta-se ainda como segregador. Ele trata as diferenças pelas determinações do mercado, que segmenta os que têm ou não acesso ao que é produzido, não formando laços sociais e sim exclusões de toda a ordem.

Vimos que o complexo da sociabilidade como espaço de individualidade do homem, vai se erigindo pelo processo de reprodução social, está fundada nas relações de produção e é a manifestação da produção material da vida dos homens. Explicitamos que a sociedade capitalista é marcada por múltiplos processos em interação e que a sociabilidade burguesa predomina com características que diz respeito às contradições e desigualdades inerentes ao processo de desenvolvimento

social. Observamos que a sociabilidade no espectro capitalista é inoculado quando o mercado aparece como eixo regulador da sociedade, interferindo na vida social e na fragmentação dos laços sociais gerando competitividade, mentalidade utilitária, desamparo, além de um clima de desesperança e incerteza.

Mostramos como o capitalismo transforma as relações, as aspirações humanas e os direitos sociais, tratando tais temáticas como mercadorias. Sobre a linguagem abordamos aqui que ela é também atravessada pelo contexto social, político e econômico garantindo determinadas formas de organização da sociedade capitalista. Vejamos então como o complexo do direito se posiciona nesse contexto.

2.4 O COMPLEXO DO DIREITO NA SOCIEDADE DE CLASSES: UM DIREITO DE CLASSE

O complexo do direito é, dentro da reprodução social, aquele que atende necessidades específicas surgidas em consequência da divisão de classes. A divisão da sociedade em classes e, no seu bojo, a emergência dos antagonismos entre elas, impõe a necessidade de uma forma diferenciada de regulamentação, não produzida espontaneamente, nem pautada apenas nos costumes e na tradição. O complexo do direito emerge como resposta a essa necessidade. Ou seja, o complexo do direito é historicamente datado.

Esse complexo não se constitui como um complexo universal: não existe em todas as formas de sociabilidade, nem é requisitado em todos os tipos de relação social. Seu surgimento e desenvolvimento não ocorre espontaneamente, mas se vincula a uma necessidade específica: "o direito, surgido porque existe a sociedade de classes é, por sua essência, necessariamente um direito de classe: um sistema para ordenar a sociedade segundo os interesses e o poder da classe dominante" (LUKÁCS 1981:208).

Sua função consiste em atender a interesses particulares, restritos a determinados estratos sociais. Ainda nas palavras do referido autor:

O complexo do direito é um setor especial da atividade humana que pode existir, funcionar, se reproduzir somente se a divisão social do trabalho autoriza um grupo humano especializado a executar o trabalho aqui necessário, a pensar e agir, no interior de tal especialização, com certa consciência. (LUKÁCS, 1981: 225).

O autor nos diz que é necessário o modelo da divisão social do trabalho legitimar tal setor da atividade humana. Ou seja, o complexo do direito está intimamente ligado ao projeto de desenvolvimento do capital.

O complexo do direito, segundo Pachukanis (1988), encontra-se em íntima relação com os ideais do sistema capitalista. O sujeito jurídico das teorias do direito se encontra em um vínculo estreito com o proprietário das mercadorias; a filosofia do direito que tem em seus fundamentos a ideia do sujeito auto-determinado que ao ser desvelado encontra em seu cerne a filosofia mercantil; a defesa dos fundamentos da ordem jurídica é a forma mais geral de defesa dos ideais capitalistas.

Pachukanis (1988) nos diz que o fundamento da sociabilidade capitalista está no trabalho que se transformou em mercadoria. Só assim a mercadoria tornou-se plenificada. A forma do direito também equivalerá à forma da mercadoria. Ao observar esse núcleo da armação da sociedade do capital, o autor buscou investigar quais elementos jurídicos estariam presentes, consubstanciando a ordem capitalista. Nessas investigações Pachukanis percebe que, para que a venda da força de trabalho ao capitalista possa ser realizada de modo eficaz é necessário o surgimento de vínculos contratuais, e não os da força, tão evidentes nos modos de produção anteriores ao capitalismo.

O funcionamento do modo de produção capitalista implica no fluxo permanente de mercadorias, onde tudo é possível de ser comprado ou vendido por todos os que assim o desejem. Nesse movimento geral se dá essa equivalência, lastreada que é pelo valor de troca. Aí está o parâmetro da equivalência ou igualdade entre todos os homens, na perspectiva do capital. Os homens são iguais para vender e comprar o que quiserem. Além dessa equivalência ou igualdade, outro princípio é o da liberdade. Ela é crucial para a regência das relações de troca. O livre trânsito dos indivíduos é necessário para o livre fluxo de mercadorias. Além de iguais os homens precisam ser livres para trabalhar, no caso de quem vende a força de trabalho e livres para contratar, no caso dos donos dos meios de produção. Essa liberdade (sob o controle do capital) é fundamental para o seu sucesso.

Então, entre o trabalhador assalariado e o capitalista tornou-se necessário que se estabelecessem vínculos “equivalentes”, iguais perante o direito. O trabalho, enquanto mercadoria a ser vendida ao capitalista em troca de um salário é mediatizado pelo instrumento de um contrato. Ele dará a formalidade inerente ao mundo dominado pela mercadoria. O direito insere-se aí como estrutura fundamental

do capital porque no nível da interação entre as pessoas é o vínculo concreto, material e econômico da igualdade, da liberdade e da autonomia da vontade necessária para que o modo de exploração capitalista se legitime.

Uma relação direito e mercadoria, se estabelece portanto, demonstrando que o direito está enraizado nas relações sociais capitalistas. Pachukanis (1988) nos informa que é na produção e exploração dos homens pelos homens e no modo como um ser humano explora o trabalho alheio que está o cerne do direito. O direito está posto a partir das estruturas da sociabilidade capitalista.

Vale ressaltar que para o referido autor, a concepção de direito não se reduz a norma jurídica ou ao fenômeno do poder. Questões como justiça, dignidade, condições de trabalho não são resolvidas com mudanças ou reformas no arcabouço institucional de normas. As injustiças sociais, sofrimentos e indignidades estão na base material, econômica, produtiva da sociedade e o direito é uma das suas formas derivadas.

A emergência como regulador das relações de produção capitalista, faz do direito o criador da figura do *sujeito de direito*, até então não vivenciado na história da sociedade. O sujeito de direito é aquele que está submetido a instrumentos jurídicos e, portanto vínculos contratuais. O sujeito de direito goza de igualdade e liberdade para vender e comprar mercadorias e efetuar transações correspondentes. Isso traz rebatimentos sobre a subjetividade humana. Ela passa então a ter também uma vinculação jurídica que define modos de agir mediante construções jurídicas. A subjetividade humana passa a ser balizada pelo direito. O que estrutura o direito na sociabilidade capitalista e a vida que vem quando o trabalho se submete ao capital.

Pachukanis (1988) nos ensina que não há alternativas de socialismo jurídico e que toda a tentativa de mudar o direito é no sentido de manter a sociedade capitalista. Para superar o capitalismo é necessário acabar com a forma jurídica. As formas da sociabilidade capitalista não levam ao socialismo. O direito enquanto forma de subjetividade jurídica, é específico do capitalismo assim como a forma política estatal. O referido autor acredita que o socialismo é para além do direito e para além do Estado.

Vimos que o complexo do direito está enraizado nas relações sociais capitalistas de produção, regulando-as e enquanto forma de subjetividade jurídica é específica do capitalismo.

2.5 O PAPEL DO COMPLEXO DA EDUCAÇÃO NO PROCESSO DE TORNAR-SE HOMEM DO HOMEM

Qual é o lugar da educação no processo de reprodução social? A educação é um complexo social fundado no trabalho, categoria que inaugura o ser social. Funda-se no trabalho porque nele se instala em um percurso histórico, um processo de complexificação social. Tal processo é tão profundo que o transborda, produzindo mais do que é necessário para a reprodução do seu produtor, demonstrado na sua predominância em relação aos outros aspectos do desenvolvimento humano. Lukács (1979) considera que o trabalho é o ponto de partida da humanização do homem. Ele ainda assim se posiciona: “O essencial da educação dos homens, consiste em capacitá-los a reagir adequadamente aos acontecimentos e às situações novas e imprevisíveis que vierem a ocorrer depois em sua vida” (LUKACS, 2010:176).

É fato que o desenvolvimento dos complexos sociais ao se firmarem, criam uma relação de autonomia relativa em face do trabalho, uma vez que sempre haverá uma dependência ontológica em relação a ele. A educação goza de autonomia relativa, uma vez que não é ordenada preponderantemente pela sociedade. Na complexificação do trabalho e também da sociabilidade, as relações sociais se tornam mais complexas e impulsionam a elevação das individualidades a patamares cada vez mais altos.

Situada no terreno da reprodução social, a educação é práxis e consiste na mediação entre a individuação e a generalidade. No que tange à individuação, a educação refere-se a formação do homem pela sociedade, uma vez que é o processo pelo qual a sociedade atua constantemente sobre o desenvolvimento do ser humano no intento de integrá-lo no modo de ser social vigente e de conduzi-lo a aceitar e buscar fins coletivos. Em sua generalidade, a educação diz respeito a existência humana em toda a sua dimensão, duração, potencialidade e em todos os seus aspectos.

Ou seja, no sentido geral diz respeito à conversão do indivíduo em um membro útil à sociedade. No sentido restrito é a preparação de diferentes tipos de indivíduo para executar as tarefas específicas da vida comunitária. Portanto, a educação tem potencial para engendrar o progresso social e é ainda um fenômeno cultural pois transmite ao indivíduo não só os conhecimentos, experiências, usos e crenças mas também a cultura em todos os seus aspectos.

O caráter social a ela inerente é especificamente humano-genérico e distingue o ser social da esfera anterior. É ainda um fato social, pois refere-se a sociedade como um todo e é determinada pelas relações que a compõem em suas dimensões políticas, econômicas, sociais etc. Então ela é um fato histórico uma vez que compõe-se da história individual e da comunidade em sua contínua evolução.

A educação do homem é diferente dos processos adaptativos relativos aos seres orgânicos, especificamente os animais. Enquanto categoria social, a educação é resultado de práxis sociais, embora a base biológica seja ineliminável. Fundamentalmente a educação é processo, pois dedica-se à formação do homem no tempo histórico de sua existência e abrange o homem em sua totalidade. Lukács nos informa que "A educação do homem - no sentido mais lato - em verdade não é jamais totalmente concluída" (LUKÁCS, 198:152). Nenhuma educação é capaz de preparar suficientemente os indivíduos.

Na concepção lukaciana o caráter social e concreto da educação, sua caracterização, e constante complexificação são produtos sociais. A educação é um processo puramente social, é um formar e ser-formado em termos puramente sociais. Ela é imprescindível à apropriação dos elementos sociais que compõem a essência humano genérica, exigidos dos indivíduos singulares em cada momento concreto do desenvolvimento histórico-social. Uma vez ligada ao trabalho, como complexo social, ela está presente como fundamento do processo econômico da sociedade e é uma atividade teleológica.

A propósito da atividade teleológica, Lukács(2010:44), nos fala que:

o trabalho introduz no ser a unidade entre causalidade e teleologia. Antes de sua existência havia apenas processos causais. A teleologia é uma consequência do salto ontológico que funda o ser social. Entretanto, o trabalho na relação causalidade e teleologia não funda ciência, esta surge com o desenvolvimento do homem na sociedade. Assim também se processa a educação.

A relação entre causalidade e teleologia está presente na educação. Marx considera que a educação faz parte da dinâmica da política. A sua filosofia trata de uma análise da dimensão política da sociedade e traz implícita uma proposta político-pedagógica que reconhece que o papel mais importante da educação não é o desenvolvimento individual em si, mas colaborar para a transformação da realidade social.

A educação pode contribuir para fazer a crítica e diagnosticar as diversas formas de alienação, elucidando-as e denunciando-as, além de propor uma nova práxis organizativa da sociedade e da condução da vida, utilizando todos os instrumentos da cultura através de ações educativas emancipatórias. A educação também tem parte de seus correspondentes teóricos vinculados a um projeto societário específico e a ideologias a ele correspondentes que se caracterizam pelo compromisso com os interesses do sistema capitalista vigente.

Como é influenciada por interesses de classes, os grupos que a manipulam podem apresentá-la como um complexo que tem autonomia absoluta, como forma de mascarar sua função e articulá-la com a reprodução do status quo. Vê-se assim, que o campo específico onde a educação acontece, pode ser aquele vinculado a posições teleológicas destinadas a manter as desigualdades sociais e a exploração do homem pelo homem ou vinculadas à emancipação humana.

A educação se desdobra em formas diferentes, de acordo com a situação concreta na qual se realiza. É preciso conhecer suas especificidades para compreender devidamente a dinâmica da relação entre elas e delas com a totalidade social e com a formação do homem. Pensando na educação em sentido estrito, o da pedagogia clássica que inscreve o desenvolvimento humano no processo de ensino e aprendizagem, algumas questões parecem importantes destacar.

O primeiro aspecto diz respeito à linguagem, especificamente aquela promovida pela palavra, pelo dito e pelo não dito da ação educativa, teleologicamente posta. A palavra está no centro da ação educativa. Faz parte do campo de trabalho do educador. Ora, o educador deve transmitir a mensagem da forma mais precisa possível. A mensagem vem imbricada de teoria e articula-se em um movimento dialético com a prática, com todos os seus encontros e desencontros, mediatizados pela divisão social do trabalho que condiciona a visão de mundo, do problema, das suas causas e dos caminhos a seguir.

Educar é muito mais que transmitir conteúdos. Educar é transmitir um legado cultural e mais ainda. Nesse particular, é importante verificar então certos aspectos que estão presentes. Um deles é o par ensino e transmissão, e não somente ensino e aprendizagem. Algo se ensina, há uma intencionalidade aí. Para além daquilo que se quer ensinar, transmite-se algo mais, algo que não se pretendia dizer. Na relação professor-aluno, algo se passou de alguém para alguém sem que

houvesse nenhuma intenção. No campo educativo tal situação parece ocorrer o tempo inteiro. Não podemos controlar o efeito de nossa presença diante do outro.

A presença subjetiva do educador está o tempo todo nessa relação: quando ele se põe a ensinar, não pode impedir que seu inconsciente possa se manifestar no a mais que ele pretendia dizer. Ele não pode impedir que aquilo que ele recalcou de sua história se reflita no fato de ver naquela criança a criança que ele foi. Ele não pode negar o projeto de sociedade que tem em mente e que muitas vezes não se revela de modo explícito.

O educador é, portanto um ser humano, construtor de si mesmo e da história através da ação. É determinado pelas condições e circunstâncias que o envolvem e sofre as influências do meio em que convive e com elas se autoconstrói. Ele tem papel específico na relação pedagógica – docência, uma vez que assume o papel de mediador entre a cultura elaborada, acumulada e o processo de acumulação pela humanidade, e o educando.

O educando é um sujeito ativo que pela ação, ao mesmo tempo se constrói e se aliena. É o sujeito que busca uma nova determinação em termos de patamar crítico da cultura elaborada. É o sujeito que busca adquirir um novo patamar de conhecimentos, de habilidade e de modo de agir. Ele não deve ser considerado como massa a ser informada, mas sim como sujeito, capaz de construir-se a si mesmo, através da atividade, desenvolvendo seus sentidos, entendimentos, inteligência etc. Portanto, ele é possuidor de capacidade de avanço e crescimento. Ele não é pura ignorância. É um sujeito ativo e que para que aprenda, deverá criar oportunidades de aprendizagens ativas. Para isso busca a escola.

É fato que a forma como a escola tem sido organizada contribui para a perpetuação do trabalho manual e intelectual, espelhando a divisão social do trabalho. Vê-se na realidade brasileira essa dualidade, presente na escola de educação geral para jovens de classe mais favorecida que se destinam à universidade, em contraposição à escola profissional para os jovens de classe mais baixa, quando podem ter acesso.

A escola reforça a negação do direito à cidadania e um determinismo ocupacional uma vez que a escola básica, ainda nas primeiras séries, exclui um grande número de crianças. Sem o acesso ao saber, elas passam a exercer no mercado de trabalho, como regra geral as ocupações mais pesadas e pior remuneradas.

Baratta (2014) considera o sistema escolar como o primeiro segmento do aparato de seleção e de marginalização na sociedade. Exercendo a função de encaminhar a instrução básica à superior, o sistema escolar reflete a estrutura vertical da sociedade, através de instrumentos de seleção, discriminação e marginalização, contribuindo para manter o seu status quo e sua conservação. Modelos comportamentais e linguísticos são veiculados, uma vez que a escola é o locus de socialização da cultura dominante e, ela própria reage, à população que não se encaixa nesse modelo, com ações excludentes.

A escola e seus aparatos tecnológicos, metodológicos, teóricos e práticos, não raro compromete e estimula a marginalização social, daqueles que ocupam posição desfavorecida no tecido social. Sem dúvida, reproduz-se no microcosmos escolar, os mesmos estigmas realizados em outros grupos sociais e na sociedade como um todo. (BARATA, 2014:171)

Tal como pronuncia Baratta (2014), no sistema escolar há uma repartição desigual do acesso aos recursos e às chances sociais da classe trabalhadora. Ele reflete a impossibilidade da escola facilitar um processo de mobilização social, a partir da criação de estímulos à integração dos setores marginalizados da sociedade.

A sociedade capitalista inaugurou um novo tipo de relacionamento entre ciência, tecnologia e indústria que foi responsável pelo incremento das potencialidades produtivas, sobretudo após a Revolução Industrial, numa extensão desconhecida e inimaginável para qualquer modo de produção anterior. Esse processo foi intensificado no período após a Segunda Grande Guerra, na chamada sociedade tecnológica, quando a ciência e a tecnologia passaram a determinar praticamente todas as formas de pensamento e os aspectos da vida cotidiana. (JUNIOR, 2011:4)

Essa junção também acontece entre filosófica, ciência e capitalismo, forjando o mercado do saber. O saber passa então a ser um produto e encena relações muito precisas de poder e criando um modelo de racionalidade.

Na visão dicotomizada enredada naquele que se constitui o paradigma clássico da ciência, separa-se o conhecimento científico do senso-comum, a natureza e a pessoa, o homem de Deus, o corpo da alma, o espírito da matéria, a forma do conteúdo, a quantidade da qualidade, o objetivo do subjetivo, a teoria da prática, o pensar e o fazer, o geral do específico, os meios dos fins.

Esse modelo de racionalidade estendeu-se às ciências sociais que, para legitimarem-se como tal, deveriam munir-se da mesma objetividade, neutralidade e racionalidade. Os conflitos inerentes à sociedade foram considerados anomalias do sistema social, que deveria funcionar como um todo harmônico, seguindo princípios e leis universais. Este pensamento reducionista difundiu-se por quase todas as áreas do conhecimento humano, da física até a psicologia, e realmente produziu, a partir de sua adoção por toda a comunidade científica, resultados e descobertas surpreendentes.

Segundo Santos (2004) o sistema de ensino, em sua versão contemporânea, continua exercendo a função declarada de socialização cultural, ainda que possua uma nova configuração com outras atribuições, como a formação profissional. Os diversos conteúdos e objetivos inerentes às tendências pedagógicas praticadas nas escolas articularam-se com objetivos políticos definidos em cada época e matizaram um modelo de educação fragmentado e dissociado da vida e do fortalecimento da noção de sujeito.

Vê-se claramente aí, o papel de formação ideológica construído na escola, configurando-se como uma das instituições de socialização da cultura dominante. Segundo Baratta (2014) a escola, ao longo de sua existência, consolidou-se como um espaço de difícil acesso para os segmentos subalternizados socialmente.

Ainda que a estrutura institucional tenha se flexibilizado e permitido, ao longo dos anos, o acesso de diferentes grupos sociais aos seus bancos, esta condição por si só não garante a permanência dos novos integrantes durante o processo de formação, pelo contrário, muitos vão ficando pelo caminho, barrados pelos mecanismos de seleção, baseados, dentre outros aspectos, no conceito do mérito e em um sistema de punições. Os currículos nas escolas foram constituídos tendo em vista a fragmentação do saber, a especialização e a dicotomia entre o pensar e o fazer, entre teoria e prática, entre razão e emoção, dentre outras, visando atender a realidade do mundo do trabalho, sem eficácia.

A função social da educação deve, segundo Lessa (2006) ter a tarefa de favorecer aos sujeitos a apropriação dos conhecimentos, habilidades e valores necessários para se tornarem membros do gênero humano. O referido autor nos fala de uma formação integral do ser humano, que deveria ser o foco da educação. Tal formação deveria contemplar a dimensão moral e ética da humanidade. Formação humana, nesse particular, implica na ideia de emancipação humana.

Lessa (2014) ainda aponta que somente com a eliminação da propriedade privada dos meios de produção será possível a criação de uma sociedade igualitária, logo, sem classes sociais, logo atividades educativas que pretendam contribuir para viabilizar essa formação integral, deveria fomentar o engajamento na luta pela construção de uma forma de sociabilidade para além do capital.

Lukács (2010) nos fala sobre o gênero humano, destacando-o como síntese das ações individuais e que ele é atravessado pelas ações dos indivíduos em sua singularidade e particularidade histórica. A qualidade das ações individuais, segundo Lukács envolve uma reflexão entre a categoria do gênero humano em-si e o gênero humano para-si. (Aqueles ações que asseguram a conservação do status quo social, referem-se ao gênero humano em-si). As ações que reforçam a autonomia e auto-afirmação do sujeito, qualificadas eticamente, em um momento privilegiado da práxis social, dizem respeito ao gênero humano para si. Nesse experimento a práxis educativa pode assumir aos poucos uma função social de grande relevância entretanto, só assume sua função social mais radical quando faz os seres humanos perceberem que é necessário superar a relação dicotômica entre eles forjada pelo modo de produção capitalista.

O solo onde a ética preconizada por Lukács (2010) se erige, permite à práxis educativa realizar-se em sua radicalidade. Fazer-se homem do homem significa o resultado de que algo se resignificou, no conjunto da práxis humana mediatizada pelo complexo da educação. Ou seja, a educação foi capaz de permitir a ampliação da consciência desse homem sobre a sua própria vida, sobre a sua liberdade e sobre a relação com os outros homens, dentro de aspectos éticos que envolvem a sua responsabilidade e compromisso com a transformação social.

Buscando fazer uma reflexão sobre o complexo da educação no processo de tornar-se homem do homem, discutimos o seu caráter e o papel do educador, do educando e da escola nesse processo, resgatando a práxis educativa na sua radicalidade. Veremos a seguir as reflexões sobre o ser social, articulando suas bases ontológicas articulando a temática às determinações da sociabilidade do capital.

2.6 SER SOCIAL: BASES ONTOLÓGICAS E SUAS DETERMINAÇÕES SOB A SOCIABILIDADE DO CAPITAL

O ser humano atingiu em seu processo evolutivo, um grau de excelência em sua capacidade especulativa, criativa em conjunto com seus atributos mentais e sensíveis, que o tornaram capaz de construir e produzir ciência.

Vale ressaltar que,

O pensamento científico não é contrário à sabedoria universal, constituído pela vasta experiência cotidiana, uma vez que é desse saber que se nutre; dessa forma, é importante reconhecer a importância da fase da evolução do intelecto do Homem, que reflete o próprio processo do avanço dos antecedentes empíricos da Ciência. (ROSA, 2012:24)

Tal sabedoria universal foi construída em bases não só do pensamento ocidental, mas também das mais diversas regiões que compreendem a Ásia, Oriente Médio, África, Américas, e culturas tais como a chinesa, indiana, sumeriana, egípcia, mesopotâmica, hitita, persa, hebraica, africanas, asteca, maia e inca, dentre outras.

Inicialmente atrelada às concepções calcadas na visão mítica, que subordinava o real a um mundo invisível povoado por divindades que regiam os fenômenos da natureza e o destino do Homem, o pensamento humano acabou por afastar-se dessa realidade imagética, assumindo principalmente entre os gregos a primazia da escolha pela observação empírica, como meio para descobrir as respostas sobre os mistérios da natureza. Nasce então a filosofia natural, que séculos depois seria nomeada como ciência.

Segundo Reale (2012) a filosofia clássica e a medieval não desenvolveram uma teoria do conhecimento autônoma, uma vez que deram maior importância à teoria do ser. No entanto desde cedo, os gregos manifestaram indagações relativas às possibilidades e limites do conhecimento humano.

Rosa (2012) observa que nesse processo de pensar a realidade, uma nova concepção de mundo se gesta fundamentada em uma perspectiva quantitativa para o ato de conhecer, concepção esta que ainda se assentava em bases metafísicas, com o domínio do conceito de causalidade e da correspondente conotação teleológica.

Progressivamente, a capacidade de pensar ampliou-se para o estudo das propriedades dos fenômenos e leis universais foram criadas, para expressar essa nova forma de ver a realidade, a tal ponto que se firmaria não só para o âmbito dos

fenômenos físicos, mas também para o trato dos fenômenos sociais, o que se deu a partir do século XIX.

O desenvolvimento do espírito científico ao longo dos séculos foi se consolidando, não sem contradições, avanços e retrocessos, mas garantiu tornar a ciência uma criação humana responsável por evoluções em todos os campos do saber,

Nesse processo evolutivo da Ciência os pressupostos básicos da afirmação do espírito crítico, racional e investigativo viriam a prevalecer e a se constituir nos fundamentos da Ciência Contemporânea. O emprego da Razão humana, a rejeição de elementos mitológicos e sobrenaturais na explicação dos fenômenos naturais, a aceitação da relatividade do conhecimento e o recurso a uma metodologia que inclui observação sistemática, experimentação rigorosa e demonstração cabal dos fatos são elementos característicos atuais da Ciência. (ROSA, 2012:28).

Acrescente-se a essa afirmativa que a racionalidade humana é um constructo histórico, econômico, político e social e expressa as relações e atividades reais dos homens, estabelecidas no processo de produção da sua existência.

A gnosiologia é uma disciplina filosófica que estuda o conhecimento. Para fins desse estudo tomamos aqui uma outra direção: a direção da ontologia. Não se trata da ontologia clássica que investiga a natureza do ser que subsiste em si mesmo, tal como observava Lukács (2010), mas da perspectiva ontológica marxiana. Tal perspectiva foca-se no estudo da gênese e do desenvolvimento dialético do ser social, enquanto ser que se constitui historicamente, e não como um ser que brota pronto e acabado. A ontologia marxiana, busca ainda elucidar as especificidades do ente, na perspectiva de descobrir as diferentes graduações do ser e como se constitui a processualidade histórica do ser social.

Segundo Lessa (2015) não há limites ao desenvolvimento humano, a não ser aqueles construídos pelos próprios homens e esta demonstração apenas pode se dar de forma cabal no terreno da ontologia. Ontologia deriva do radical grego ón, óntos que significa ser e logos que diz respeito a estudo, tratado.

Hegel concebeu a seu modo a ontologia como uma história, segundo Lukács. Para ele, Hegel foi um preparador nesse domínio, na medida em que concebeu a seu modo a ontologia como uma história. Em contraste com a ontologia religiosa, a de Hegel partia de "baixo", do aspecto mais simples, e traçava uma história evolutiva necessária que chegava ao "alto", às objetivações mais complexas da

cultura humana. Naturalmente, a ênfase caía sobre o ser social, assim como era característico de Hegel o fato de que o homem aparecesse como criador de si mesmo.

Na perspectiva hegeliana, a essência das coisas emana do próprio desenvolvimento do ser. Nesse caso é a consciência que determina a realidade. Hegel foi capaz de perceber que ser é movimento auto dinamizado pelas contradições que contém. No entanto, ele pensava esse movimento como movimento do espírito. Para ele “o que é racional é real e o que é real é racional” (HEGEL 1997:35).

Levando-se em conta que o homem não é um ser isolado, nem fixo em qualquer forma imaginativa, a ontologia marxiana considera que a concepção de homem deve ser apreendida no seu processo de desenvolvimento real em condições determinadas. O ponto de partida da teoria marxiana é a realidade material e não os preceitos lógicos.

Afirma MARX (2006:126-127):

Quando o homem efetivo, corpóreo, com os pés bem firmes sobre a terra, aspirando e expirando suas forças naturais, assenta suas forças essenciais objetivas e efetivas como objetos estranhos mediante sua exteriorização (Entäusserung), este [ato de] assentar não é o sujeito; é a subjetividade de forças essenciais objetivas, cuja ação, por isso, tem também que ser objetiva. O ser objetivo atua objetivamente e não atuaria objetivamente se o objetivo (Gegenständliche) não estivesse posto em sua determinação essencial.

Na perspectiva marxiana, o homem é um ser natural, parte integrante da natureza e tem a sua trajetória e a da natureza intrinsecamente condicionadas, a tal ponto que não é possível conceber-se o homem sem a natureza e a natureza sem o homem. Para sobreviver, o homem precisa com ela se relacionar, uma vez que dela provém as condições que lhe permitem perpetuar-se enquanto espécie.

O homem atua sobre a natureza, no sentido de satisfazer as suas necessidades, mas não se limita apenas à questão da sobrevivência. Ele é um ser concreto, real e com condições materiais de existência definidas, portanto inacabado, capaz de dominar as forças da natureza, transformando-a e humanizando-a, sendo com isso capaz de modificar criadoramente o mundo.

Observa-se então que a interação homem – natureza é um processo permanente de mútua transformação. Cada nova interação reflete uma natureza modificada e que refletirá seguramente num homem modificado. Esse é o processo de produção da existência humana, uma vez que o homem vai se transformando, alterando aquilo que é necessário à sua sobrevivência.

Examinemos, por conseguinte, a ação humana. Ela não é apenas biologicamente determinada ou condicionada a uma espécie de legalidade natural. O ser humano, na perspectiva marxiana é aquele que constrói a sua auto atividade. A ação humana se dá pela incorporação das experiências e conhecimentos produzidos e transmitidos de geração em geração. A transmissão dessas experiências permite que a nova geração não volte ao ponto de partida da que a precedeu.

A natureza humana só existe na história, num processo global de transformações. Ele é capaz de produzir as suas condições materiais de existência. Nesta produção, estão presentes as relações e suas formas de relacionamento. O trabalho, a linguagem, a cooperação e a divisão do trabalho estão imbricados no ser social e daí emergem novas relações da consciência com a realidade. Portanto, tais categorias não podem ser compreendidas isoladamente.

O homem é o único ser da espécie que produz riqueza e os diferentes modos de produção comprovam que a riqueza de uma sociedade é produto do trabalho humano. Portanto, a ação do homem é intencional e planejada. O ser humano é capaz de antecipar na sua cabeça os resultados das suas ações, bem como de escolher os caminhos que vai seguir para tentar alcançar as suas finalidades.

Ao longo de seu processo histórico, o ser humano vai se modificando e alterando aquilo que é necessário à sua sobrevivência. É um ser ativo e está sempre interferindo na realidade que se dá através do trabalho.

(...) O trabalho começa com a elaboração de instrumentos. (...) São instrumentos de caça e de pesca, sendo os primeiros utilizados também como armas. Mas a caça e a pesca pressupõem a passagem da alimentação exclusivamente vegetal à alimentação mista, o que significa um novo passo de sua importância na transformação do macaco em homem." (ENGELS, 1876:11).

Nessa perspectiva, a relação homem-natureza, diferencia-se da interação animal-natureza. O animal atua sobre a natureza, no sentido de garantir a sobrevivência da espécie. A transmissão da experiência é feita quase toda em cima do código genético, o que estabelece os limites da possibilidade de modificações que a atuação do homem provoca sobre a natureza.

Este fazer objetivo marca a passagem do homem do estado de natureza para a vida em sociedade, num salto qualitativo que dá um novo rumo à história.

Portanto, é na transformação da natureza através do trabalho que o homem cria-se a si mesmo e se torna um ser social.

Lessa (2012) comentando o pensamento de Lukács sobre o conceito de ser social, nos afirma que

O ser social é histórico porque sua essência, em vez de ser dada a priori, se consubstancia ao longo do próprio processo de desenvolvimento ontológico. Em lugar de determinar o processo do exterior, a essência em Lukács é parte integrante de toda a processualidade. (LESSA, 2012: 44)

Portanto, o homem por natureza é um ser social e na natureza orgânica, tal como os outros seres da espécie, vive a sociabilidade de forma espontânea, até o momento em que no desenvolvimento de sua imaginação e pelo reflexo da objetividade elevada ao nível da consciência, constrói os fins a serem objetivados.

Há que se ressaltar aqui que a interdependência de todos os seres humanos, em todas as formas de atividade humana é o fato que faz com que as necessidades criadas, atendidas e transformadas aconteçam a partir da organização e do estabelecimento de relações entre os homens.

Marx não nega na operação desse processo a subjetividade, que é algo intrínseco ao homem e reconhece a participação ativa que ela tem nos processos de objetivação. A subjetividade é, para Marx, uma construção do sujeito, já a objetividade existe independente dele. No entanto, a objetividade não pode ser pensada sem uma íntima correspondência com a subjetividade.

A subjetividade para Marx é compreendida como um componente inseparável dos processos de formação da vida humana. O indivíduo humano para Marx deve ser considerado em seu caráter objetivo e determinado e também como um vir-a-ser. Nesse processo, novas formas de objetivação engendram novas formas de subjetivação. A subjetividade para esse autor é construída socialmente, produto de uma dada formação social inscrita em um tempo histórico determinado. Mas, e o que dizer da essência humana?

O mundo dos homens se gesta, pois, pelo modo de produção, as relações de produção daí decorrentes e pelas formas de sociabilidade daí resultantes. Marx (2004) aponta que a vida cotidiana é a vida genérica, é vida engendrando vida. A essência genérica do homem é determinada pelo exercício da atividade consciente e livre que se efetiva nas relações estabelecidas entre os indivíduos.

A essência humana é, portanto, genérica e se diferencia daquela presente no reino animal. O homem é um ser ativo, capaz de relacionar-se consigo mesmo e posicionar-se diante da sua existência. Em sociedade o homem se distancia da barreira natural e na interação com os outros homens explicita a sua humanidade. Há uma relação indissociável com a sociedade e as criações subjetivas dela resultante. Portanto, em cada ato humano há uma dimensão fenomênica, diretamente relacionada com a essência humana.

Uma vez que essência e fenômeno são processualidades históricas, elas aparecem imbricadas tanto nas ações individuais como na totalidade do complexo social. A essência humana está presente no gênero humano e em cada homem singular, em cuja individualidade se manifesta o ser social.

O homem é na relação que estabelece com os outros homens. Cabe aqui uma alusão a Sigmund Freud, que ao constituir uma teoria da economia psíquica, traçou segundo Oliveira (2008), paralelos com a teoria da economia política de Marx

(...) sobretudo a partir do Futuro de uma Ilusão, esse paralelismo entre a economia psíquica e a economia política começa a se intensificar, tornando o fenômeno econômico descrito em ambos os domínios, o psíquico e o político, um mesmo fenômeno indiscernível. Mas digamos que é sobretudo a partir de Psicologia das Massas e Análise do Eu (1921) que essas paralelas começam a se encontrar, na medida em que Freud parte de sua teoria da libido para descrever o laço social (OLIVEIRA, 2008:100)

Não é sem razão que o pai da psicanálise vai dizer que toda a psicologia individual é ao mesmo tempo social, além de articular a idéia de cultura à questão da produção de riquezas como um aspecto fundamental na constituição do laço social entre os homens.

Lessa (2015) explicita que no ser social a consciência tem um papel fundamental, possibilitando que os homens deem respostas novas às novas situações postas pela vida. Através da consciência ocorre o processo de escolha, no entanto, a cadeia de alternativas que se põe no real é fruto das chamadas conexões causais que acontecem independente da consciência. Tais alternativas são determinações da existência e não simples expressões da subjetividade.

A consciência para Lukács (2013) é a expressão da pessoa concreta que tem como propósito um fim concreto. Portanto, não há uma primazia da consciência sobre o ser. O campo sobre o qual ocorrem as decisões é determinado pelo complexo do ser que é posto concretamente.

As idéias são expressões das relações e das atividades reais vividas pelos homens e se traduzem nas representações daquilo que o homem faz, da sua maneira de viver, da forma como se relaciona com os outros homens, do mundo circundante e das suas próprias necessidades e da relação que estabelecem com a natureza.

Portanto, o ser social é histórico e sua compreensão só pode ser feita no tempo, por meio de sucessivos saltos ontológicos que foram intercalados por milhões de anos até fazer a passagem de um para o outro. Na concepção marxiana, o mundo tem seu dinamismo automovido. O ser é movimento porque ele é um campo de tensões e contradições. Tal movimento permeia toda a realidade, com confrontos e contradições que se resolvem por rupturas.

O ser social, do ponto de vista marxiano, tendo a capacidade de produzir e transformar a natureza e a si mesmo, descobre nesse processo as suas habilidades humanas, que são também sociais. Os objetos produzidos pelo homem indicam essa sua práxis. Inclui-se aí a perspectiva da teleologia, que corresponde a uma atividade orientada e não separada da consciência, ou seja, é a própria consciência efetivada o que define o ser humano. A teleologia na concepção marxiana, só se presentifica na esfera do trabalho e tem em si uma dimensão ontológica. A teleologia diz respeito à intencionalidade humana. Portanto, o processo de produção da existência humana tem caráter teleológico e social. A ação humana é intencional e planejada.

Importante afirmar aqui que há um conceito discutido por Marx que articula o processo de transformação do homem em sua relação dialética com a natureza: o metabolismo social. Trata-se do processo por meio do qual a sociedade humana transforma a natureza externa e, ao fazê-lo, transforma sua natureza interna.

Assim diz Marx:

O que exige explicação não é a unidade de seres humanos vivos e ativos com as condições naturais e inorgânicas de seu metabolismo com a natureza e, portanto, sua apropriação da natureza; nem isto é resultado de um processo histórico. O que tem de ser explicado é a separação entre essas condições inorgânicas da existência humana e a existência ativa, uma separação somente completada, plenamente, na relação entre o trabalho-assalariado e o capital. (MARX, 1971:449)

Ao buscar desvelar as formas de ruptura do metabolismo com a natureza e as especificidades modais que adquire essa ruptura no sistema capitalista de produção, Marx parece nos levar a um clamor pela conquista de uma nova sociedade que restabeleça os laços com a natureza externa.

Ao longo da história cada sociedade delimitou condições específicas de existência para seus indivíduos a tal ponto que podemos dizer que a sociabilidade e a individualidade se determinam mutuamente. O modo de produzir a vida em uma dada forma de sociabilidade define as posições históricas ocupadas pelos indivíduos no contexto social. Marx nos situa que a origem dos interesses privados, seu choque e contradições; a exploração do homem pelo homem através da mais-valia e da acumulação do capital; o desconhecimento do trabalhador de seu processo produtivo; o embrutecimento do trabalho, uma vez que não desenvolve as potencialidades humanas, dentre outras características, dizem respeito a forma como o sistema capitalista se estruturou historicamente.

Logo, a forma como o processo de objetivação da cultura humana se estrutura, não pode vir dissociada da maneira como ele acontece para cada indivíduo em particular. Ao provar da cultura engendrada pela formação do gênero humano, em um processo histórico singular, dá-se a formação de cada indivíduo como um ser humano em particular.

Ora, o sistema capitalista de produção engendra subjetividades e modos psicopatológicos de relacionamento social. Como seres humanos, se somos atravessados por uma essência histórica, as expressões da individualidade são especulares e consequência da forma como se organiza o capital em nossa sociedade, movido pela luta de classes e pela contradição entre o desenvolvimento das forças produtivas e as relações sociais de produção. Não é sem razão que para Marx, o desenvolvimento histórico do gênero humano tem sido um processo contraditório e conflituoso.

Todorov (1995) considera que o ser humano pode ser definido como ser vivo, não se reduzindo nem a condição de ser, nem a de ser vivo, uma vez que é atravessado pela linguagem e precisa de reconhecimento e confirmação, uma vez que o ser humano não sobrevive se não houver outro que reconheça a sua existência.

Dentro desta lógica do mercado de consumo,

O outro transformou-se, de forma cada vez mais frequente, em um objeto descartável quando não traz mais benefício para aqueles que o fizeram introjetar sua ideologia da competição, que conseguiram manipular seus sentimentos, orientar sua conduta e nele inocular a culpa, em caso de fracasso. (ENRIQUEZ, 2004:54)

Diante das considerações efetuadas, uma pergunta se faz sentir como ponto nodal: o ser social se metamorfoseia na vigência do sistema capitalista de

produção? Ora, se a ação de transformar a natureza externa é caracterizada pelo processo de trabalho e os efeitos sobre a natureza interna se expressam na sua subjetividade e na forma como são estabelecidas as relações de produção, seguramente o ser social sofre consequências do capitalismo na sua individuação humana.

Moraes assim traduz a forma própria de ser da individualidade humana,

A forma própria de ser da individualidade humana e de cada indivíduo singular é essencialmente unida ao processo reprodutivo do ser social na sua totalidade, totalidade essa cuja substância tem como tecido os nexos entre generidade e sociabilidade resultado da ação dos indivíduos singulares e da reciprocidade de seus atos. (MORAES, 2007:109)

Portanto, enquanto seres sociais, somos portadores de uma essência onto-histórica. É na interatividade social que a individualidade humana e os indivíduos singulares atuam. Tal interatividade social é resultado da história social humana, que é rica em possibilidades.

Falar em essência humana no reino do capital é supor que ela não será plenamente realizada numa sociedade calcada na exploração. O que fazer diante dessa realidade? Parte-se aqui do pressuposto de que a emancipação humana que se fundamenta no reino da liberdade passa pela superação da produção capitalista.

Lukács (2010) nos lembra de que tornar-se ser humano envolve uma perspectiva em que o indivíduo, ao tomar em suas mãos as rédeas dos seus afetos e paixões e igual domínio sobre as circunstâncias exteriores, e ainda balizado sobre a ética, abre espaço para uma práxis educativa de mediação objetivando na superação da dicotomia existente no capitalismo entre indivíduo e sociedade.

Cabe ainda ressaltar que, é também na relação que os homens estabelecem entre si, que ele se individualiza. Vegh (2005:9) nos diz que “estamos na dimensão imaginária da relação do sujeito com o próximo, definível em termos de reconhecimento. (...) O ser humano não sobrevive se não houver outro que o reconheça em sua existência.”. Ora a sociabilidade capitalista estrutura-se de tal forma que as relações dos homens com a alteridade, em seus aspectos objetivos e subjetivos maculam a percepção, alienando a qualidade das formas de se relacionar.

Ao lidar com essa alteridade, aqui concebida como o outro na sua mais radical diferença, as escolhas, níveis de percepção, comunicação e formas de se

relacionar estão atravessadas pela ideologia dominante e tem vinculação com o lugar ocupado econômica, política e socialmente por esse indivíduo.

Se as relações são mercantilizadas, utilitárias, em que as pessoas são medidas pelo que possuem em sua materialidade e menos pelo que elas são, como a humanidade pode reinventar-se dentro dessa perspectiva? Uma nova sociabilidade precisa ser retomada, não mais na base experienciada pelo capital, mas fundada em laços de respeito mútuo e solidariedade. Só assim a visão de ser humano, pode ser retomada. É preciso relembra-se daquilo que parece perdido e da ordem de uma impossibilidade. O ser humano não pode encolher-se e restringir-se aos padrões impostos pela sociedade vigente. É preciso que ele seja capaz de olhar o outro e a realidade em que vive sob um prisma que carregue a dimensão da possibilidade, da potência e do eterno florescer.

Finalizando, cabe trazer aqui um poema de Otávio Paz (1981), que faz alusão a isso,

Para que possa ser hei de ser outro
Sair de mim, buscar-me entre os outros
Os outros que não são se eu não existo
Os outros que me dão plena existência.

3 ESTADO DEMOCRÁTICO DE DIREITO PENAL, CRIMINOLOGIA E A CRISE ESTRUTURAL DO CAPITAL: UM EXAME À LUZ DA CRÍTICA MARXISTA

O segundo capítulo tratará do Estado Democrático de Direito Penal, criminologia e a crise estrutural do capital: um exame à luz da crítica marxista. No capítulo veremos uma reflexão crítica sobre o Estado democrático de direito penal, a partir da descrição de processo histórico de encolhimento de suas funções, da agudização da questão social e da conseqüente reconfiguração como Estado penal. Para tanto, considerações sobre a questão da violência como subproduto que serve para fomentar os elementos ideológicos para a consolidação do Estado punitivo, será aqui realizada. Os conceitos de criminalidade, crime e de criminoso, o contexto social do crime, e seu papel dentro da lógica da sociabilidade capitalista, será aqui também explicitado. Por último é apresentado um panorama da realidade carcerária a partir da minha experiência de inserção nos presídios de Fortaleza, incluindo os depoimentos dos sujeitos encarcerados, e daqueles colhidos nas conversas grupais com os sujeitos egressos do sistema e que são caminheiros do Projeto da Associação

3.1 O ESTADO DEMOCRÁTICO DE DIREITO PENAL

Falar sobre a questão criminal nos remete a uma reflexão imprescindível, acerca do crime e da criminalidade à luz da crítica marxista, uma vez que ela vai mostrar que o sistema de justiça criminal é tributário do processo de acumulação primitiva do capital, quando se deu a transição do modo de produção feudal para o modo de produção capitalista. Ora, a acumulação, nessa perspectiva é a força motriz da sociedade burguesa. Segundo Bottomore (1988:13) “para Marx, um dos aspectos essenciais do capital é o de que ele tem que ser acumulado, independentemente das preferências subjetivas ou das convicções religiosas dos capitalistas tomados individualmente”.

As transformações nas relações de produção no campo geraram uma série de conflitos e rupturas nas condições de vida dos camponeses que foram expulsos de suas terras e inadequados para assumir postos de trabalho na indústria iniciante, transformaram-se em uma população de famintos, bandidos, vagabundos e ladrões. Visando conter a problemática trazida por essa situação, cria-se uma legislação

criminal violenta e uma polícia para efetuar o controle e a repressão aos camponeses. A burguesia nascente está à frente dessas ações e transforma castelos em prisões.

Bottomore (1988) afirma que a crítica marxista compreende o crime como um produto da sociedade de classes. Ele explicita ainda que Engels, falará de maneira contundente em suas obras que a expansão da produção fabril em níveis elevados de exploração e a competitividade da sociedade burguesa trouxeram como consequência a degradação dos trabalhadores ingleses que, em uma reação individual à opressão, foram compelidos a se enredarem nas teias do crime. Segundo Bottomore (1988), Marx aparece como precursor das análises sociológicas contemporâneas sobre a rotulação do comportamento desviante. Visando inserir a forma como as lentes do marxismo olham a questão criminal, cumpra-nos fazer esse recorte à luz do momento contemporâneo.

A lógica de acumulação capitalista engendra diversos tipos de exclusão: a exclusão do acesso a uma habitação decente e a serviços comunitários, que se reflete na existência crônica de habitações precárias à margem das grandes metrópoles, como declarou um dos interlocutores da pesquisa:

Fui morar num conjunto habitacional que não tinha nem água. Montei minha “bocada” e vi pastando umas novilhas. Matei, junto com o pessoal da comunidade, cortei os pedaços, coloquei em sacolas e distribuí. Chamava a pessoa lá fora e entregava sem dizer nada. Odeio ver uma pessoa com fome.”
(Jonas, encarcerado)

Observa-se no depoimento de Jonas, ele construindo a sua “bocada” – lugar da boca de fumo – para vendê-la aos usuários. Vê-se aqui o mecanismo econômico engendrado pela indústria do crime, qual seja o fomento do ciclo da droga - uma atividade ilícita, mas completamente dentro do jogo da acumulação capitalista. O roubo das novilhas envolve uma ação contra a propriedade. Há uma lógica aqui instalada, que o coloca diante da necessidade de usufruir e dividir o bem capturado com os outros. Jonas quer ter acesso ao consumo nem que seja pelo rapto.

Outro tipo de exclusão refere-se ao direito à sobrevivência, o acesso à terra, outros ativos produtivos, ao crédito e a outros mercados de produtos além da exclusão do mercado regular, através do crescimento de relações de emprego precárias e/ou temporárias.

Trabalhei de graça, construindo um colégio como pedreiro. Já foragido, subi no terraço do terminal da Parangaba e comprei uma quentinha. Uma mulher se aproximou com uma criança e pediu o resto da minha comida. Aquilo me

doeu. Peguei uma cadeira, pedi pra ela sentar e paguei o seu almoço. Deus ilumine os seus caminhos (João, encarcerado)

João revela o trabalho não pago que lhe seria devido. O processo de exclusão no mercado de trabalho é um terreno fértil para a marginalização criminal. Tal depoimento nos mostra que mesmo em situação de completa dificuldade e ainda foragido, em um momento de compreensão empática, inverte o papel com a mulher e a criança e consegue pensar em repartir o pouco que adquiriu.

A exclusão no consumo de bens e serviços que expressa os níveis de desigualdade observados na sociedade capitalista, resultando sobretudo em um poder aquisitivo insuficiente para ter as condições básicas de sobrevivência, é outro fator também observado.

Fiz coisas erradas mais foi pensando em dar o melhor para meus filhos. Tudo o que via de novidade eu comprava, Se estou aqui preso foi pensando no melhor para eles. (Antonio, encarcerado)

Observa-se nesse depoimento uma necessidade de não ficar fora do jogo econômico proposto pelo capitalismo. A forma de pertencer preconizada está diretamente relacionada ao imperativo do consumo. Antônio, desprovido de condições materiais de existência para participar plenamente desse jogo, ainda assim o quer. Em seu histórico, inúmeros foram os assaltos. Ele quer participar da sociabilidade capitalista, nem que seja pelo recurso do rapto, da apreensão violenta, da violação.

Outro tipo de exclusão diz respeito ao acesso aos direitos humanos, que envolve a segurança do indivíduo, a liberdade de expressão, a dignidade etc. que pode ser observado nesse depoimento,

A justiça faz os nossos familiares andarem pra lá e pra cá. Não suportamos o sistema carcerário. Vivemos num país democrático, mas as decisões são muito demoradas. (Pedro, encarcerado).

Pedro nos revela o distanciamento do direito de ter acesso à justiça e a falta de dignidade para com as famílias dos detentos que lutam para ver encaminhados os processos jurídicos e terem informações sobre as posições judiciais.

A exclusão social está intimamente associada às manifestações de desigualdade em diversos aspectos: econômico, social, político, cultural, geográfico, psicológico, dentre outros. A noção de exclusão social articula as privações materiais

aos direitos sociais, mas não se restringe a privação de bens e serviços que caracteriza a pobreza e a satisfação das necessidades básicas, avançando no sentido amplo da exclusão ao acesso à segurança, à justiça, à representação e à cidadania.

Baratta (2014) nos informa que a lógica da acumulação capitalista cria e tem necessidade de manter setores marginais, desempregados e um foco específico de marginalização criminal. A contenção do desvio em limites que não prejudiquem a funcionalidade do sistema econômico-social e a manutenção da marginalização faz parte dessas práticas, uma vez que a exclusão contemporânea tende a criar intencionalmente, indivíduos inteiramente desnecessários ao universo produtivo.

Quem são esses indivíduos e onde eles vivem? Obviamente, eles fazem parte dos setores pobres da sociedade. A realidade dessa população é atingida em cheio pelo desemprego crescente, pelo subemprego e pela luta pela sobrevivência em condições muitas vezes insatisfatórias no campo e na cidade. Além disso, a agudização das contradições sociais originadas no sistema capitalista tem provocado a pauperização, a exclusão social, econômica, política e cultural dessa classe social.

O lócus onde essa população se situa encontra-se fora do paraíso dos condomínios e do acesso à condições de vida satisfatórias. Os bairros onde essa população se concentra, em face da especulação imobiliária são de localização afastada do centro urbano. Um bairro de periferia sempre traz em seu arcabouço arquitetônico um tapete de lixo que acompanha a construção de casebres, em média, com apenas dois cômodos e risco permanente de deslizamento. A precária condição de vida da maior parte da população desses bairros contribui para que os problemas de saneamento básico sejam agravados. A coleta de lixo é irregular e os demais serviços de infraestrutura são deficientes.

Os postos de saúde existentes nesses cinturões de pobreza não são suficientes para dar respostas à demanda, deixando grande parte da população sem atendimento ou em atendimento aquém do necessitado. Há precariedade nos setores de segurança, saúde, educação, lazer e urbanização, faltam bancos, farmácias, condomínios, supermercados e até mesmo escolas particulares e públicas.

A maioria da população desses bairros periféricos não tem emprego fixo e vive do mercado informal ou não possuem nenhuma renda mensal, vivendo da ajuda de amigos e vizinhos que não estão em situação muito melhor. A falta de oportunidade de emprego, o analfabetismo, o abandono de crianças e velhos, a desestruturação familiar, e o uso de drogas pela família e comunidade, concorrem ainda para o alto

índice de ingresso de adolescente no mundo das drogas ou na prostituição. Todos esses, são parte dos problemas enfrentados cotidianamente por essas populações, como afirma um dos interlocutores:

Meu avô só comprava as coisas de terceira e guardava dentro do baú. Quando alguém queria ele abria. Dizem que eu parecia com ele. No Bairro onde eu morava ele era conhecido como um homem ignorante. Ele ficava sempre com uma foice encostada à cadeira e uma garrafa de café. Ele era cego de um olho. Trabalhava com cal e o cal cegou ele. Um dia ele levou um corte e ele mesmo se costurou. A minha mãe tinha carinho por ele. Quando ela morreu, ele não teve o mesmo carinho por mim. Vendeu nossa casa e nos tratava na chibata. Ele dizia: “esses bichos vão ser marginais. Queria que ele me visse agora: sou um homem de bem.” (Fortaleza, Caminheiro)

Vê-se nesse depoimento o sofrimento da criança que esse homem um dia foi. Uma infância calcada no medo e em referências simbólicas violentas e de afetos devastadores. O caminheiro revela em seu discurso que quando pequeno ouviu do avô que no futuro ele seria um marginal. A fala do avô parece colocar nele uma insígnia, que ele demorou anos para se desvencilhar. A forma como o modelo econômico se organiza na sociedade capitalista impulsiona a desestruturação das famílias das classes pobres e também nelas insere insígnias marginais.

Alia-se a todos os problemas acima apontados, o aliciamento de meninos e jovens desde muito cedo. Personagens do crime conhecidos no bairro fascinam esses meninos, que muitas vezes estão em busca de referências simbólicas que os constituam existencialmente. Eles ingressam nas chamadas gangues, sendo alvo das drogas e da violência. As gangues, facções e o crime organizado são presenças atuantes na vida das comunidades pobres da periferia das cidades. Elas atuam nos presídios e servem de quartel general de onde também partem ordens para os negócios do crime, tais como o tráfico de drogas/armas, assaltos a banco e acertos de conta. Do lado de fora, a população muitas vezes com eles mantém vínculos que passam pela garantia da sobrevivência econômica, da segurança física e da proteção social.

Segundo Baratta (2014) aos residentes das zonas pobres cabem, na contemporaneidade três opções: A primeira refere-se ao mercado de trabalho: ou se lançam em empregos miseráveis, onde se ganha muito pouco e a sobrecarga de trabalho é imensa, ou tentam sobreviver em trabalhos informais que não violem as leis e com ganhos miseráveis ou lhes restam o desemprego. A terceira opção muitas

vezes os precipita a tentar a sorte na economia ilegal das drogas, dos furtos e roubos, enfrentando os perigos da prisão ou da morte.

Todos esses fatores, acima mencionados, são consequência do declínio das funções do Estado. Ora, historicamente a partir de 1973, as principais economias capitalistas passaram a conviver com um período de crise do capital, impondo-se um cenário de instabilidade e desordem.

Essa nova crise foi algo intrínseco ao movimento ampliado do capital. O padrão de acumulação taylorista/fordista e da regulação keynesiana da economia vigente até então, apresentava já aí uma crise, quando a economia mundial deu claros sinais de estagnação, com altos índices inflacionários e com uma mudança na distribuição do poder no cenário mundial.

Preconizou-se a desregulação da economia pelo Estado, enfatizou-se a lógica de mercado como direcionadora de toda a sociedade. O capital financeiro passou a prevalecer sobre o capital produtivo, favorecendo um crescimento especulativo da economia e não o seu crescimento econômico. Verificou-se a inserção da iniciativa privada em empresas estatais. Identificou-se ainda, uma intensa concorrência por novos mercados, acirrando a competitividade intercapitalista, o que passou a exigir mudanças no padrão de produção.

Estabeleceu-se uma enorme interconexão entre mercados cambiais, financeiros, de títulos e valores no mundo inteiro, a interpenetração patrimonial entre as grandes burguesias industriais e financeiras e a formação de oligopólios internacionais e redes globais informatizadas. O mercado ampliou os seus tentáculos numa perspectiva globalizada.

O Estado aos poucos foi encolhendo suas funções e subjugando-se aos ditames do mercado, não mais atuando como regulador nas relações sociais. A ele coube limitar-se ao papel de coadjuvante em um cenário que aos poucos foi se desidratando e eliminando o sistema de proteção social.

A agudização da questão social, trazendo conflitos de toda a ordem precipitou o aparecimento de uma nova face estatal. Wacquant (2008) aponta que as transformações na esfera do Estado estão ligadas à remoção do Estado econômico, o desmantelamento do Estado social, o fortalecimento do Estado penal e sua hipertrofia. Como consequência tem-se o disciplinamento do mercado de trabalho desregulado e desqualificado, que articulando a mão invisível do mercado e o punho de ferro do Estado, promovem o “aceite” e a legalização das classes pobres do

trabalho assalariado, precarizado, desregulado e instável. O dispositivo penal na era pós-keynesiana acaba por disciplinar as frações da classe trabalhadora e reafirmar a autoridade do Estado.

Portanto, um novo Estado parece reconfigurar-se, um Estado punitivo, um Estado penal. Wacquant (2008) nos informa que tal conformação aliada à bandeira do neoliberalismo e ao projeto burguês de sociedade, busca a reconstrução da autoridade pública diante do aumento dos conflitos sociais, bem como do crescimento da população carcerária e das pessoas em conflito com a lei, não só no Brasil, mas em todo o mundo ocidental.

O Estado entra no jogo, com o punho de ferro segundo Wacquant (2008), aliado ao mercado, visando controlar as desordens e regular as classes subalternas. Assiste-se à incapacidade de apresentação de soluções aos problemas coletivos, reduzindo ainda mais a perspectiva de um Estado social. A penalização passou a ser um discurso dos tempos contemporâneos, a ser exercido pelo Estado como forma de intervir nos problemas sociais.

Punir pessoas, colocando-as atrás das grades, no entanto, é uma invenção histórica recente, ainda que imaginemos que a prisão se apresente como algo imutável e indispensável. Até o século XVIII, o confinamento de pessoas, segundo nos informa Wacquant (2008), era motivado pelo desejo de deter suspeitos ou sujeitos culpados por crimes que estavam aguardando suas sentenças, que nesse caso diziam respeito à castigos corporais, banimentos, condenações a trabalhos forçados ou a galés.

O advento da individualidade moderna definindo modos específicos de viver e entender as questões humanas; os novos modos de compreensão da produção; as novas formas de relação de produção constituídas com o desenvolvimento do capitalismo, interferiram na forma como a subjetividade passou então a ser concebida.

Novas necessidades e desejos deram a ilusão de que o homem era livre. Novas ideologias, tais como a liberal e o romantismo preconizavam o ser livre, singular e diferente. A ideia da liberdade sutilmente freada por esquemas de docilização e domesticação se fez sentir. Padrões foram impostos, o controle das condutas se fez presente e o homem teve a ilusão de que era realmente livre. O homem teve então o poder de desfrutar dessa liberdade pessoal e, portanto, gozar do direito natural à integridade física. Portanto, a punição por excelência passou a ser privar as pessoas

da liberdade. O encarceramento passou a ser a forma normativa preponderante, um instrumento de administração da insegurança social. A estratégia então se tornou a de utiliza-se da criminalização das classes pobres.

O Estado, perdendo a exclusividade da regulação social e o mercado, passando a ser o campo aberto onde as garantias e direitos sociais se enfraquecem, vê conseqüentemente, o crescimento em larga escala das ações de encarceramento. Wacquant (2007) acrescenta que o mercado é projetado como regulador de todas as relações humanas e o governo é reduzido nas esferas econômica e social. No entanto é armado um “Estado forte” no domínio restrito da manutenção da ordem pública, embora essa redução seja a responsável principal pela insegurança objetiva e subjetiva.

Para esse autor, os governos incrementam o “mais Estado” penal para resolver o problema da insegurança objetiva e subjetiva que é causada pelo “menos Estado” econômico e social, que promove o desmonte da rede de segurança social e a desregulamentação do mercado de trabalho.

Netto (2010) acredita na ideia de que o capitalismo contemporâneo esgotou as possibilidades civilizatórias e tal exaurimento deve-se a que o estágio atual da produção capitalista é destrutivo, incidindo sobre a totalidade da vida social e denuncia ainda a crescente indústria da (in)segurança como recurso impulsionador da economia,

se a guerra, como tal, apresentou-se no século XX como um fenômeno que excedeu completamente o teatro e o âmbito dos combates, envolvendo muito mais para além deles, o que agora se verifica é que o belicismo passa a incluir as políticas de segurança pública em períodos de paz formal e se estende como negócio capitalista privado à vida na paz e na guerra, configurando a emergência da militarização da vida social (NETTO, 2010:22).

Não é sem razão que no Brasil, segundo SILVA (2011) se delineia um poderoso campo do mercado da segurança, cujo foco primordial situa-se na exploração do medo como um negócio altamente lucrativo. Um arsenal organizado por civis se faz presente, tais como o uso de câmeras de segurança, carros blindados, treinamento de profissionais de segurança, alarmes e sensores, serviços de monitoramento, entre outros.

A vigilância policial e o encarceramento terminam por agravar e ampliar os problemas. “O encarceramento é uma poderosa máquina de empobrecimento. Os

efeitos são devastadores para os detentos, famílias e comunidades. Há um colossal custo humano e social do encarceramento em massa.” (WACQUANT, 2008: 104)

No que tange ao agravamento da situação, há que se abordar a questão da violência. A violência institucionaliza-se, em todas as esferas da sociedade, a tal ponto que contribui para fomentar os elementos ideológicos para a consolidação do estado penal. Na contemporaneidade a violência é considerada como um dos nomes do mal-estar contemporâneo. Ora, a agressividade está na constituição do sujeito, na base do aparelho psíquico. Algo da relação sujeito versus objeto é permeada pela agressividade. Freud (1929) explicita que para que a vida civilizada seja possível, é necessário um pacto pelo qual se reprime grande parte da agressividade em troca das vantagens da convivência humana.

Costa (1984) afirma que o que caracteriza a violência é o desejo de destruição do outro, o emprego deliberado de agressividade. O autor assim aponta

(...) o capitalismo moderno obrigou o indivíduo a adotar uma estratégia de sobrevivência narcísica” que pouco tem a ver com o prazer e muito a ver com a dor. O indivíduo moderno é um indivíduo violentado, antes de ser narcisista. É uma violência que explicita seu narcisismo e as aparências “patológicas” que ele assume. Seu corpo e seu sexo monopolizam a libido objetual porque (...), tornaram-se fontes de sofrimento, dor e ameaça de morte para o EU. (COSTA,1984:169)

De fato, atravessado por essa estratégia de sobrevivência, o sujeito assiste a uma violência parametrizada pelos imperativos propostos pelo capital: cada vez maiores exigências se fazem sentir em nome da produção e dos resultados, focalizadas no fazer, na performance e na ausência de reflexão, sendo ele submetido aos ditames do consumo e aos ataques engendrados pela publicidade.

Compulsões e adições de toda natureza afetam a subjetividade contemporânea, tal como observa ZIZEK(2014). A lógica capitalista de consumo parece querer reduzir o ser humano aos atos biológicos próprios da vida diária, tais como comer, beber, dormir, defecar, fazer sexo. Assim denuncia o psicanalista Calligaris: “Que todos tenham de forma ampla, geral e irrestrita: “arroz, pinico e camisinha. Não é uma moral é uma fisiologia” (CALLIGARIS, 1996:48)

Cabe, portanto, ao sujeito buscar ajustar-se ou a acomodar-se a uma ilusão de bem-estar. O imperativo do consumo se apresenta como algo capaz de promover a felicidade e uma sensação imaginária de satisfação imediata capaz de livrar o sujeito

da angústia, como se isso fosse possível. A violência é explorada em todos os níveis e acaba se tornando um produto,

O fenômeno da violência é, portanto, transformado em produto com grande poder de venda no mercado da informação e em objeto de consumo, que passa a fazer parte do dia a dia de grande parte da população, mesmo daqueles que nunca tiveram contato direto com o objeto.(MERITI E MARTINS, 2011:133)

Os atos violentos cometidos pelos agressores são uma forma de expressão, de denúncia ou sobrevivência, frente a uma sociedade injusta e excludente que o esfacela na sua condição de sujeito. A violência é efeito do enfraquecimento dos limites discursivos que na atualidade fomenta o ato de consumo como prioridade e o ato de consumo suporta outros atos classificados como violentos dirigidos ao próximo. A culpa do sujeito ao desenvolver o ato contra o próximo fica diminuída, na medida em que os mitos estruturantes dos limites estão desgastados e inclusive impossíveis de serem tomados como referência, dada a dinâmica substitutiva do investimento de consumo sem limites.

Credita-se ao criminoso a responsabilidade, pelos atos violentos e associam-se seus autores à pobreza, escondendo as causas que deram origem ao ato criminoso presentes na estrutura desigual da sociedade capitalista. O senso comum e o direito penal acredita que o problema da violência é a impunidade. Daí porque uma máquina de punições é instalada, cada vez mais sofisticada, atingindo toda a sociedade civil nos aspectos discursivos, ideológicos e políticos. O número de pessoas encarceradas ou em conflito com a lei é cada vez mais elevado. Alia-se a isso o investimento e a elevação dos gastos orçamentários do Estado, que se reduzem aos instrumentos de punição e contenção da questão criminal. No entanto, as medidas policiais repressivas tomadas não a eliminam, apenas o contêm.

As instituições penais tornaram-se o principal instrumento para controlar a desordem resultante do desemprego, do trabalho precário e do encolhimento estatal, tendo, portanto a prisão, uma função de destaque na manutenção dessa ordem social excludente e autoritária. A política penal tornou-se assim, uma resposta à questão criminal, circunscrita ao âmbito do exercício da função punitiva do Estado, legislando sobre a aplicação das penas e o seu exercício, bem como sobre as medidas de segurança. . A política criminal contemporânea está voltada à ampliação da repressão e ao uso contínuo do encarceramento. A política criminal está sobretudo

ligada às contradições estruturais que derivam das relações de produção. O Estado depende cada vez mais da polícia e das instituições penais para conter a desordem produzida pelo desemprego em massa, pelo encolhimento da proteção social e pela imposição do trabalho precário.

3.2 A CRIMINALIDADE, O CRIME E O CRIMINOSO

Xavier (2008) aponta que o conceito de criminoso alcançou uma centralidade no decorrer da história da sociedade moderna. Seguramente os processos que atribuem a um sujeito a etiqueta de criminoso são parte de um sistema de exploração social.

Há uma eleição das ações a serem criminalizadas e, depois, a seleção, dentre todos os infratores, daqueles a receberem o rótulo de criminoso. Chama-se a atenção para isso, alertando que tal processo não é linear, e está perpassado por algumas condicionalidades ligadas, sobretudo, aos meios de acesso – geralmente, medido pelo poder econômico – que o sujeito selecionado possui em relação ao poder judiciário. O que também nos leva a dizer que tais condicionalidades serão ainda mais relativas se somarmos características físicas – como a cor da pele – e sociais – como profissão, escolaridade, entre outras. (XAVIER, 2008:20)

A criminalidade revela-se portanto,

[...] como um status atribuído a determinados indivíduos, mediante uma dupla seleção: em primeiro lugar, a seleção dos bens protegidos penalmente, e dos comportamentos ofensivos destes bens, descritos nos tipos penais; em segundo lugar, a seleção dos indivíduos estigmatizados entre todos os indivíduos que realizam infrações a normas penalmente sancionadas (BARATTA, 2014:161).

Vê-se que a clientela do sistema penal vai sendo regularmente construída de maneira aparentemente homogênea e harmônica, como se em seu bojo não guardasse os elementos da exclusão social. Sempre os mesmos, sempre pelos mesmos motivos, os criminalizados parecem mesmo representar a parcela da humanidade que não deu certo, revelando o seu caráter estigmatizador, forjado pelos mecanismos do controle penal.

Foucault (2010) nos conta que no Direito Clássico, o crime era o dano voluntário feito a alguém mas não apenas isso:

O crime era crime na medida em que, além disso, e pelo fato de ser crime, atingia o soberano; ele atingia os direitos, a vontade do soberano, presentes na lei; por conseguinte, ele atacava a força, o corpo, o corpo físico, do

soberano. (...) A punição era algo mais: era a vingança do soberano, era sua revanche, era a volta da sua força. A punição era sempre vindita, e vindita pessoal do soberano. (FOUCAULT, 2010:70)

Nessa condição o castigo era algo para além do feito. O terror era o elemento fundamental. Uma economia desequilibrada das punições se fez presente nessa época. “Ao crime atroz devia corresponder a atrocidade da pena”. (FOUCAULT, 2010:71). O poder então não precisava recuar ou hesitar. O mundo assistiu portanto, às grande cenas de suplício entre os séculos XVII e XVIII, de tal forma que a natureza do crime não era considerada.

No entanto, guia-nos Foucault (2010), foi a partir do século XVIII que inventou-se toda uma série de tecnologias científicas e industriais e definiu-se um certo número de políticas de governo. Elas desenvolveram e aperfeiçoaram os aparelhos de Estado e criou-se um conjunto de procedimentos integrando o exercício do poder aos mecanismos da produção. Enfim, foi no fim desse século que o poder de punir apoiou-se numa forte rede de vigilância, de onde o crime não poderia escapar.

A partir de então a um crime deverá corresponder necessariamente uma pena, uma pena que será aplicada de forma pública e em função de uma demonstração acessível a todos (...) A razão do crime, ou o interesse do crime como razão do crime – é isso que a teoria penal e a nova legislação do século XVIII vão definir como o elemento comum ao crime e á punição. (FOUCAULT, 2010:75/76)

Na sequencia histórica, Baratta (2014) aponta o surgimento de uma função específica que era a de individualizar as causas da diferença entre os sujeitos e os fatores que determinam o comportamento criminoso. As formas de combate do crime estariam em um conjunto de práticas que visavam modificar aquele com comportamento desviante. Nessa perspectiva o homem, considerado delinquente era aquele avaliado como diferente e clinicamente observável, na criminologia oficial. A matriz de entendimento dessa problemática é positivista e considera a criminologia como o estudo das causas da criminalidade. O modelo, portanto, positivista tenta estudar as causas ou fatores da criminalidade a partir de um paradigma etiológico, justificando medidas adequadas para removê-los, intervindo, sobretudo no sujeito criminoso.

Depois, um novo paradigma científico passou a existir, era o Labeling approach, chamado de paradigma da reação social. Tal enfoque partia do princípio de

que não se pode considerar a criminalidade como um dado pré-constituído, calcado na definição legal de certos comportamentos. Havia aqui um repúdio ao determinismo. O crime passou a ser considerado como um comportamento definido pelo sujeito.

No âmbito da filosofia política liberal clássica da Europa do século XVIII e primeira metade do século XIX, surge a escola liberal que não considerava o delinquente como um ser diferente dos outros, uma vez que ele teria a liberdade e a responsabilidade moral em fazer escolha pelas próprias ações. Tal escola se detinha sobre o delito como conceito jurídico. Ela considera o delito como algo que surge da livre vontade do indivíduo e não de causas patológicas. O direito penal e a pena passam a ser ao instrumento legal para defender a sociedade, do crime, buscando construir a partir dele uma contramotivação para sua existência.

A escola liberal objetivava substituir as práticas antigas por uma política criminal inspirada em princípios genéricos tais como a humanidade, legalidade e utilidade. Contestando o modelo da criminologia positivista, essa escola visa deslocar a atenção da criminalidade para o direito penal.

O enfoque da criminologia crítica desconstrói os arcabouços teóricos anteriores, no sentido de que, calcada em uma visão crítica e situando-se numa visão macrocriminológica, demonstra que o direito penal igualitário é uma falácia, por ser diretamente relacionada à atuação do poder punitivo. A criminologia crítica “desmantela qualquer visão que queira analisar o crime fora do contexto geral da sociedade”. (BATISTA, 2003:53).

Partindo de um enfoque materialista a criminologia crítica busca criar as linhas de uma política criminal alternativa. Além disso ela estuda o processo de criminalização, considerado como um grande nó das relações sociais de desigualdade e busca entender o campo do direito penal efetuando a crítica do direito desigual.

A adoção do ponto de vista do interesse das classes subalternas para toda a ciência materialista, assim como também o campo específico da teoria do desvio e da criminalização, é garantia de uma práxis teórica e política alternativa que colha pela raiz os fenômenos negativos examinados e ainda sobre as suas causas profundas (BARATTA, 2014:199)

A criminologia crítica procura, portanto penetrar na lógica das contradições que a realidade social apresenta, e acredita poder superá-las. Há que se destacar ainda, outra modalidade de criminologia, que Zafaroni chama de criminologia midiática:

A criminologia midiática cria a realidade de um mundo de pessoas decentes, diante de uma massa de criminosos, identificada através de estereótipos, que configuram um eles separado do resto da sociedade, por ser um conjunto de diferentes e maus. Os eles da criminologia midiática incomodam, impedem que se durma com portas e janelas abertas, perturbam as férias, ameaçam as crianças, sujam por todos os lados e, por isso, devem ser separados da sociedade, para deixar-nos viver tranquilos, sem medos, para resolver todos nossos problemas. Para isso é necessário que a polícia nos proteja de seus assédios perversos, sem nenhum obstáculo nem limite, por que nós somos limpos, puros, imaculados. (ZAFFARONI, 2013:197)

Essa criminologia midiática contribui para que a sociedade não consiga perceber que o sistema penal está configurado em estreita relação com o desenvolvimento da sociedade capitalista, que prima pelo controle do desvio, exercendo a repressão das classes sociais subalternas. Foucault (2010) lembra-nos que os sistema punitivos são fenômenos sociais. Ele nos revela da necessidade de nos desfazer-nos da ilusão de que a pena é um modo de repressão dos delitos.

Baratta (2014) nos mostra que o comportamento criminoso se faz presente em todos os grupos sociais. Observa-se que nos estratos sociais mais elevados há um modo diferente de tratar a questão do crime. Um sistema de imunidades, privilégios e salvo-condutos dentre outras, são as formas de resposta às práticas ilegais dos grupos dominantes.

As classes subalternas, pelos mecanismos de criminalização, são os “selecionados” para o rótulo de criminosos, especificamente o setor subproletariado, nos informa Baratta (2014), ou seja aqueles sujeitos das zonas sociais marginalizadas, postos como exército de reserva pelo sistema de produção capitalista.

Classificados como bandidos - a palavra vem do italiano *bandito*, que significa homem banido, posto fora da lei, seja por que razão for - o banditismo cresce e toma proporções epidêmicas em épocas de tensão e desagregação social. Hobesbaw

(2015:26) nos informa “que os bandidos resistem a obedecer, estão fora do alcance do poder e são eles próprios possíveis detentores do poder e portanto, rebeldes em potencial.”

O fato básico do banditismo está em que,

(...) à parte a necessidade que o bandido tem de contatos comerciais, ele constitui um núcleo de força armada, sendo portanto uma força política. Em

primeiro lugar, um bando representa algo com o qual o sistema local precisa estabelecer um acordo. Onde não existe nenhum mecanismo regular e eficiente para a manutenção da ordem pública – e isso ocorre quase por definição nas áreas onde floresce o banditismo – não há muita utilidade em invocar a proteção das autoridades, mesmo porque tal apelo quase certamente provocará o envio de uma força expedicionária armada, que arrasará a economia da aldeia, ainda mais que os bandidos. (HOBSBAW,2015:117).

A interessante observação de Hobsbaw nos remete a pensar no crime organizado e nas facções, fenômeno social que tem se apresentado na contemporaneidade. Observa-se que tal fenômeno social obedece a lógica capitalista de mercado, nesse sentido o mercado do crime organizado.

Segundo Karan (2004:76) “a expressão crime organizado não é possível de definição científica, visto que qualquer ato lícito ou ilícito possui um componente de organização não havendo como vislumbrar-se uma distinção clara entre o crime organizado e o crime desorganizado.”

Karan (2004) considera que há uma distinção entre as facções e o crime organizado. Os primeiros nascem em presídios brasileiros com o lema de defesa dos interesses da comunidade carcerária. Essa foi a finalidade primordial, ou seja, uma tentativa organizada de luta por melhores condições dentro da instituição penitenciária, ainda que cometam crimes tipificados pela lei.

Quanto às facções criminosas,

Aduz-se que as facções criminosas sejam um grupo de pessoas em que se verificam relações de solidariedade sob o lema da defesa dos interesses da comunidade carcerária, tendo a prática de atos tipificados em lei como crimes como um de seus modos de atuação dentro e fora dos presídios. (KARAN, 2004:76)

Tais facções representam uma ameaça ao Estado e à sociedade pela agressividade com que atuam, a rede que constroem dentro e fora dos presídios e fundamentalmente em relação ao poder de força em relação aos mecanismos formais de controle existentes.

Silva (2009) aponta os requisitos para a existência de uma organização criminosa. O primeiro requisito é estrutural, uma vez que se dá pela associação de três ou mais pessoas; o segundo é o requisito temporal, percebido pela durabilidade da associação em termos de tempo e o terceiro é o aspecto finalístico, relativo ao propósito de cometer crimes graves. No entanto, contraditoriamente, há uma relação

simbiótica e complementar que se estabelece entre as facções e o crime organizado em relação ao Estado:

Não se contesta o fato de que as facções sejam polos de produção de regras diversos do Estado, mas a relação entre as facções e os órgãos oficiais encontra pontos de convergência e de divergência, sendo portanto, simbiótica. Desse modo, não se pode afirmar categoricamente que haja uma relação de paralelismo entre os dois entes, uma vez que as facções e as instancias oficiais, ainda que por diversas vezes entrem em conflito, por outras vezes apresentam uma relação pautada em um arranjo ou equilíbrio de poder. (SHIMIZU, 2011:71),

Tal afirmação nos mostra o papel complementar que se desenvolve entre o Estado punitivo e crime, cuja simbiose se expressa na corrupção de policiais, agentes de segurança e demais servidores públicos. Mingali assim denuncia:

(...) em todas as organizações estuadas aparece uma ligação com a máquina do Estado. Um desmanche de carros roubados só consegue operar se tiver respaldado pela fiscalização da polícia. Um ponto de tráfico, que atende sua clientela anos a fio no mesmo local, tem necessidade constante de algum tipo de proteção. Para confirmar essa informação, basta verificar a tranquilidade com que os apontadores do jogo do bicho operam nos maiores centros urbanos. (MINGALI 2007:57).

Constata-se que tanto as organizações e facções criminosas, quanto o sistema penal parecem acoplados na mesma lógica econômica e de manutenção do poder disciplinar, que ora precisa fazer concessões, num esquema de obtenção de vantagens múltiplas, para garantir o controle social das classes subalternas.

Os tentáculos dessa rede simbiótica se fazem presentes fora dos limites do cárcere, espalhando-se pelos bairros e favelas da periferia onde questões tais como a corrupção, as negociatas e as concessões mantem o equilíbrio dinâmico entre essas instâncias de poder.

Segundo dados de Salla,

Foi acentuado o crescimento dos grupos criminosos, que atuam dentro e fora das prisões, ao longo da década de 1990. No Estado de São Paulo, o grupo mais conhecido é o Primeiro Comando da Capital (PCC), mas há também o Comando Democrático da Liberdade (CDL), o Comando Revolucionário Brasileiro da Criminalidade (CRBC) e a Seita Satânica. No estado do Rio de Janeiro, os principais grupos são o Comando Vermelho (CV), o Terceiro Comando (TC) e o Amigos dos Amigos (AA). Com a atuação desses grupos, subiram os níveis de tensão dentro das prisões e o aumento do número de rebeliões bem como o de mortes entre os presos provocadas por conflitos entre eles próprios. Em 1994, segundo o ministério da Justiça haviam ocorrido nas prisões brasileiras 131 homicídios, dentro de uma população encarcerada de 129.169 presos. A taxa foi, portanto, de 1,01 morte para cada

grupo de mil presos. Os poucos dados internacionais disponíveis, para uma comparação, indicam que a taxa brasileira é bastante elevada. Nos EUA, em 1995, foram 82 homicídios em meio a uma população encarcerada de cerca de um milhão de indivíduos, resultando num índice de 0,08 para cada grupo de mil encarcerados. A taxa brasileira era, portanto, 13 vezes superior à norte-americana. Enquanto no Brasil a situação parece se agravar segundo as organizações não-governamentais que atuam nessa área, nos EUA, em 1997, as mortes por agressão haviam baixado para 75 e, em 1998, para 55, o que representava nesse ano a taxa de 0,04 morte para cada grupo de mil presos. (SALLA, 2003: p.9-10).

Em reportagem do Jornal O Povo de 21 de abril de 2017, veiculou-se a informação de que no Estado do Ceará, várias são as facções existentes que atuam nos presídios e servem de “quartel general” de onde também partem ordens para os “negócios do crime”, tais como o tráfico de drogas/armas, assaltos a banco e acertos de conta. São elas: Primeiro Comando da Capital (PCC), que conta com cerca de 1.300 presos; O Comando Vermelho (CV), com perto de 1.100 presos; a GDE Guardiões do Estado, considerada terceira força nas unidades prisionais cearenses, com pelo menos 600 homens; a FDN (Família do Norte); Amigos dos Amigos (ADA) e Equipe Mentis Criminosas (EMC).

No convívio dentro e fora das penitenciárias, a GDE é aliada do PCC, enquanto o CV faz parcerias do crime com a Família do Norte. As interlocuções entre elas facilitam o caminho de drogas e armas. Aqueles que não se inserem nas facções, compõe o grupo chamado “massa carcerária”, que é alvo das várias manipulações dos líderes que comandam o crime dentro e fora dos presídios.

Vale ressaltar que as facções adotam algarismos de acordo com as posições das letras do alfabeto: a GDE adota o algarismo “745” (G=7, D=4, E=5); o PCC adota o numeral 1533. É muito comum o aparecimento desses números em pichações de muros e fachadas e demarca suas zonas de atuação.

Além disso, cada bairro da cidade de Fortaleza é controlado por uma facção. O Comando Vermelho controlaria a Rosalina, Riacho Doce, Serrinha, Mondubim, Barroso, Babilônia, Bela Vista, Gueto, Pirambu e Padre Andrade. O Primeiro Comando da Capital (PCC) teria “soldados” na Favela da Mana, Maraponga, uma parte da Serrinha, Barracal do Itapery, Dias Macêdo e Bom Sucesso. Vê-se, portanto, que não é possível falar de criminologia, crime e criminosos, sem articular essa temática com o palco onde essa sociabilidade se organiza.

3.3 A REALIDADE CARCERÁRIA

Desde sábado (21), detentos estão rebelados. No fim de semana, presos invadiram alas e mataram outros detentos, além de quebrar celas, armários, grades, cadeiras e queimar colchões após a suspensão das visitas, segundo órgãos de segurança. Agentes penitenciários do estado entraram em greve no sábado, voltaram no fim do dia após negociação com o governo do estado, mas os detentos já estavam fora de controle. Familiares bloquearam a BR-116 por diversas vezes no domingo (22).

Tal notícia veiculada no <http://g1.globo.com/ceara/noticia/2016/05/mortos-em-rebelioes-nos-presidios-do-ceara-podem-chegar-26.html>, em 23/05/2016, desnuda a realidade caótica do sistema penal brasileiro. Denota ainda os três pilares fundamentais desse processo: o preso, o Estado penal e a sociedade. Lembro-me da primeira vez em que entrei no presídio, alvo dessa reportagem.

Ao chegar à portaria do complexo, deparei-me com um policial, vestido ostensivamente com seus equipamentos de segurança. Esbocei um sorriso e quando ele olhou para mim com ar severo, lembrei-me do lugar onde estava e pensei que ali não era um lugar para gentilezas. Que ambiente me aguardava?

O caminho era um pouco longo depois do portão. As edificações pareciam lembrar-me de algo. Grandes galpões margeados por cercas e torres. A cor cinza prevalecia. Mnemose, a deusa da memória me evoca imediatamente a lembrança das cercanias do trabalho. Quantas fábricas, indústrias e empresas já havia visitado em minha vida? Como podiam ser tão semelhantes? Não fossem os campos descuidados e a velha face plasmada de cinza dos prédios governamentais, eu poderia jurar que estava entrando numa fábrica, nos moldes do século XX.

Lembrei-me do conceito de trabalho da ontologia marxiana tão emancipador e nas concepções de trabalho que os brilhantes autores desvelam sobre o contexto do desenvolvimento capitalista. A atividade exercida pelo homem para transformar a natureza, torna-se o elemento central da vida em sociedade, determinando historicamente as transformações econômicas e sociais. O homem é o único ser da espécie que produz riqueza e os diferentes modos de produção comprovam que a riqueza de uma sociedade é produto do trabalho humano. Pensei que a história do sistema penitenciário e como de sorte a sua estrutura física, denuncia como suas funções vinculam-se à produção e ao controle da classe operária, aliada à função disciplinar tão necessária à sociedade industrial.

Em minha cabeça um turbilhão de ideias e curiosidades se passavam. Qual é mesmo a função efetiva a ser cumprida por essa instituição, no seio da sociedade? Em meus estudos descobri que o senso comum propaga o quão ela deveria ter uma função retributiva, outros que ela deveria ser intimidativa e outros ainda que ela deveria ser reeducativa. O que eu iria enfrentar?

Fui encaminhada à sala da diretoria. Lá me esperavam dois diretores e a advogada responsável pelo trabalho da pastoral carcerária, Dra. R. Apresentações à parte, de repente entraram na sala 4 senhores, todos algemados e vestidos com calças nas cores verde, laranja e rosa choque, vivas e com ar de verão, contrastando com as paredes cinzas de um ambiente frio e tencionado.

Cometendo crimes e atos violentos, transgredindo o terreno da sociabilidade, o sujeito institucionaliza-se. Enriquez (1997) aponta como características das instituições o fato de se fundamentarem em um saber que tem a força de lei; que essa lei deve se interiorizar nos comportamentos concretos, nas regras de vida organizadas; que toda instituição tem um caráter reprodutor, educativo e formador e refere-se a um tipo de homem e tipos de comportamentos que devem ser reproduzidos segundo uma forma dada e de uma vez por todas, em um lugar onde a coação é um elemento forte, organizado por um sistema de interdições, de limites, de regras que constantemente estão em jogo.

A sala era pequena. Eu e a Dra. R nos sentamos em um sofá ao lado da mesa da diretoria. O diretor geral permaneceu sentado atrás da mesa e o diretor operacional deslocou-se para a última cadeira que completava o circuito em L. Os homens caminharam em fila e algemados, o que lembrou-me dos animais que precisam de coleiras para ajustar-se ao comportamento social. Todos foram convidados pela Diretoria do Presídio a se sentar.

Sr. F usava uma blusa branca com um crucifixo ao peito. Vinha com uma agenda debaixo do braço. Usava óculos e parecia ter um ar professoral. Os senhores B e D estavam vestidos igualmente com camisas brancas, um mais grisalho e outro com ares de quem está na casa dos 35 anos. Parecia uma dupla, com trejeitos de cumplicidade e tom de voz mais reivindicativa, tal como a gente vê em líderes sindicais.

O último, o Senhor E era careca, com olhos apertados. Tinha uma aparência estranha, que me lembrou o personagem do filme “O Código da Vince” que usava cilício para a expiação de suas culpas. Em sua camisa havia bordada uma faixa

com os dizeres “Pastor E”. Todos se sentaram em um elenco de cadeiras que unidas lembravam um formato de L.

Em minhas observações pude constatar que os rituais de degradação a que são submetidos todos os que entram na instituição - o corte do cabelo, o uso de uniformes, o despojamento dos pertences individuais - símbolos exteriores que caracterizam a sua própria autonomia e identidade, não foram capazes de matar suas individualidades e subjetividades. O sujeito não cessa de se inscrever.

Eu não sabia bem que reunião era aquela, pois eles entraram na sala um pouco depois da minha chegada. Não houve tempo para explicações. O Diretor Operacional passa a palavra ao Diretor Geral, que a devolve sem cerimônias ao seu interlocutor, legitimando-o a dar início ao encontro. Eles se apresentam e o Diretor operacional pede que eles falem sobre suas demandas.

Termos desconhecidos vão ganhando contornos e significados para mim. “Rua” foi um deles. A rua cujo significado para mim é de espaço aberto, livre trânsito, lugar do público, tem para eles o significante lugar, que desagua o corpo das horas da clausura nas celas superlotadas. Parece ali haver a separação entre o privado e o público. A rua, um corredor escuro e sem ventilação. Esse é o espaço do público.

O Sr. B começa a falar. Corpo postado à frente, mãos algemadas, mas em status de liderança. A fala é interrompida de repente. O diretor operacional levanta-se e começa a tirar as algemas de B e dos outros 3. Um instante de suspensão, como talvez dissesse Agnes Heller(1989). Trégua, bandeira branca, legitimação e reconhecimento do posto de líder – abaixam-se as armas. Vão conversar com homens e não com animais. Tudo no campo do não dito.

O Sr. B e o Sr. D falam de sua rua e de como tem tentado disciplinar a turba ou a “equipe”, para que os resultados sejam alcançados: implementar uma cultura de paz, mantendo a rua unida, sem “derramamento de sangue”. Penso no conceito de humanidade e de humano. Lembro de Lukács, Marx, Foucault e Nietzsche e outros tantos. Privados de liberdade, despojados da identidade, os presos na cadeia parecem de modo tênue, des-aproximarem-se da barbárie?

No entanto, o Sr. B e o Sr. D falam das ameaças que sofrem por parte daqueles que gritam querer vê-los “ pelas costas”. Amanhã um punhal ou uma faca podem selar um destino. O Diretor operacional pede a cumplicidade para manter a ordem, o local limpo, o comportamento adequado. Ele avisa dos dois instrumentos eficazes de que dispõe para administrar: A CONVERSA E O BRAÇO. Literalmente o

limiar de tensão entre o diálogo e a força. A conversa e o braço, sempre no front das práticas de violência policial dentro do cárcere. A prisão é o símbolo do direito de punição do Estado.

O Sr. F se posiciona. Lembra-se dos tempos em que foi o primeiro preso a chegar naquele espaço. Seu tom é solene, como quem conhece o terreno e se sente legitimado pelos seus. Reivindica o diálogo e ainda a caixa de som e o microfone para as atividades que programou em sua rua. Chama os idosos de sua rua à lembrança dos presentes e fala do grande objetivo que une todos ali que é ressocializar. Diz ele saber que muitos não acreditam nessa causa, mas ele acredita e todos ali. Finaliza seu discurso dizendo “aqui se come do mesmo prato e se dorme no mesmo piso”. Literalmente, isso eu vi.

Baratta (2014) nos informa ainda que o cárcere reflete também as características negativas da sociedade. As relações ali estabelecidas são baseadas no egoísmo e na vivência ilegal, das quais os menos favorecidos são constrangidos a papéis de submissão e exploração; na prática dos mesmos valores intrínsecos de exclusão da sociedade capitalista.

Sr. E, ao sinal do diretor operacional, inicia seu pronunciamento dizendo que sua rua é diferenciada, pois é a rua evangélica. Em fala contraída, quase que para dentro, mal abrindo os lábios, vai relatando as atividades realizadas na rua evangélica, entre ritos, orações e muita devoção, pela manhã, à tarde e à noite. “Jesus Cristo está presente em todos os momentos” diz o Pastor E. Interpelado foi algumas vezes pelo diretor e demais presentes sobre o uso inadequado do aparelho de som em volume e horas inapropriadas, causando transtornos para os “vizinhos”, o que ele atendeu prontamente. Vi esse mesmo Senhor E com o microfone na mão, posteriormente, boca aberta, voz amplificada pregando a Palavra.

Percebi, no espaço entre as falas, que havia naquele presídio, ou melhor, fora daquelas “ruas”, homens totalmente à margem, que por terem cometido delitos dentro da carceragem, foram banidos das ruas. Pra onde foram esses homens? Para a TRANCA – local fora do ambiente da rua. Desse lugar eles só saem mediante um ritual de acordos e passagens mediatizados pelas lideranças e com o consenso da população “cidadã” que vive em cada cela, em cada rua.

O presídio é dividido entre a Pocilga e os outros. Precisamos tirar essas pessoas (os estupradores) do nosso convívio se elas não se encaixam. Vamos lutar para o Estado nos dar isso”. (Jonas, encarcerado).

A cadeia precisa esquecer que ele está aqui (Sr. C. a proposito de um estuprador que está na tranca).

Tal depoimento nos mostra que há um processo de hierarquização moral e social dentro do presídio. A pocilga é destinada àqueles que cometeram crimes sexuais, banidos que foram pela comunidade carcerária. Muitas vezes essas pessoas estão juradas de morte e uma espécie de conselho julga e decide pela vida ou pela morte do interno nessa condição. Portanto, os internos são regidos pela lei do crime. “O crime tem suas regras que não podem ser quebradas. Se cometeu crime sexual, estuprando criança, tem que sair daqui morto”. (Jonas, encarcerado).

A tais regras ele precisa se submeter, “Se está na visita, não pode olhar pra mulher do outro, senão pode sair morto”. (João, encarcerado). Tais depoimentos revelam que por todo o lado há regras a serem cumpridas e obedecidas. Baratta (2014) nos informa que a prisionalização provoca ações que conduzem o preso a uma educação para ser criminoso e o outro para uma educação para ser um bom preso.

A educação para ser criminoso diz respeito a um conjunto de regras de aculturação que envolve a subjugação aos diversos grupos criminosos existentes dentro dos presídios e que envolve relações de poder e de distribuição de recursos. Tal processo de aculturação favorece a formação de hábitos mentais e de respeito à violência ilegal. “O presídio é dominado pelas facções. Nós temos que dizer de que lado estamos”. (Morel, encarcerado)

A educação para ser um bom preso ocorre no âmbito do presídio e implica na aceitação das normas para que o funcionamento da instituição ocorra de modo eficaz, gerando comportamentos de conformismo e passividade, dentre outros. “Não participo de nada errado aqui dentro do presídio.” (Lucas, encarcerado).

Tradições, valores, atitudes e costumes impostos são apreendidos pelos internos, como uma forma natural de adaptação ou até mesmo de sobrevivência ao rígido sistema prisional. Ali são reproduzidos os valores da sociedade capitalista, inclusive se presentificando um sistema de justiça não oficial, também calcado na pena cruel para os casos daqueles que violam as leis impostas pelos próprios encarcerados.

Pactos são firmados e a reunião se encerra. Hora de entrar na carceragem. Para lá vamos, a Dra. R e eu, junto com o diretor operacional. No meio do caminho encontramos três professores que terminaram o seu turno com os presos. Aula de

alfabetização e outras matérias. Sou convidada por eles para assistir uma aula e para conversarmos sobre o trabalho por eles realizado. Marcamos para outro dia.

Via de regra, a proporção de pessoas estudando nos estabelecimentos que têm sala de aula é baixa em todas as Unidades da Federação. Em média, cerca de 16% das pessoas privadas de liberdade em estabelecimentos com sala de aula estudam, valor pouco acima do percentual de pessoas que estudam no sistema prisional (11%), segundo dados do Infopen (2016). Com relação ao papel da escola no cárcere, muitos internos não têm interesse de estudar porque não conseguem enxergar no estudo algo positivo dizem-nos a mesma fonte.

Segundo esse levantamento, os motivos que levam os internos a não estudarem no cárcere dizem respeito também segundo esses dados ao fato de se considerarem velhos demais para estudar; porque não conseguem conciliar o estudo com outras atividades desenvolvidas na unidade, porque não têm disposição para se dedicar aos estudos e por inadequação da proposta pedagógica e metodológica.

Passo pela vistoria eletrônica, que tira uma espécie de radiografia do meu corpo inteiro e produz a imagem de um esqueleto. A agente penitenciária explica que esse aparelho consegue detectar qualquer corpo estranho dentro de uma pessoa. Fico pensando o que faríamos se esse aparelho detectasse as dores da alma, as dores daquele lugar, os sofrimentos de quem vive numa instituição com características da Idade Média.

A propósito de minha passagem pela vistoria eletrônica, veio a minha lembrança, a questão da essência e do fenômeno na perspectiva marxista. O fenômeno indica a essência e a esconde, tem uma estrutura, uma ordem própria. Já a essência se manifesta no fenômeno de modo inadequado, parcial ou apenas sob certos ângulos. A essência é constantemente mutável. É mediata ao fenômeno e portanto se manifesta em algo diferente daquilo que ele é. É um conhecimento aproximativo. Fiquei pensando nas metamorfoses identitárias pelas quais passa o sujeito que se institucionaliza.

Baratta (2014) nos mostra que no processo de socialização a que o preso é submetido, nenhuma técnica psicoterapêutica ou pedagógica pode equilibrar. Alguns fenômenos são observados nesse particular tais como, a desadaptação às condições necessárias à vida em liberdade, a diminuição da força de vontade, a perda do senso de realidade do mundo externo, a formação de uma visão ilusória do mundo, a assunção de novos valores, precauções e defesas para poder sobreviver em um

contexto adverso, são construídos. Parece que uma nova identidade precisa emergir para que a sobrevivência física, psicológica e econômica possa acontecer, no tempo em que o sujeito precisa passar no presídio.

Nesse particular, não há um nome e sim um codinome. A desconfiança é generalizada e muitas vezes compulsoriamente o preso vai aprendendo como negociar, quando ficar calado, quando falar. No sentido inverso, o sujeito vai aprendendo a dar as respostas adequadas para a situação, sob pena de não conseguir manter a própria vida. Nos depoimentos colhidos é recorrente o discurso de uma identidade construída antes do cárcere, no cárcere e pós-cárcere.

Pra lembrar do passado é difícil, só fiz raiva aos meus pais e irmãos (Jonas, encarcerado)

Penso o melhor pra mim não me envolvendo mais com coisa errada. É o meu passado de 21 anos que está aqui agora. (João, encarcerado)

Eu quero ser como a pessoa que quer sair daqui. Lealdade, sinceridade e justiça são o que eu quero pra mim. (Carlos, encarcerado)

Encaminhando-nos ao corredor aberto que dá acesso à parte interna, vejo muitas cercas à minha volta. Parecem Auchwitz? Ao final do corredor somos recebidos por um grupo de agentes penitenciários fardados e com máscaras, tais como aquelas que os médicos usam. Para que essas máscaras? Nesse cenário só faltam as luvas? Se afirmativo, a “assepsia” estaria completa para os que não soubessem ver além das aparências.

Tais agentes nos escoltaram até a grade que dá acesso à rua comandada pelo Senhor F. Fiquei sabendo depois que aquelas máscaras estavam sendo usadas para que eles não fossem reconhecidos pelos presos. Pensei em mim, naquela advogada, nos professores que trabalham com os presos que conheci depois, nos diretores do presídio e em nossas caras limpas, caras pálidas – saudáveis na crença!

Deixados na grade que abre a rua dos presos daquela ala, combinou-se a hora de retorno, em que tais agentes iriam nos buscar. Fomos inseridos em um pequeno pátio, com uma modesta biblioteca e duas grades, uma em cada lado, que davam acesso a dois pátios abertos e maiores onde aconteciam, em cada um, atividades com os presos.

Do lado esquerdo havia cerca de 80 homens sentados no chão enquanto o pastor, o Sr. E, com microfone em punho, fazia a sua preleção. Do lado direito cerca

de vinte pessoas estavam sentadas em círculo e um frade católico de idade tenra, tocava violão com eles, acompanhados de duas freiras.

Enfim chegamos à rua propriamente dita: um corredor escuro no centro e entre muitas celas abarrotadas de homens. O Sr. F anuncia a nossa presença e pede que todos voltem às suas celas, que permanecem destrancadas. Todos obedecem. Sentam-se no chão ou na sua “pedra” (lugar espécie de um poleiro, onde se alojam aqueles que tem um lugar diferenciado na cela, pois não ficam no chão como tantos outros).

E assim vamos passando, devagar em cada cela, cumprimentando uma a uma, todas as pessoas. A primeira cela é do pessoal LGBT (Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais ou Transgêneros). Homens-meninas com laço de fita na cabeça e charme de mulher acenam para nós. Vou andando até o fim da rua, junto com a Dra. R e o Diretor, que recebem demandas.

Observei que cada cela tem a sua organização, o seu cheiro, a sua marca subjetiva grupal. Cada pedra tem algum enfeite, como lapinhas, penteadeiras, um suporte, uma cortina. Alguns sentados no chão fazem trabalhos manuais, entre flores de cartolina e casinhas de palito de picolé. Vi nessas celas cenas do cotidiano: alguém jogando um balde de água no chão, lavando aquilo que seria a própria casa, outros jogando baralho, outros fumando seus cigarros. Gatos estão presentes nas ruas. “Há uma superlotação. Dorme um em cima do outro” (Jose, encarcerado)

De repente um preso chega até a beira da cela e me mostra um fruto do seu trabalho: dois tipos de sandálias diferentes. Ele explica-me como se deu a arte do fazer. Relata que até o “assoalho” estampado da sandália é criada por ele. Mostra-me uma delas com o desenho da torre Eiffel. Outro, pede que eu fale com o diretor sobre seu sofrimento por dormir no chão e me faz um apelo por um colchão. Pergunto o seu nome e encaminho o pleito para o Sr. F que anota e diz ir providenciar.

Vi, nesse particular um conjunto de homens com as mãos para fora da cela, clamando para que eu comprasse a chinela, pedindo colchões, ou que alguém desse uma olhada no seu processo. “Se falarmos ou reivindicarmos é tiro de borracha.” (João, encarcerado)

As condições no presídio são sub-humanas. Ao institucionalizar-se o indivíduo preso perde a sua dignidade. Perde sua dignidade. Está submetido à humilhação e à condição de pedinte dos serviços que o Estado penal deveria responder. É nesse contexto que, depois de cumprida a sua passagem pela casa

prisonal, voltará à liberdade. A prisão chancela todo o tipo de desumanidade, interferindo nos aspectos mais elementares da condição humana. “O ser humano apavorado é a pior pessoa que existe no mundo. Aqui é uma máquina de fazer louco.” (Diógenes, encarcerado)

Um instante de surpresa: alguém faz uma flor de cartolina e entrega à Dra. R. porque, segundo eles, ela se importa. Sorrisos e agradecimentos. Chegamos ao final da rua, que termina numa parede cinza. Lá estão os homens-meninas. Um toque de suavidade entre outros tantos. Comentam do meu cabelo azul.

Voltamos de novo pelo mesmo caminho. O diretor e o Sr. F vão anotando todas as demandas. Um dos homens-menina passa por mim e me cumprimenta com beijinhos. Depois fico sabendo que ele é casado com o Sr. F. Percorrendo de volta as mesmas celas, cumprimento os presentes. O moço das sandálias agora traz uma bolsa e descreve para mim como a fez e seus acabamentos de couro. Sorri. Parece feliz com o que produziu.

Os dados do Infopen (2016) nos informam que as atividades de trabalho e educação na prisão não deveriam ser encaradas como mais uma ocupação e que é necessária uma concepção educacional que valorize e ajude a desenvolver potencialidades e competências; que favoreça a mobilidade social dos internos; que não os deixem sentir-se paralisados diante dos obstáculos que serão encontrados na relação social. Esse é o discurso oficial, que não se sustenta na realidade do sistema capitalista, com o aparato do direito penal que serve para manter e legitimar a desigualdade e a exclusão social.

Apenas 16% da população prisional do país trabalham. A Lei de Execução Penal, prevê que o trabalho da pessoa privada de liberdade tem a finalidade educativa e produtiva. De acordo com a referida lei, ainda que não sujeito ao regime da Consolidação das Leis do Trabalho, o trabalho do preso deve ser remunerado, não podendo ser inferior a três quartos do salário mínimo. No estado do Ceará 21% da população carcerária encontra-se em atividade laboral.

O trabalho produzido pelo moço tinha sido viabilizado porque a família assim o garantiu e porque houve autorização da administração do presídio, que gerencia de forma casuística os pedidos. Contradições de toda ordem fazem parte desse universo. Para alguns presos a visão que tem da cadeia está relacionada ao poder de barganha para conseguir as coisas, ou porque ali é o único lugar “seguro”.

Na cadeia se tu tiver condição financeira, tu passa bem. (Silva, encarcerado)
A gente precisa ter união aqui pra cadeia ficar boa (Ferreira, líder de rua)
Lá fora eu era deprimido. Não sabia onde andar de tão assustado. Aqui estou sossegado. (Antonio, encarcerado)

Vale ressaltar que a família dos sujeitos internos exerce um papel fundamental na melhoria das situações vividas no cárcere. São as famílias que vão em busca de uma apoio jurídico, levam alimentação, recados e influenciam na elevação da moral dos encarcerados. São elas também que se enredam nas teias do crime, com aqueles encarcerados que mantem relações intrínsecas com o ele.

Meu pai separou da minha mãe e eu só fui conhece-la num bar. Pedi uma cachaça e ela não sabia quem eu era. Depois disso ela nunca mais deixou de me visitar. (Antônio, encarcerado)

No que tange á sustentação psicológica para conseguirem manterem-se firmes no cumprimento da pena, muitas vezes o fato de saberem que os filhos seguiram um caminho diferente, os faz ter forças para continuar.

Alegria, simplicidade, confiança, perseverança e diálogo, são valores que o meu filho já tem e eu queria que ele continuasse assim. (Robson, encarcerado)
Meus olhos já dizem tudo quando vejo que meu filho tem valores. Me sinto gratificado (Antonio, encarcerado)
Trabalho, alegria, autoestima e perseverança. Meu filho já tem essas qualidade e eu admiro muito. Ele faz faculdade. Me sinto muito feliz. (João, encarcerado)

Na sequência vejo outro homem perguntando ao diretor por cursos. Ele quer participar. No que tange à questão da educação, a Lei de Execução Penal, considera como dever do Estado fornecer à pessoa privada de liberdade assistência educacional, com o objetivo de prevenir o crime e orientar o retorno à convivência em sociedade e entende que a assistência educacional deverá compreender a instrução escolar e a formação profissional da pessoa privada de liberdade, devendo o ensino fundamental ser obrigatório. Segundo os dados do INFOPEN (2016) apenas uma em cada dez pessoas privadas de liberdade realiza atividade educacional no país.

A cada passo papeizinhos chegam à mão da Dra. R, com pedidos para que ela ponha a mão no caso de cada um. Vi olhos brilhando ao dirigirem-se a ela. Saímos enfim da rua, não sem antes levar conosco um homem-menina que tinha caído da pedra e machucado o pé. Ele foi direto para a enfermaria.

No horário marcado, os agentes penitenciários nos esperavam na grade. Grade ou portão? E com mascaradas, num pelotão, saíram nos escoltando. Pergunto-me de quem eles nos escoltavam?

Sai de lá com muitas reflexões. A relação entre cárcere e sociedade, é antes de tudo, segundo Baratta (2014), uma relação entre quem exclui (sociedade) e quem é excluído (preso).

“Lembro de quando sentava nas dunas e pensava na vida. Tinha sonhos de uma vida boa. Tinha uma casa, família e amigos. Isso aqui não é vida. Não somos tratados como gente. A SOCIEDADE NÃO NOS QUER DE VOLTA”.
(Antonio, encarcerado)

Thompson (1976/1998) afirma que, apesar de existirem níveis diferentes de “prisonalização”, nenhum indivíduo que tenha se submetido à vivência carcerária permanece ileso a alguns dos fatores vinculados a essa cultura, tais como: a adoção de um linguajar próprio, o reconhecimento de que suas necessidades não são satisfeitas e o eventual desejo de arranjar uma ocupação. A vida no cárcere como universo disciplinar tem caráter repressivo e uniformizante.

Mesmo estando preso, muitas vezes o condenado não deixa de delinquir. Atrás das grades, ele consegue seguir no caminho delitivo, aplicando diversos tipos de crimes como sequestros virtuais, comandando o tráfico de drogas e ordenando execuções. Muitas vezes o capital arrecadado é de elevada monta. Quando o indivíduo institucionalizado sai da prisão, enreda-se cada vez mais no crime, na ilusão de que ele lhe dará compensações econômicas maiores do que aquelas recebidas em um emprego.

Não é sem razão que o tráfico de entorpecentes é o crime de maior incidência, respondendo por 27% dos crimes informados. Em seguida vem o roubo, com 21%. Já o homicídio corresponde a 14% dos registros e o latrocínio a apenas 3%. Enquanto 25% dos crimes pelos quais os homens respondem estão relacionados ao tráfico, para as mulheres essa proporção alcança a ordem de 63%. Em termos proporcionais, o número de crimes de roubo registrados para homens é três vezes maior do que para mulheres.

Segundo os depoimentos colhidos, em situação de prisonalização, muitos indivíduos têm acesso à todo o tipo de droga, em situações de tráfico e como usuários.

Pra conseguir ficar aqui só se drogando (João encarcerado)

As pessoas as vezes querem curar um problema com outro, Já usei todo o tipo de droga. Nunca bebi, mas passei a usar depois que fui preso. Isso não vai curar meu problema. (Juscelino, encarcerado)
Comecei aos doze anos, mas parei. Ainda hoje sonho com isso (Jose, encarcerado)

Outro dado relevante é aquele que interfere no cumprimento da pena. A taxa de presos sem condenação indica qual porcentagem da população prisional é composta por presos provisórios. A triste realidade é a de que do total de pessoas privadas de liberdade no Brasil, aproximadamente 40%, estão presas sem ainda terem sido julgadas. No Ceará 66% estão encarcerados provisoriamente. Há uma inoperância e ineficácia no cumprimento da legislação penal. “Uma coisa eu não entendo: por que não solta os que estão no tempo de sair?” (Abmael, encarcerado)

Apesar das vagas disponibilizadas em parceria com outros órgãos públicos representarem apenas 9% das vagas de trabalho, entre os estabelecimentos destinados ao cumprimento de pena em regime aberto ou de limitação de fim de semana, esta porcentagem chega a 66%. No Ceará, 50% das vagas foram obtidas por meios próprios e/ou sem intervenção do sistema prisional. 2% das vagas foram disponibilizadas pela administração prisional em parceria com a iniciativa privada e 30% das vagas foram disponibilizadas pela administração prisional em parceria com outros órgãos públicos.

Dados da Pastoral Carcerária revelam que é estimada a reincidência de egressos do sistema carcerário do Estado do Ceará em torno de 80%. Segundo dados do Conselho Nacional de Justiça, de cada dez presos que saem da prisão, sete retornam. Diante dessa realidade, não há como pensar que o sistema carcerário, poderia garantir uma mudança de vida para os que estão cumprindo suas penas.

A comunidade carcerária apresenta, segundo Baratta (2014) características que produzem efeitos contrários à reeducação e à ressocialização, e favoráveis à sua inserção na população criminosa. “O sistema penitenciário é uma máquina de fazer leão. Qualquer deslize os caras querem quebrar os braços da gente”. (Azul, caminheiro)

O contexto prisional apresenta antíteses e contradições para o desenvolvimento de processos educativos. A educação busca contribuir para a plena formação e a libertação do ser humano, enquanto o encarceramento visa privar as pessoas da convivência social normal e as mantém afastadas do resto da sociedade.

Alia-se a isso o olhar da sociedade sobre os sujeitos encarcerados. Além da exclusão social que sofrem, são estigmatizados e estereotipados. Para a sociedade indivíduos em penitenciárias são as representações de que o humano não deu certo. Sob os vieses do paradigma de que “bandido bom é bandido morto”, assiste-se na sociedade, inclusive discursos que parecem apontar para práticas de linchamento e violência como alternativas possíveis para acabar com a criminalidade. Saber-se advindo do sistema prisional é já motivo de desconfiança e descrédito, expressos inclusive no olhar da sociedade sobre esse sujeito.

Verificou-se nas pesquisas efetuadas que o conceito de marginalidade, tem privilegiado questões sobre a distribuição da renda e da conseqüente distribuição do status na sociedade capitalista. Permanecem fora da perspectiva, as raízes econômicas da distribuição, a ligação entre distribuição e tipo de produção.

Daqui deriva a ilusão de uma socialização realizada, permitindo a “reinserção” de alguns sujeitos “criminosos” em determinados estratos sociais, considerando os estratos como (uma hipótese típica do marginalismo) e sem enfrentar os obstáculos que a estrutura econômica opõe a esse processo. (BARATTA: 2014, 189). Ao perder a sua liberdade, a pessoa presa não perde o seu direito à educação e a outros direitos humanos básicos.

Um tal exame não pode senão levar à conclusão, pensamos, de que a verdadeira reeducação, deveria começar pela sociedade, antes que pelo condenado: antes de querer modificar os excluídos, é preciso modificar a sociedade excludente, atingindo assim, a raiz do mecanismo de exclusão. De outro modo permanecerá, em quem queira julgar realisticamente, a suspeita de que a verdadeira função desta modificação dos excluídos seja a de aperfeiçoar e de tornar pacífica a exclusão, integrando, mais que os excluídos na sociedade, a própria relação de exclusão na ideologia legitimante do estado social. (BARATTA, 2014:186)

A privação da liberdade única exclusivamente não favorece a ressocialização, se concretizando o fracasso do sistema penitenciário brasileiro, no tocante a recuperação social dos seus internos.

Quanto à compreensão dos diferentes agentes operadores da execução penal sobre o conceito ressocialização em síntese, as pesquisas revelaram que para eles ressocialização que dizer "voltar à sociedade adaptado, respeitando as leis". Ou seja, "o preso deve voltar para a sociedade sem delinquir".

Vale ressaltar que os processos de assunção das atitudes, dos modelos de comportamento, de valores característicos do cárcere, são inversos a qualquer

chance de reinserção social. Entendendo que no contexto da totalidade, a ressocialização aparece como uma questão política que se vale das teorias existentes para justificar um controle social e a manutenção do status quo, essas ações possuem como premissas basilares, o exercício do trabalho e a capacitação na educação formal e técnica da população carcerária, fundamentando-se na ideologia capitalista.

Dessa forma, a aplicação penal possui endereços certos, colocando sob sua custódia totalitária, uma parcela da população que é vítima da questão social. Esta é, portanto, a ideologia que na prática cotidiana das penitenciárias recebe o nome de ressocialização.

Acredita-se que os caminhos para um processo de ressocialização, devem passar inicialmente por uma inalienável crença no ser humano dentro da perspectiva ontológica; na educação como vetor que tem por função “permitir aos indivíduos a apropriação dos conhecimentos, habilidades, valores e comportamentos que lhes permitam inserir-se no processo social” (TONET, 2009:10) e no trabalho como fonte de emancipação humana.

4 PISANDO EM SOLO FÉRTIL: A EXPERIÊNCIA DE ENSINAR E APRENDER COM OS EGRESSOS DO SISTEMA PENAL

O presente capítulo objetiva trazer a experiência do trabalho desenvolvido na Associação Beneficente São Joao Eudes –ASBEJE, O CAMINHO e examiná-la a luz dos pressupostos teóricos que deram a fundamentação desse pesquisa. Trata-se da experiência de pesquisa vivenciada no Caminho ao longo de três anos de investigação. Inicialmente são apresentadas as características da instituição e o tipo de trabalho que ela realiza e na sequencia explicita a experiência propriamente dita no PROJETO TEMPO DE SER CAMINHEIRO CAMINHO DE FORMAÇÃO PARA A VIDA – CONQUISTANDO A LIBERDADE em suas dimensões da identidade, sociabilidade e mundo do trabalho e das experiências com o meio ambiente. Os relatos dos depoimentos dos caminheiros, egressos do sistema penal estão nesse capítulo configurados e analisados, lançando reflexões sobre as possibilidades de trabalho a partir do desenvolvimento de ações educativas emancipatórias.

4.1 O SOLO ONDE SE GESTA A EXPERIÊNCIA DO CAMINHO

Para se compreender e refletir sobre a experiência do Caminho será aqui apresentada a instituição onde se realiza o trabalho junto aos egressos do sistema penitenciário. A Associação Beneficente São João Eudes - O CAMINHO é pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, apartidária, de caráter pastoral, constituída sob forma de associação, com prazo indeterminado, com sede e foro na cidade de Fortaleza..

Trata-se de uma associação, inserida no contexto capitalista, que busca uma nova forma de interferir na questão social de egressos do sistema penitenciário. Busca atuar no vácuo deixado pelos instrumentos de ação penal perpetrados pelo Estado, que sempre deixam a desejar.

O Caminho tem como objetivo colaborar para que encarcerados, egressos e familiares se percebam e se sintam cidadãos capazes de assumir seu papel no mundo com dignidade, vivenciando novas relações. O termo cidadania adotado pelo Caminho vai à contramão dos conceitos utilizados pela sociabilidade capitalista. Para o Caminho a cidadania tem relação com uma perspectiva de lugar de direito a ser ocupado pelo egresso nessa sociedade.

No entanto, sabemos que a noção de cidadania envolve o exercício de direitos e deveres para com a sociedade e só pode ser concebida se o indivíduo for livre. Mas o que significa ser livre na sociedade capitalista? A liberdade proposta pelo sistema capitalista é aquela que outorga ao indivíduo a capacidade de vender a sua força de trabalho e de mantê-lo à serviço da reprodução do capital através das leis que regem esses direitos e deveres. Essa máxima não é libertária nem se dá na relação entre iguais. A liberdade aqui é apenas formal, pois livre mesmo é o capital, que controla inclusive o Estado.

Tonet (1999) nos mostra que o mesmo ato que funda a sociabilidade capitalista, também origina a cidadania, que é uma forma parcial, limitada e formal de liberdade. Vale ressaltar que essa ideia de se associar cidadania à liberdade, tornou-se recorrente nos tempos contemporâneos. Contraindo-se a essa ideia de cidadania, o Caminho compreende que a noção que se deseja experienciar é a da emancipação humana, a partir da criação de ações capazes de contribuir para que o usuário do projeto possa assumir posições novas diante da sua situação, com criticidade, ampliando sua visão política, ética, histórica e social.

O CAMINHO atua na construção coletiva de novas possibilidades para o egresso em regime aberto e semiaberto do sistema penitenciário. O enfrentamento desse desafio, não se dá de modo linear e nem é responsabilidade apenas do caminheiro individualmente. A ideia é que ele possa sentir-se refazendo os seus laços sociais, reconstituindo uma nova posição diante dos padrões de sociabilidade impostos pela ordem capitalista, de onde o crime é uma de suas expressões máximas. Vale ressaltar que esse desafio não se aplica só aos egressos do sistema penitenciário, mas um elã que atravessa também os voluntários que fazem o Caminho, qual seja o desejo de participar de experiências emancipatórias significativas. Para isso, o egresso e toda a comunidade dessa instituição encontram-se irmanados, não se diferenciando o lugar de onde esses sujeitos advêm.

O desejo de encontrar novas possibilidades para os que permaneceram encarcerados por um período de tempo e retornaram ao convívio social, evitando as reincidências e o aumento da violência e da criminalidade tem sido o grande elemento motivador do trabalho realizado pelo Caminho.

O Caminho faz parte das comunidades que integram o Condomínio Espiritual Uirapuru – CEU, à Avenida Alberto Craveiro, 2222 – Castelão. Iniciou suas ações em 13 de janeiro de 2004, com a finalidade de acompanhar presidiários,

egressos e seus familiares favorecendo o processo de retorno ao convívio na sociedade. Há aqui que se esclarecer que o Caminho, enquanto entidade, não compreende que o retorno ao convívio social se dá na perspectiva de que a sociedade capitalista tem em sua essência o melhor dos mundos, ou que ela é a base, por excelência, do que há de mais profícuo na sociabilidade humana. Sabe-se que essa sociedade é excludente e desigual. O desafio está em encontrar novas formas de socialidade que rompam com essa lógica alienante, cruel e injusta.

Durante os primeiros anos suas atividades foram direcionadas ao público feminino do Presídio Auri Moura Costa e desenvolvidas em parceria com a Pastoral Carcerária da Arquidiocese de Fortaleza. A instituição dispõe de 01 Terreno “com cessão de uso”: 5.858,31 m² onde está edificada 01 Casa Sede; 05 Banheiros; 01 quiosque; 01 depósito; 01 casa de sementes; 01 galpão de produção de adubo; 01 estufa de mudas de plantas. Ainda possui 01 Veículo Caminhonete Strada, ano 2012; 01 Escritório “com cessão de uso”, no espaço comum das instituições que compõe o CEU. No espaço funciona também o Projeto Agrofloresta que ocupa uma área de 456m².

A partir de 2008, a ação foi redirecionada ao público masculino, egressos em regime semiaberto e aberto, quando nasceu a experiência do Projeto Tempo de SER Caminheiro com o objetivo de promover formas de inclusão social e produtiva dos assistidos, por meio da qualificação profissional e do apoio à inserção no mercado de trabalho, contribuindo para sua formação como seres humanos capazes de assumir seu papel no mundo com dignidade (protagonismo), vivenciando novas relações com a família, com a comunidade e com a sociedade.

Vê-se aqui que tal discurso explicitado oficialmente pela instituição, parece alinhado com a ideia de que é possível fazer inclusão social, ou que os indivíduos ora excluídos, por estarem encarcerados, de fato estariam fora do sistema. Percebi que, de fato, no começo parecia que eles acreditavam nesse pressuposto. Foi ao longo da constituição de todo esse processo, que paradigmas caíram por terra e se desvelou de modo mais claro, determinadas contradições inerentes à lógica do capital, anteriormente não percebidas. As idas e vindas ao sistema judiciário, o pouco caso com o preso ou o egresso, foram alguns dos elementos desencadeadores dessa reflexão. Aos poucos, no trabalho realizado com os egressos e suas famílias, foi-se amadurecendo no Caminho a ideia de que a inclusão por si só é da ordem de uma

impossibilidade e que era preciso mudar a lógica de pensar a questão dos presos e egressos.

Atualmente o Caminho desenvolve um trabalho junto aos egressos do sistema penitenciário, de formação para vida. É uma proposta de formação integral do ser humano, desenvolvida através de atividades, vivências, oficinas e cursos. Está baseada em eixos e dimensões e visa proporcionar o resgate da autoestima, autonomia e cidadania, além do desenvolvimento de competências sociais, empreendedoras, humanas e profissionais envolvendo diversas atividades.

Tem-se um foco no trabalho e geração de renda, através da promoção de cursos de profissionalização básica, oficinas produtivas e aprendizado de ofícios na área de meio ambiente, como coleta seletiva de lixo, compostagem, minhocário, poda de árvore, sistema de irrigação, jardim comestível, agrofloresta, uso de defensivos naturais dentre outros.

Busca-se favorecer espaços de convivência para os assistidos exercitarem a construção da identidade, o desenvolvimento das relações humanas, as competências e habilidades sociais e relacionais. Há ainda um Núcleo de Atendimento Jurídico que funciona através de uma parceria com a Paróquia São Francisco de Assis e presta um serviço de orientação e assessoria jurídica para a comunidade em geral.

O acompanhamento psicológico é outro serviço prestado pelo Caminho e ele visa contribuir para ampliar a percepção da identidade do assistido acerca de si mesmo, do outro e da matriz social onde se acha inserido, estimulando-o no resgate da auto e heteropercepção, no fortalecimento da autoestima, da autoconfiança e da resiliência individual.

Uma área de esporte cooperativo também foi articulada pelos voluntários com os objetivos de realizar atividades semanais esportivas que contribuam para despertar a consciência dos participantes sobre a cooperação, a importância do trabalho em grupo e promover efetivamente a ajuda entre as pessoas;

Encontros com as famílias são realizados semanalmente e visam promover a inserção da família no processo de trabalho dos assistidos, através do fortalecimento dos vínculos e a consciência da corresponsabilidade dela no processo de retorno do cárcere. Nos últimos anos frente ao aumento assustador do envolvimento de jovens e adolescentes no mundo da criminalidade e das drogas na cidade de Fortaleza, trazendo como consequência um alto índice de violência e homicídios nessa faixa da

população, as ações do Caminho se intensificaram visando também investir num trabalho de prevenção junto às famílias e de modo especial com os jovens. O intuito dessa iniciativa foi motivar a participação dos jovens a fim de contribuir para um modo de inserção social e econômica e afasta-los dos perigos que envolvem essa realidade. Inicialmente o trabalho foi realizado com mais ênfase junto às famílias dos assistidos, principalmente envolvendo as mulheres mães e esposas através de palestras, seminário e oficinas.

O Caminho mantém parceria com outras organizações governamentais e não governamentais que também atuam nesta direção. Essa forma de trabalhar em parceria reforça a premissa de que é necessário construir redes de interesses afins, ainda que tais interesses envolvam sempre um aspecto de mediação, visto que a ambiência onde ele acontece é eivado de contradições, portanto, um espaço permanente de luta. Além disso reforça a busca por melhores condições para os egressos do sistema penitenciário. As despesas administrativas mensais do Caminho são pagas com os recursos advindos da venda de produtos orgânicos, feira de antiguidades, bazares e do apoio firmado com os parceiros da iniciativa privada. Uma verba advinda do poder público, representado pela Secretaria de Justiça e Cidadania do Estado do Ceará – SEJUS é repassada, mensalmente e diretamente aos assistidos.

O Caminho tem um conselho gestor e voluntários muito atuantes que estão em contato com a clientela prestando-lhes o apoio necessário. Os associados e voluntários são em sua maioria profissionais liberais de idades variadas que prestam serviços imprescindíveis ao bom funcionamento das atividades. Atualmente é possível contar com dezesseis diretamente vinculados às atividades diárias: 02 pedagogas, 02 advogadas, 01 psicóloga, 01 educadora física, 01 agrônomo, 01 permacultor, 01 socióloga, 01 técnica em contabilidade, 02 teólogos, 01 assistente social, 01 costureira e 02 coordenadoras. Há ainda um grupo de quatro associados que apoiam indiretamente as ações com doações mensais de material de higiene e limpeza.

O desenvolvimento das atividades ocorre em interação com as famílias dos assistidos em distintas localidades da cidade de Fortaleza. Nos bairros adjacentes onde a instituição está localizada Castelão, Boa Vista e Dias Macêdo é prestada à comunidade local orientação jurídica semanal. O Caminho trabalha em parceria com algumas das entidades que compõe o Condomínio Espiritual Uirapuru, entre elas, a Fazenda da Esperança, Novos Horizontes e Obra Lumen.

4.2 O PROJETO TEMPO DE SER CAMINHEIRO: CAMINHO DE FORMAÇÃO PARA A VIDA – CONQUISTANDO A LIBERDADE

Bordado é uma forma de criar a mão ou a máquina desenhos e figuras ornamentais em um tecido, utilizando para este fim diversos tipos de ferramentas como agulhas, fios de algodão, de seda, de lã, de linho, de metal etc., de maneira que os fios utilizados formem o desenho desejado. Em se tratando de bordados à mão, ao tomarmos um tecido próprio para bordar, é comum verificarmos uma série de tramas que formam pequenos buracos. Quanto maior a quantidade de fios por centímetro, mais fino o tecido. Tais tramas são necessárias para que com o movimento da agulha, já enredada pela linha, possa realizar os ornamentos planejados. Comparamos aqui o tecido à realidade social que é uma síntese de múltiplas determinações, com seus espaços vazios, contraditória, nunca hermeticamente fechada e sempre disposta a novas possibilidades.

Um fino tecido, cheio de tramas prontas para receberem as linhas que formarão o ornamento. Tal como o tecido, que se transforma em bordado, a realidade só se torna social à medida em que é transformada pelos homens em suas relações de produção. Portanto a realidade é construída socialmente. O bordado é uma espécie de resposta que podemos dar a essa série de tramas que vão se enredando no tecido social. Ao PROJETO TEMPO DE SER CAMINHEIRO: CAMINHO DE FORMAÇÃO PARA A VIDA – CONQUISTANDO A LIBERDADE comparamos com um bordado delicado, inacabado, feito com a participação de várias mãos, uma busca de respostas que caminhem na direção da emancipação humana.

A propósito disso, PROJETO TEMPO DE SER CAMINHEIRO: CAMINHO DE FORMAÇÃO PARA A VIDA – CONQUISTANDO A LIBERDADE tem uma perspectiva de formação integral e as demais iniciativas na área de meio ambiente e agrofloresta objetivam favorecer a que os beneficiários estejam em melhores condições para desenvolverem uma atividade produtiva na perspectiva de geração de renda e do desenvolvimento de suas competências sociais básicas e propiciar o resgate da autoestima, autonomia e cidadania, além do desenvolvimento das competências sociais, empreendedoras e profissionais básicas através de atividades educativas emancipatórias.

A metodologia busca privilegiar a convivência grupal como suporte para a ampliação das competências sociais dos beneficiários do projeto em uma perspectiva

participativa que conta com a efetiva colaboração do grupo de beneficiados em um processo de ensinar e aprender. As atividades educativas de caráter emancipatório tem em seu bojo a ideia de que todos sabem algo e podem compartilhar, sejam experiências de vida, reflexões e percepções acerca da realidade, como também um conjunto de ofícios e modos de conceber e se relacionar com o trabalho.

Os parâmetros para a razão da escolha da metodologia foram a convivência dos beneficiários em grupos; o fato de o projeto extrapolar a noção dos cursos profissionalizantes tradicionais; a crença de que o êxito nas ações previstas e o conseqüente alcance dos resultados esperados demandam o envolvimento e o compromisso do público beneficiário e da equipe de trabalho que dá suporte às atividades a serem desenvolvidas no âmbito do projeto.

Alguns parâmetros fazem parte do projeto tais como a valorização social do trabalho humano; o respeito à participação em todos os níveis, num processo de aprender fazendo e de auto-gestão, além da busca de uma relação de intercâmbio respeitoso com a natureza.

Os resultados esperados pelo projeto foram: participantes do projeto com consciência e postura de valores e princípios que visualize laços da afetividade, solidariedade e o respeito mútuo com o grupo, familiares e nas relações de trabalho; caminheiros com qualificação e melhores condições de enfrentamento no mundo do trabalho; conscientização de outros grupos sobre a importância da filosofia da Instituição para o desenvolvimento do ser humano. Impactos dessas iniciativas foram esperados, também, pelo seu valor terapêutico, uma vez que se esperou que tais ações contribuíssem para a recuperação da saúde física e psicológica das pessoas – egressos e suas famílias, sem perder de vista as dimensões espirituais, ambientais e educativas; motivação de outras instituições sociais, através do exemplo de resultados positivos, a fazerem parcerias e desenvolverem projetos sustentáveis de desenvolvimento local nas comunidades.

O projeto funciona com base em eixos e dimensões que se interconectam. Os eixos são os aspectos centrais do projeto, com temas geradores trabalhados em todas as dimensões escolhidas pelo grupo. Os eixos são: projeto de vida, Identidade, sociabilidade e espiritualidade, que serão trabalhados na dimensão da educação, do trabalho, da saúde, da justiça e da família.

No eixo identidade, objetiva-se contribuir para ampliar a percepção da identidade do caminheiro acerca de si mesmo, do outro e da matriz social onde se

acha inserido, estimulando-o no resgate da auto e heteropercepção, no fortalecimento da autoestima, da autoconfiança e da resiliência individual.

Esse eixo tem como objetivos específicos trabalhar a identidade pessoal, comunitária e profissional, através do resgate da história de si mesmo, da auto e heteropercepção, autoestima, autocuidado e autoconfiança, compreendendo-a como uma construção permanente ao longo da vida; favorecer a expressão de idéias e sentimentos e o exercício da capacidade de diálogo e do compartilhamento de experiências de interação; contribuir para a construção de sua autonomia e individuação frente à família e ressignificação da sua relação familiar; contribuir para a ampliação do olhar sobre si mesmo, o outro e a comunidade, reconhecendo suas potencialidades e capacidades.

O eixo da sociabilidade objetiva contribuir para a construção de uma perspectiva de vida do caminheiro que inclua um reposicionamento como sujeitos críticos e cidadãos engajados no processo de transformação da sociedade.

Tal eixo tem os seguintes objetivos específicos: desenvolver o aprendizado da convivência com a diversidade e a diferença, buscando um olhar plural, capaz de enxergar os aspectos globais que compõe o ser humano; contribuir para a valorização da convivência entre pares e outros grupos de modo participativo, cooperativo e solidário; repensar a qualidade dos processos de comunicação interpessoal e o seu impacto na construção de relações saudáveis; efetuar a interface entre a necessária adequação da postura pessoal diante da vida, analisando criticamente e vivenciar aspectos da interação humana que favorecem ou obstruem o encontro efetivo entre as pessoas; ampliar as percepções sobre as relações humanas e incentivar a construção de relações saudáveis através do desenvolvimento de processos de percepção, comunicação e cooperação; abordar a importância do equilíbrio interior para a construção de relações saudáveis; desenvolver a capacidade de Inversão de Papéis e as habilidades Interpessoais.

O eixo da espiritualidade visa trabalhar a motivação para conhecer e aprofundar a palavra de Deus e a pessoa de Jesus Cristo, além da vivência de momentos de oração e conexão Transpessoal. O eixo do projeto de vida visa construir junto com o caminheiro replanejamento de sua vida, a partir da descoberta de seus talentos e potencialidades.

A implantação do projeto obedeceu a várias etapas. Foram realizadas atividades de Mobilização e Divulgação visando fazer uma ampla divulgação do

projeto com o intuito de sensibilizar colaboradores e voluntários para participar do Projeto. Foram ainda estabelecidas Parcerias e Acordos de Cooperação com o Tribunal de Justiça, a Defensoria Pública e Ministério Público no sentido de ampliar as condições de realização das ações planejadas e alcance dos resultados previstos.

A seleção dos participantes do projeto foi e continua sendo efetuada em duas etapas: A primeira diz respeito a triagem realizada com apoio do Tribunal de Justiça através das varas de execução e Defensoria Pública, com encaminhamento dos egressos para o Caminho e a segunda se refere a triagem realizada pela Equipe Multidisciplinar do Caminho. Esta etapa consta de entrevistas individuais com psicólogos, assistentes sociais e advogados, visitas domiciliares, avaliação psicossocial, e levantamento da situação no âmbito da justiça.

Encontros Diários de Convivência foram e continuam sendo realizados visando trabalhar aspectos da autoestima dos caminheiros, aspectos das relações interpessoais e grupais, o fortalecimento da identidade pessoal e comunitária e da espiritualidade, intercalados com as atividades de dinâmica de grupos, atividades esportivas, palestras e oficinas de criatividade.

Encontros com as Famílias foram iniciados e se mantem até o presente momento, para fazer a apresentação institucional do projeto, trabalhar a formação de vínculos, o comprometimento com o processo de reintegração dos caminheiros e a sua inserção nas atividades; definição do acordo de trabalho com as famílias; (vale-transporte, materiais, tornar-se empreendedora etc.) estabelecimento das bases para investigação social das relações familiares e de afinidades de modo a dar o suporte social que o caminheiro precisa para o processo de retorno ao convívio social; promoção de ações que visem o restabelecimento e a preservação do vínculo familiar entre o caminheiro, seus familiares e afins.

Aulas de Redação, Matemática e Conhecimentos Gerais foram previstas com os caminheiros, mas nem todas foram realizadas. A finalidade é levar o caminheiro a aperfeiçoar algumas técnicas de redação, cálculos matemáticos e conhecimentos gerais, visando suprir deficiências do processo de aprendizagem escolar e adquirir novos conhecimentos necessários à qualificação e atualização profissionais. Considerando os caminheiros não alfabetizados viabilizou-se a realização de aulas de alfabetização de adultos.

Oficinas produtivas periodicamente são realizadas, contando também com a participação da família com a finalidade de capacitar os caminheiros numa atividade

produtiva, bem como, aperfeiçoar as habilidades profissionais básicas na perspectiva de adquirirem renda. As oficinas são também um importante instrumento para despertar o potencial criativo dos participantes.

Por fim, as atividades de meio ambiente, com foco na Agrofloresta visando à produção de compostagem orgânica, o cultivo de hortaliças, plantas ornamentais, medicinais e o quintal produtivo, o que favorecerá as perspectivas de sustentabilidade e autogestão.

4.3 O AVESSE DO BORDADO - DESVELANDO OS TRAÇOS, FIOS E TEIAS DO CAMINHO.

Pensando o bordado como a tese a ser desenvolvida, sua proposição central era a de que as experiências vivenciadas no PROJETO TEMPO DE SER CAMINHEIRO: CAMINHO DE FORMAÇÃO PARA A VIDA – CONQUISTANDO A LIBERDADE, contribuem para a ampliação da consciência sobre o trabalho, a educação e a própria vida dos caminheiros.

Comparando os fios do bordado como as categorias fundamentais da presente pesquisa, buscou-se examinar o trabalho, categoria fundante do ser social, a partir da investigação de como os caminheiros compreendem o sentido do trabalho ao organizarem a produção com base no trabalho coletivo nas áreas de meio ambiente, a saber: usina de adubos, viveiro de mudas, casa de sementes, sistema agroflorestal, hortas e culturas, venda de mudas, e produtos orgânicos; no processo de divisão de tarefas, baseada em uma relação de solidariedade e parceria; nas discussões e negociações sobre os graus de autonomia, condições de trabalho e a forma de sociabilidade ao vivenciarem as experiências do projeto.

Outro fio categorial foi representado pela educação, complexo social fundado no trabalho utilizado para verificar se as experiências educativas de aprender e ensinar, presentes no cotidiano do trabalho especificamente com o meio ambiente, poderiam caracterizar-se como atividades de caráter emancipatório, capazes de contribuir para a ampliação de suas visões de mundo em uma perspectiva crítica e comprometida.

O último fio para delinear o bordado foi a dimensão da vida cotidiana, Nela, buscou-se reconhecer se os conceitos de vida cotidiana, que envolvem, a partir da atividade humana, as reflexões e escolhas que o sujeito fez ao longo da sua vida e

que aqui, dizem respeito ao momento compreendido entre a saída do presídio, os trabalhos que contaram com a participação dele e os efeitos em sua forma de ver o mundo.

Os depoimentos foram divididos por temáticas de acordo com dois grupos de atividades. O primeiro grupo de atividades correspondeu àquelas vinculadas à entrada do egresso no Caminho e as entrevistas correspondentes. e ao trabalho com os eixos da identidade, sociabilidade e mundo do trabalho. Os sujeitos cujos depoimentos estão aqui relatados envolveram os egressos que estavam no Caminho à época da realização daquelas atividades e que já não se encontram mais no projeto, além dos que estão frequentando atualmente. Sobre os que estavam no projeto à época das atividades, dei-lhes alguns pseudônimos: Bonito, Azul, Pássaro, Menino, Lua.

Bonito que tem 26 anos e encontra-se em regime semi-aberto. Ficou no Caminho por 6 meses. Na história de Bonito, vale destacar que embora houvesse cumprido suas sentenças, uma pendência processual o obrigava a cumprir mais 4 meses de prisão. Se fosse apreendido pela polícia, iria imediatamente para o encarceramento. Livre, mas com essa pendência, depois de ter passado um curto espaço de tempo no Caminho e na Fazenda da Esperança para tratar-se da dependência química, tomou a decisão de entregar-se a polícia. Depois de um ano conseguiu sair, por conta da morosidade da justiça. Bonito permaneceu no Caminho por seis meses. Seu sonho era arranjar uma companheira. Ao encontra-la seguiu com ela.

Azul que tem 35 anos é morador de rua e está em regime aberto. Dependente químico, Azul tem uma história muito profunda de abandono familiar. Pássaro tem uma trajetória de muitas reincidências na drogadição, 35 anos e em regime semi-aberto. Menino, 21 anos em regime semi-aberto, veio com a mãe e precisou sair do Caminho por estar ameaçado de morte pelas facções. Lua, 21 anos, em regime semi-aberto, ficou no Caminho até o momento de entrar no regime aberto e tirar a tornozeleira. Dotado de muita inteligência participou ativamente das atividades do Caminho até a sua saída, por escolha própria. Queria ter um emprego e ganhar o próprio dinheiro. A mãe deu a ele uma moto de presente e mesmo sem carteira arriscava-se cometendo contravenções.

O segundo grupo de atividades foi àquela referente ao trabalho com o meio ambiente. Os depoimentos foram colhidos através de um roteiro de entrevista,

apresentado no apêndice 1 desse documento. Foram entrevistados os três caminheiros que participam do projeto até o presente momento. Eles serão aqui identificados por pseudônimos por eles escolhidos: “A voz que clama no deserto”, “a semente adubada” e “Fortaleza”.

A voz que clama no deserto está a sete meses no Caminho. Ele tem 40 anos e mora com o pai. Está em regime semi-aberto, usando tornozeleira eletrônica. A semente adubada, tem 2 meses no Caminho. Ele tem 33 anos, 3 filhos é separado e encontra-se em regime semi-aberto, usando a tornozeleira. Fortaleza, tem 5 anos e dois meses no Caminho e encontra-se em regime aberto. Veremos então, como isso se apresentou no relato das experiências vividas pelos caminheiros nas diversas atividades por eles desenvolvidas.

4.3.1 As Teias e Tramas do Caminho: ouvir o inaudível e ver o invisível

Compreendendo o traço como o rastro singular, distintivo, de pura diferença, que marca o sujeito na sua singularidade, passo aqui a fazer uma narrativa de depoimentos realizados pelos egressos a partir de escutas tanto na sua entrada e ambientação no Caminho, quanto no trabalho com os eixos da identidade, sociabilidade e mundo do trabalho.

Ao longo do processo de pesquisa fui colhendo depoimentos de caminheiros que eu entrevistava para a entrada no projeto e que tinham saído recentemente de um cárcere de no mínimo cinco anos. Observei ao longo da pesquisa que os indivíduos que saem do cárcere demoram algum tempo para assenhorem-se da nova realidade. Ao chegar ao Caminho eles se deparam com uma natureza abundante, um local muito aprazível, completamente diferente das instalações das instituições penais.

Lá eles encontram voluntários que os tratam de maneira respeitosa, em uma postura de permanente acolhimento. Aos caminheiros é oferecido apoio psicológico, aconselhamento, o apoio aos familiares, assistência jurídica e espiritual, além de experiências de trabalho no meio ambiente de acordo com as metodologias já citadas no item anterior.

Observei a recorrência por parte dos caminheiros de um discurso identificado com o crime, a culpa e o passado, além da presença de conflitos com a própria identidade. Esse discurso apareceu com mais frequências nos primeiros

meses de inserção no projeto. Leva-se algum tempo para ele se livrar dos hábitos e costumes do presídio e da identidade de criminoso. Há nesse momento uma visão caótica da realidade e os egressos sentem muita necessidade de falar sobre si, mesmo premidos pela desconfiança e pelo medo.

Eu me identifico com um barco, porque me lembro de um tempo em que navegava ao contrário e olhava para trás. Dormia na rua, usava droga. Essas eram coisas que me colocavam para trás. Quero rumar pra frente agora, navegar. Eu só enxergava as trevas. Não enxergava as coisas boas. Só pensava em curtir. Não conseguia passar um dia sem beber, me tremia mas continuava. Faz uma ano que não bebo e não fumo. Tive uma recaída na cadeia. Eu preciso mostrar para a minha família que sou outro. Tenho 28 anos e preciso sair dessa antes de chegar aos trinta anos. (Bonito, caminheiro)

Vê-se nesse discurso, a lembrança de quem ele foi e as reflexões que ele faz sobre sua própria vida. Completamente atravessado pelo consumo da droga no passado, que o alienava da realidade, observa-se em seu depoimento o foco da problemática por ele apresentada restrita a um eu que se culpa. Tal afirmação me faz lembrar que o direito penal está aprisionado aos conceitos de culpa, imputabilidade e estigmatização brutal. Não é sem razão que o discurso do egresso acaba repetindo e reproduzindo as máximas ideológicas vigentes na lógica do sistema de justiça que o destitui da condição de sujeito.

Na minha infância havia uma estrela do mar. As vezes fico remoendo esse passado e o que me levou ao mundo das drogas e do crime. Já passei por outros momentos com psicólogos. Vou começar tudo de novo? Será que vale a pena recomeçar? As vezes a gente quer começar e não consegue, fica cansado. Ninguém resolveu o meu problema, nem eu resolvi. Vocês só me escutam por escutar. Para me abrir eu tenho que ter confiança. Tô aqui. Pensei que era uma coisa e era outra. Está difícil porque estou fazendo aqui o que eu já fiz antes, Gostaria mesmo de contar a minha experiência para os outros. (Azul, caminheiro)

O depoimento de Azul destaca o sentimento de culpabilidade, mas não parece conservar um senso crítico sobre a realidade social em que está inserido, tornando ocultos os motivos sociais da sua entrada no mundo do crime e a responsabilidade diante do ato e da vítima. Azul parece ter em si a culpa como uma forma de juízo externo. Em linhas gerais, o sistema penal acaba por decretar a culpa e ela se torna o núcleo central do sujeito, que repete o discurso na busca incessante de juízos, causas e condenações. O depoimento de Azul retrata um outro que o julga e que deveria resolver o problema dele. O indivíduo enredado nas malhas do crime não deve ser responsabilizado e perder o status enquanto sujeito, nos diz TENDLARZ

(2013). No entanto, é isso o que acontece. Estabeleceu-se um crime, alguém é o culpado, destituído da condição de sujeito e encaminhado para o cumprimento da pena. A reflexão sobre o ato e a vítima parecem não atravessar esse fluxo. “Os atos dos indivíduos não são sem consequências, nem para si mesmo, nem para os outros. No caso de um crime será prioritário situar a posição de quem o executa em relação ao acontecido.” (TENDLARZ, 2013:25)

Azul destaca ainda, a necessidade de contar a sua experiência. Compartilha-las com os outros, era um desejo por ele acalentado. Ele queria ensinar algo aos outros. A narração de suas experiências poderia fazê-lo ouvir-se e ouvindo-se provocar o efeito de sujeito, que existencialmente se posiciona.

Nas dinâmicas efetuadas em grupo, poucos depoimentos se deram no sentido de refletirem mais abertamente sobre a responsabilidade pelos atos cometidos, particularmente no que tange ao sofrimento que trouxeram a terceiros. Uma dessas dinâmicas em particular tratou sobre o significado do perdão na vida de cada um. Na maioria dos depoimentos os caminheiros diziam fazer um exercício interno para perdoar quem os machucou. Apenas um deles assim se posicionou “Gostaria que as pessoas que eu maltratei me perdoassem. (Fortaleza, caminheiro)”.

Cabe aqui relatar um depoimento contado por uma das voluntárias do Caminho: Um caminheiro que já estava há algum tempo na instituição conseguiu comprar uma bicicleta e depois da realização desse sonho, os meses seguintes foram dedicados a equipar com peças novas a magrela. Um dia, voltando dos trabalhos do Caminho, ele teve roubada a sua bicicleta. Voltou para casa a pé e lá chegando pôs-se a chorar. Entrando em contato com a situação lembrou-se de todas as vítimas que ele havia roubado e se deu conta do sofrimento delas. Sabe-se que a sociedade do capital engendra a alienação e o outro acaba sendo visto como um rival, um estranho, um veículo para a obtenção de algo. O que passa a importar é a lógica do ter, não importando os meios. Se pararmos para refletir essa forma de ver o outro está presente nas relações mais comezinhas até àquelas caracterizadas pela apreensão material pelo rapto ou pela violência.

Em todas as atividades desenvolvidas percebi que a família tem um papel muito importante no discurso dos sujeitos. Ela se torna a baliza, o semblante que o sustenta psiquicamente ou o desmonta.

Meu avô sempre me pedia para que eu fosse atrás de folhas de torem, que ele dizia que eram boas para os rins. Um dia meu tio e meu avô queriam me matar. Dei uma paulada neles. (Fortaleza, caminheiro).

Lembro-me do tempo em que eu ia buscar água na barragem. Eu morava com a minha mãe. Ia de jumento com o meu avô para o roçado. (Bonito, caminheiro).

Minha avó gosta muito de plantar. Com 90 anos ela plantou um pé de abacate. Seu expedito, um amigo da família me ensinou o básico da vida, como eu devia me comportar, saber entrar, saber sair, nunca procurar confusão. Ele me ensinou o que era a vida e de como eu devia gastar o dinheiro. Se eu o tivesse escutado, não estaria aqui. (azul, caminheiro).

Antes eu era um coração de pedra. Hoje tenho um coração novo. Desprezei minha família e quero demonstrar para eles um coração novo, não um coração duro. (Lua, caminheiro)

Os depoimentos acima mostram as referências familiares presentes no discurso dos caminheiros e retratam a memória e a história de vida de cada um. O modo como o processo de formação se deu e quem foram suas principais referências marcam e apontam um caminho futuro. Há que se destacar aqui que a estruturação psíquica do sujeito, base das aprendizagens, depende dos modos de relação da criança com os pais, ou com quem exerce essa função.

Fiquei muito triste porque nunca tive esses laços familiares. Acho que isso gerou em mim o que eu era, uma pessoa sem humanidade. Não tive diálogo como vocês. Se eu tivesse tudo isso seria muito diferente, como teria sido bom pra mim. Eu sempre ouvi a frase: lugar de amor tem pancada. Havia um ditado “quem não trabalha, rouba” e “um lado que alisa é o ralo e o outro, um esporão de galo, e ainda “quem dorme so tem direito de sonhar”. Meu avô me deu vinte reais e uma rede. Fui morar com a tia Fernanda e fui fazer dindim pra vender. Ela era muito carinhosa, me levava pra passear. Ela me criou dos 10 aos 16 anos”. (Fortaleza, caminheiro)

Nas famílias mais pobres são geralmente os avós que ficam com o encargo de tomarem conta das crianças, estando os pais, ainda adolescentes, na vida das ruas. Desamparo e isolamento parecem ser a tônica desse depoimento. Vemos aqui o discurso familiar que serve como uma insígnia: “quem não trabalha, rouba”. Ou seja, se você não conseguir trabalho, tem que roubar, mas você vai precisar trazer algo pra casa. Não pode ficar parado. Inserido na lógica capitalista de produção, pertencendo à classe trabalhadora, precisa encontrar os meios para sobreviver. Nesse caso tem que tentar sobreviver, nem que seja roubando. Penso aqui no que significava para essa criança ouvir esse comando do avô e qual era o sentido do trabalho explicitado nessa transmissão. Sofrendo humilhações as mais diversas, a classe pobre não tem muitas possibilidades de se inserir no mundo do trabalho, como quer fazer passar a ideologia dominante. Algo ela precisa levar pra casa. Além disso, também ela se

encontra atravessada pelos imperativos do consumo, pela ideologia do ter, pela lógica da mercadoria identificada até na sociabilidade, como de resto se verifica, nas demais classes sociais. Alia-se a isso a desestruturação familiar que de modo recorrente aparece nos depoimentos.

Eu tinha 6 anos e meu pai me disse que ia comprar pão na padaria e até hoje. Tenho 28 anos e continuo aguardando esse pão. Confiança eu nunca tive do meu pai. Quando um dia o achei ele não me reconheceu. Eu fui atrás dele, dormi em rodoviária e fui acordado com chutes. Dai quando o achei ele estava se balançando numa cadeira. Quando ele olhou pra mim, disse que não era meu pai. "Filho meu não usa tatuagem, nem brinco, pois se tivesse eu arrancaria a faca. Ele me negou. Eu comecei a esculhamba-lo e fui embora. Um dia ele voltou e me reconheceu, se arrependeu e eu ainda passei seis meses com ele. (Bonito, Caminheiro)

A infância e a adolescência, nas classes pobres tem uma história de submetimento a práticas de segregação e exclusão, que se reproduzem na família nuclear e se afirmam nas instancias maiores do Estado. Sabemos que a função paterna assume o lugar do representante simbólico da lei, dos valores e dos ideais de vida estabelecidos pelo sujeito. Se o lugar ocupado pela criança é determinado a partir da subjetividade dos pais, que referencias simbólicas a criança que um dia Bonito foi, se construíram?

No que tange às perspectivas de reincidência no crime, vê-se os caminheiros tentando fazer suas escolhas, diante da realidade muitas vezes desfavoráveis. Lembramos aqui que o caminheiro já passou pela institucionalização penal, o que nos permite inferir que não é o fato de cumprir a pena que faz o sujeito reincidir. Uma série de aspectos sociais, políticos, econômico e psicológicos entram em jogo quando se trata de retorno ao crime.

A tentação bate quando tenho dinheiro, mas sei que sou mais forte do que a tentação de beber. Se eu ver que não tá dando futuro pra mis eu saio. Não vou enganar ninguém. Sou realista.

Indagados sobre o significado do trabalho para eles, os caminheiros assim se posicionaram:

O trabalho serve para manter a família, para realização pessoal e pra gente se sustentar (Azul, caminheiro)
 Sonho em realizar um trabalho com carteira assinada, para ter direito ao abono, seguro desemprego e fgts, para poder comprovar a minha renda, poder chegar em casa melhor. No entanto, tenho medo de qualquer trabalho porque acho que qualquer trabalho fora, pode me fazer dar de cara com algum inimigo. Me sinto ameaçado e diante de uma situação de perigo terei

que me defender. Sonho continuar trabalhando na agrofloresta.(Fortaleza, caminheiro)
Poder sobreviver com o que é necessário. Fazer o que se gosta, suprir as próprias necessidades (Bonito, caminheiro)

Os depoimentos acima explicitados falam de um ideal de trabalho dentro da lógica de produção capitalista, do ideal de ser livre para vender sua força de trabalho no mercado em troca de um salário, direitos e benefícios, como é imputado a qualquer indivíduo na sociedade. Há o desejo de tornar-se cidadão, nessa sociedade excludente. Não se percebe nos discursos por eles realizados, uma visão crítica da realidade, que os leve a ampliar as lentes sobre a situação existencial por eles vivida. Infere-se que o desemprego, subemprego e a dificuldade de solidificar a identidade pelo trabalho parecem intensificar a sensação de estar perdido, solitário e sem rumo.

Foi possível perceber que havia uma trajetória profissional antes do cárcere, em que os caminheiros realizaram trabalhos dentro de uma órbita informal e muitas vezes precária. Fortaleza foi porteiro, zelador, caseiro, vendedor de dindim. A semente adubada trabalhou como garçom e pizzaiolo. Azul desenvolveu atividades de capatazia descarregando caminhão, servente na construção civil, sempre trabalhando como avulso. Lua e menino nunca entraram no mercado de trabalho, mais ganhavam dinheiro com o tráfico de drogas. Pássaro sempre trabalhou no comércio e desenvolveu atividades como galego. Sonha em ter um box no mercado. Vê-se nos depoimentos que Os caminheiros entendem o trabalho como a razão de ser da sobrevivência e do usufruto de bens materiais e a satisfação de necessidades básicas. Aqui se vê explicitada a visão do trabalho enquanto reprodução social da lógica de produção capitalista. O trabalho enquanto dimensão ontológica que inaugura o ser social, parece contraído, atrofiado no discurso dos caminheiros. O que parece visível no discurso é o desejo de poder ascender social e economicamente.

Ao longo de todo o percurso foi possível discutir a sociabilidade, os modos de se relacionar, a dimensão ética do convívio, os aspectos relativos à uma visão transpessoal do ser humano, no intuito de contribuir para a reconstituição de um projeto de vida de cada um em particular. Nos trabalhos grupais, nas entrevistas, observei e colhi depoimentos sobre as visões que os caminheiros têm da instituição Caminho.

Tô achando que depois que cheguei no Caminho, passei a ter mais amor por mim mesmo. Antes não fazia questão de roupa suja ou limpa, dormir na rua ou não. (A voz que clama no deserto).

Já tinha ouvido falar no Caminho, quando eu estava encarcerado. Soube que é um lugar que acolhe as pessoas em qualquer área e faz o bem. Numa das visitas dos meus familiares na cadeia, elas contaram que estavam frequentando aqui. Elas disseram que eu teria boas experiências de trabalho, educação, de psicológicos e advogados e voluntários que se prontificam a ajudar. Eu aceitei o convite das minhas irmãs e vim. (A semente adubada)

O que me fez ficar no Caminho foi o atendimento especializado sem nenhum interesse que trabalha pelo amor, pela gratidão, pelo acolhimento. É a fundação do amor, é um coração de mãe. Me sinto em casa, amado, conversamos bastante e aprendemos com pessoas que não querem saber se temos dinheiro para pagar. O Caminho trabalha no resgate das pessoas e mostra que a realidade não é só drogas, brigas, assaltos e nos ensina a nos reeducar e trabalhar. (Semente adubada).

Eu tinha saído do presídio em outubro e entrei aqui em novembro. Pensei inicialmente, que as pessoas aqui estavam querendo me “engomar” porque eu vivia em outro sistema. Quando via sra. M com esse negocio de “meu filho”, “meu amor” pensei que era uma coisa pra pegar os bestas. Foi numa crise que tive, crise doida, cruel e daí vi que aqui era um lugar diferente. Eu ia fazer um serviço e antes entrei em contato com a Sra. M e ela pediu para eu vir aqui. Ela conversou comigo e aí comecei a acordar. Tive meus problemas sérios ao longo desse tempo, por causa dos outros, mas eu segui e estou até hoje. Aprendi a amar a Sra. M e a Sra. L e o amor cresceu em meu coração. É que pra elas interessava o que podíamos ser. Elas preenchem o que faltava e eu passei a corresponder ao amor delas e até hoje. (Fortaleza)

Não me sento só como uma semente, pois no Caminho eu percebo que esta se processando uma mudança dentro de mim, como um adubo que enriquece uma planta. (A semente adubada)

O Caminho é uma providência de Deus. Temos que nos conformar em estar aqui. Ao entrarmos aqui o que se vai adquirir é mais importante que o dinheiro. Aqui é o momento para se preparar para estar pronto para a sociedade. Um tempo que Deus está nos dando. Não devemos ficar ansiosos por dinheiro. Tudo tem seu tempo debaixo do sol e devemos ser gratos pela oportunidade que Deus está nos dando (A voz que clama no deserto)

Aqui é a segunda casa dos segundos pais Não podemos nos arrepender de cada minuto passado aqui. Contratar desfazer, traquinar com as pessoas, agente chega aqui pensando isso. Está nas nossas mãos uma responsabilidade de viver uma nova vida. Trabalhar com a misericórdia. Aqui é o pátio de uma igreja, onde encontramos o espírito santo, independente do credo religioso. (A semente adubada)

Fiquei muito feliz de ver tanta gente me abraçando e me acolhendo, a gente ver que é verdadeiro. Foi muito bom! Desaparece tudo da rejeição do povo que não queria ficar perto porque tinha medo da gente, vejo que é sincero, que é verdadeiro! (Pássaro, caminheiro)

Quando estava na prisão tinha medo e pensava: quem vai me dar uma oportunidade? Mas Deus é bom, ele abriu as portas. (Menino, caminheiro)

Sinto alegria de estar aqui no Caminho, vou fazer sete meses mas parece setenta anos, um mês é dez anos, e um dia parece um ano. (Bonito, caminheiro)

O Caminho tem sido a minha casa, onde fui apoiado. Deram para mim o que a minha família não me deu. Foi onde encontrei a felicidade, onde recomecei a minha vida. Onde vim reconhecer que as pessoas tem amor uns pelos outros. Aqui encontrei cura para minha alma através dos nossos encontros da Palavra de Deus. Quando sai da prisão tinha muitas mágoas no coração, foi aqui onde essas correntes vieram se quebrar na partilha da Palavra. (Lua, caminheiro)

Acho que estou preparado para começar uma nova vida, uma nova caminhada no trabalho. (Lua, caminheiro)
 Se o Caminho não existisse nós não estaríamos aqui. É o amor que faz a gente estar aqui, se não fosse o amor a gente não estava aqui. (Azul, caminheiro)

Os depoimentos retratam sentimentos de amor, gratidão, acolhimento e parecem representar o que eles mais necessitavam ao longo de suas vidas. Numa tentativa de reconstituição de laços e vínculos perdidos no passado, como se houvessem encontrado a “família perdida” os depoimentos revelam uma esperança que permite sustentar, pelos menos por algum tempo, o desamparo. O Caminho parece ajuda-los a construir vínculos e uma rede de solidariedade entre os participantes do grupo.

Essa construção conjunta da solidariedade é subsidiada pela multiplicação de espaços de escuta mútua, onde a tolerância parece ser o aprendizado mais significativo. Sennett (1999) nos lembra da importância do pronome nós e da busca de regimes que ofereçam aos seres humanos motivos para se ligarem uns aos outros. Ele nos revela que o capitalismo moderno nos coloca diante da falta de confiança e compromisso, da perda do sentido do trabalho e da própria vida. Portanto o que resta é a busca de outras formas de ligação e de profundidade, de vivenciar experiências de comunidade. O senso de comunidade perpassa o discurso dos caminheiros, que os leva à ideia de aceitação incondicional e a crença nas suas potencialidades.

4.3.2 Todos Juntos e misturados: Agroflorestando o Caminho

O segundo grupo de atividades esteve ligado às atividades práticas de trabalho no campo com a temática da agroecologia/agrofloresta. Agroecologia é um novo enfoque científico para dar suporte à transição de novos estilos de agriculturas sustentáveis, que possam gerar desenvolvimento sustentável, um novo caminho para a construção de uma agricultura de base ecológica, segundo Caporal e Costabeber (2007), e se complementa com a ideia de que um sistema de produção agroecológica gera além de aspectos ambientais e de diversificação da produção, relações sociais e econômicas mais igualitárias.

A agrofloresta é uma tecnologia ambiental e social com forte potencial de transformação do espaço e das pessoas. É inspirada nos processos e ciclos da vida de uma floresta, nas culturas de povos tradicionais e nos conhecimentos acadêmicos

com um forte propósito de produzir alimento. Reúne num mesmo espaço hortaliças, frutíferas e culturas, tudo isso consorciado com as plantas nativas de onde se está implantando o sistema agroflorestal. Com a agrofloresta a terra sempre melhora de qualidade, de vida e sara as suas feridas.

A legislação brasileira, em diferentes instrumentos legais tem definido sistemas agroflorestais como sistemas de uso e ocupação do solo em que plantas lenhosas perenes são manejadas em associação com plantas herbáceas, arbustivas, arbóreas, culturas agrícolas, forrageiras em uma mesma unidade de manejo, de acordo com arranjo espacial e temporal, com alta diversidade de espécies e interações entre estes componentes. A prática agroflorestal envolve captar e entender como os processos vitais, os ciclos biogeoquímicos e as relações ecológicas estão acontecendo, identificando como potencializá-los para o aumento de fertilidade, produtividade e biodiversidade naquele espaço. Fazer agrofloresta é manter um diálogo constante com o ambiente natural, conversando com seus processos e relações, perguntando o que é mais adequado ao seu fluxo e, ao trazer sua contribuição a este fluxo, receber dele a produção de alimentos. Assim, fazer agrofloresta é, também, educar-se ambientalmente.

O Caminho decidiu efetuar a implantação do sistema agroflorestal uma vez que unir desenvolvimento humano à preservação ambiental faz todo o sentido nesses tempos contemporâneos. Falar em saúde do planeta é seguramente considerar a saúde mental dos seres humanos. A proposta do Caminho está diretamente relacionada à possibilidade dos egressos reestabelecerem seus vínculos saudáveis com a Terra e e refletirem acerca das temáticas que compõe os eixos básicos do projeto nas atividades educativas emancipatórias por essa área propiciada.

Os objetivos do Sistema Agroflorestal (SAF) no Caminho dizem respeito à implantação de uma agrofloresta de 640 m² com árvores frutíferas, hortaliças e culturas, contando com a participação dos caminheiros, condôminos e, grupos e indivíduos da sociedade; criação de um método que permita a replicação da ferramenta agrofloresta em outros terrenos vinculados aos participantes; criação de uma relação de cooperação entre os participantes baseado na troca de sementes, informações, experiências e apoio nas diversas atividades; criação a Casa de Sementes Criolas do Caminho.

Para tanto, um cronograma de atividades foi montado e partimos para a observação do terreno e para o estudo da sua localização geográfica. Além disso

aprendemos a fazer a análise do solo e realizamos quatro perfurações próximas aos vértices do terreno utilizando trado, enxada e chibanca. Aprendemos ainda a fazer a análise física do terreno, se arenoso ou argiloso. Amostras foram levadas ao Laboratório de Solos da Universidade Federal do Ceará- UFC visando fazer a análise química e coletou-se amostras biológicas que foram analisadas pela UECE. Além disso, aprendemos sobre o clima, entendemos a direção do e intensidade do vento e como analisar a série histórica a partir da pluviometria. Nesse processo alguns cursos foram realizados em paralelo tais como o de Jardim comestível e de Produção de Mudas. Fizemos ainda a análise da disponibilidade hídrica e da vegetação nativa, bem como do histórico do uso específico daquele solo.

Os estudos realizados nos fizeram compreender e optar por insumos que seriam mais condizentes com o tipo de terreno, no sentido de torna-lo capaz para o plantio. O calcário, o esterco, o pó de pedra foram os escolhidos para corrigir o solo. Partiu-se então para a capinação do local e aragem da terra, aproveitando a matéria orgânica pra trituração e arremesso ao solo. Troncos e folhas de árvores foram podados.

Um incrível planejamento do sistema de agrofloresta definiu os consórcios e espaçamentos entre as plantas, observando a ocupação das raízes e dos estratos de cada espécie para evitar competição, considerando as plantas que apreciam sol da tarde e sol da manhã. Os canteiros foram marcados com largura de 1,2m e comprimento do terreno, reviramos o solo de 10 a 15 cm deixando as bordas mais elevadas, colocamos o esterco e cobrimos com a matéria orgânica triturada, observando a inclinação do terreno e o movimento do sol. Definidos os canteiros de produção e canteiros de cobertura, reunimos as ferramentas e equipamentos tais como enxada, pá, garfo, rastelo, chibanca e triturador, partimos para o plantio.

A sequência do plantio envolveu as mudas de árvores, bananeiras, manivas e tubérculos, mudas de hortaliças e por fim sementes e colocamos os troncos perpendiculares aos canteiros. Na sequência, aprendemos sobre manejo, podas, arejamento das copas, evitação de ataques de fungos e a respeitar o ciclo da produção de flores e frutos.

Fortaleza nos conta a sua experiência de trabalho junto a natureza,

Minha relação com a natureza mudou. Antigamente eu destruí a natureza, hoje eu tenho que construir, preservar. A natureza é aprendizagem. Vejo isso no modo como a mãe protege o filhote ou como ele se camufla para se

proteger. As árvores precisam de cuidado. Antes eu trabalhava em um sítio, limpava, aguava. Eu não via. Tinha outro espírito. Só vivia drogado e bêbado. Só hoje tenho um novo espírito. Tinha amor a droga, não via nada.
.(Fortaleza)

Fortaleza nos mostra a grande mudança de visão. Antes do cárcere ele trabalhava em um sítio, mas não tinha olhos de ver. A sua condição de atravessamento pela droga não permitia a ampliação de sua percepção. No entanto, infere-se que o fato de participar de atividades práticas e reflexivas em que podia opinar, ter vez e voz, o fez pensar sobre a sua realidade e tomar novas posições existenciais.

Indagados sobre as atividades realizadas na Agrofloresta e se elas mudaram a sua relação e visão sobre a natureza, assim se posicionaram os entrevistados:

Minha visão sobre a natureza mudou muito. Foi algo que me deu novas idéias e ensinamentos que trouxeram a palavra. Quando cheguei aqui, e isso se deu no mesmo dia em que sai do presídio olhei a paisagem desse lugar, o ar puro, a harmonia e o sossego. Gostei muito. Comecei a fazer as atividades aqui e elas tem servido como uma terapia, algo que vai me preenchendo. Eu tenho tido muitas idéias de um trabalho honesto, de ganhar o dinheiro com o suor do meu rosto e isso eu percebi que é muito bom lidar com a natureza e sentir paz. (A voz que clama no deserto)

Há que se destacar no depoimento de “A voz que clama no deserto” que a experiência que ele teve de contato com a natureza o fez prestar atenção no sentido do trabalho e expandiu sua percepção sobre a realidade e sobre si mesmo. O exercício de suas atividades junto a natureza, o fez ter novas idéias, ampliando o seu potencial criativo e suas potencialidades. Vale ressaltar que atualmente o caminheiro desenvolve ações de artesanato, confeccionado arte em madeira e jarros.

A semente adubada assim relata suas experiências com a natureza,

Preencheu um vazio. Às vezes passava por uma planta, natureza, animal, pássaro e não via o seu valor. Aprendi a plantar, a cuidar, a cultivar e saber que na natureza há vidas que precisam ser cuidadas. O homem também pode agir, olhando com um olhar especial para a natureza. Quando pequeno usava estilingue para matar os animais. Aqui convivo com eles. Vi um tejo hoje e vi que ele era um ser vivo que precisa ser cuidado. Eu era um perseguidor quando tinha 15, 16 anos de idade. A gente observa a natureza e pensa...vamos esperar só a chuva...não , temos que interferir, cuidar, podar, colocar adubo. Mudou a minha forma de ver o mundo porque a gente entra numa empresa visa o dinheiro. Aqui a gente tem tudo. Eu trabalhava em uma empresa e nem recebia um bom dia. Alguém aqui passa por mim dez vezes e eu recebo 10 cumprimentos. Tenho recebido muitos abraços. Volto pra casa realizado. (Semente adubada).

Observa-se que “A semente adubada” sai de uma posição de relação predatória com a natureza, para outra de valorização da vida. Ele ainda explicita que quando trabalhava em uma empresa visava o dinheiro, mas hoje a relação com o dinheiro parece sofrer alguns questionamentos. Ele lembra de um trabalho que realizava antes de ir para a prisão, desprovido de sentido e completo de relações sociais mercantilizadas e compara com as experiências relacionais vivenciadas no Caminho.

4.3.3 As Sementes dormidas preparam-se para renascer: As experiências com a Casa de Sementes

A semente é um ponto crítico para iniciar qualquer sistema agroecológico ou agroflorestal. Existe uma sistemática do agronegócio para substituir as sementes crioulas por sementes híbridas ou transgênicas, elas sequestram do agricultor a autonomia, a independência e a saúde de todos. As casas de sementes surgem como ilhas de prosperidade, diversidade, saúde e alimento para diversos agricultores guardiões das sementes elaboradas pela natureza. Sendo assim, fortalecendo esse propósito, o Caminho resolveu criar, manter e ampliar a sua Casa de Sementes. Prover com sementes, essencialmente crioulas, de qualidade e selecionadas todos os terrenos dos caminheiros que estão nessa missão foi o objetivo da casa de sementes do Caminho.

Preservar e multiplicar as sementes crioulas espelhando-se nas práticas das comunidades e povos indígenas de guardiões das sementes, tendo em vista o resgate de parte importante dos nossos recursos genéticos foi outro dos objetivos, além de promover as trocas de saberes, informações e sementes entre os participantes e comunidades do Caminho.

Esse trabalho contou com a participação dos caminheiros egressos do sistema penitenciário e também de outros grupos de pessoas que vinham de diversos lugares da cidade de Fortaleza: eram aposentados, profissionais liberais, estudantes, entre crianças, jovens e adultos. Nem todos eram voluntários do CAMINHO, ali se encontrando apenas nos dias de trabalho da agrofloresta. Minha presença nessas atividades se deu utilizando o instrumento da observação e ação participante, me inserindo em todas as atividades.

No que tange à casa das sementes, um aprendizado mútuo se processou, uma vez que todos tinham algo para aprender e para ensinar sobre sementes. Desde a memória ancestral que aparecia nas reflexões até as informações mais depuradas sobre a temática, todos se engajaram no processo da criação da referida casa. Dicas para coleta de sementes, a coleta das sementes propriamente dita, a escolha das sementes de frutos e legumes orgânicos, do tipo de sementes, se sexuadas ou assexuadas, secas ou dormidas; formas de armazenamento e etiquetagem; procedimentos de secagem em peneira, no sol na sombra; como e em quanto tempo; elaboração do manual da casa de sementes do Caminho; estudo das experiências exitosas externas; resgate da memória familiar sobre o assunto e observação in loco de sementes crioulas, foram as atividades realizadas.

Um quantitativo de sementes e mudas necessárias para a realização da etapa posterior de plantio foi dimensionado e todos os participantes tinham a missão de encontrar nessa etapa, as sementes necessárias para atingir esse objetivo. Uma estratégia que foi muito utilizada para coletar sementes de frutíferas foi consumirmos frutas orgânicas. Depois de consumir a fruta, lavávamos, secávamos à sombra e guardávamos na Casa de Sementes do Caminho. O professor que nos orientou nesse processo fez vários contatos com entidades que trabalham com atividades de agroecologia e agrofloresta, objetivando aumentar o patrimônio de sementes do Caminho.

Portanto, as principais atividades relativas à montagem da casa de sementes concentraram-se em coleta-las, organiza-las, trata-las e armazena-las na Casa de Sementes do Caminho. Vale ressaltar que essa coleta envolveu as atividades de trilha pela mata do Caminho, para reconhecimento da vegetação local e retirada de sementes de espécies nativas. Essa experiência de contato com a mata foi considerada por todos muito especial, uma vez que permitiu ao grupo entrar em contato com aspectos desconhecidos, além de ter causado um efeito de reconexão homem/natureza.

Tais atividades se realizaram ao longo dos anos de 2016 e 2017. O ano de 2018, caracterizou-se por alguns algumas interrupções nessa atividade. No entanto o seu planejamento foi efetuado no final de 2018 e contou com a participação dos caminheiros em um processo de construção conjunta, entre eles e o corpo gestor. Foram definidas metas de trabalho conjunto, os responsáveis pela atividade, os critérios de qualidade para a sua execução, os graus de autonomia para realiza-las,

as condições e que resultados almejavam. Além disso todo o processo foi reconstituído, uma vez que fizemos a descrição das atividades passo a passo, até a razão de ser, sentido e finalidade do trabalho com as sementes.

Indagados sobre o que consideraram de mais importante no aprendizado sobre as sementes, assim se posicionaram os caminheiros:

A semente é um começo, é uma vida, é um cuidado que temos que ter pois ela vai se progredir. Muitos dizem que alguém nasceu pra semente. Dentro de nós temos uma semente que precisa nascer. Plantar uma semente exige um processo, tem que colocar na fundura certa, aguar. Tudo tem um começo. Eu comecei, para isso tive que ser aguado, para que girasse em mim e nascesse uma vida nova. (A voz que clama no deserto)

Penso no processo de construção das categorias de análise da realidade social aqui estudada. Vemos aqui um elenco de construções comparativas que “A voz que clama no deserto” faz entre o trabalho realizado e a forma de posicionar-se diante da sua realidade. A lei da mediação recíproca parece estar subjacente à fala do caminheiro, uma vez que ele articula sua ação prática de cuidar da semente aos fenômenos e ao conjunto de relações nas quais ele se encontra inserido existencialmente. Vale ressaltar aqui, que essa operação racional, envolve a sensibilidade de perceber para além da aparência da ação, aspectos intrínsecos e essenciais, correlacionando-os à sua vida prática.

Aprendi que todas as sementes não são exatamente iguais. Existem dois tipos de sementes: as sexuadas, que tem dois embriões e as assexuadas que são tiradas de uma plantinha já crescida. As sexuadas, nunca darão plantas iguais. As assexuadas quando germinadas sairão igual a planta matriz, como seus pais. Pensava que era tudo igual. (A semente adubada)

Vi na fala da “Semente adubada” sua perplexidade e encantamento pela descoberta de algo muito novo e que diz respeito ao conhecimento já adquirido de longa data pela ciência. No entanto, o caráter de novidade me fez lembrar que o processo de tornar o indivíduo membro do gênero humano se dá quando ele vai se apropriando do patrimônio material e espiritual constituído pela sociedade ao longo de um processo histórico. O que não obstaculiza tal apropriação é o que vai dar a esse sujeito a possibilidade de desenvolver-se como ser em sua integralidade.

Cada vez mais a gente descobre algo novo. Tem delas (as sementes) que a gente precisa ferver para quebrar a dormência e também precisa de terra boa. Nunca uma semente vai ser igual. Penso naquela fruta linda. Se eu plantar a semente dela, não dará uma fruta exatamente igual àquela que eu vi. E é

assim a vida da gente. Os filhos da gente são assim, nunca vão ser iguais a nós. (Fortaleza)

Fortaleza nos revela a capacidade humana de refletir, a partir de suas ações e do seu trabalho sobre a realidade concreta, o que lhe permite efetuar comparações, estabelecendo conexões objetivas e subjetivas. A análise do processo real, objetivo resulta da atividade de indivíduos concretos. Essa é a característica ontológica do ser social, que é capaz de transformar a natureza, através do trabalho, ao mesmo tempo em que, refletindo sobre ela, dá-se conta da sua subjetividade e das suas relações sociais daí decorrentes.

4.3.4 Um Viveiro De Transformações

Um viveiro de mudas foi reativado no Caminho. Aprendemos a extrair galhos que serão plantas no futuro e a cuidar das mudinhas, tal como se cuida de bebês. Água, bom solo e proteção foram as regras básicas. Na divisão de tarefas e responsabilidades, à Voz que clama no deserto coube o trabalho de gerenciamento do viveiro. Inicialmente o caminheiro considerava que tinha muita coisa para aprender, não se sentia imponderado para o exercício dessa atividade. Passados alguns meses, o viveiro de mudas se encontra todo organizado e com um patrimônio de mudas considerável, abrangendo principalmente as plantas ornamentais.

Indagados como foi para eles realizar as atividades de planejamento das atividades relativas ao meio ambiente e construção dos canteiros, assim se posicionaram os caminheiros:

Aprendi a ter o amor e a misericórdia, a ter zelo com as coisas. Através de um começo que tive está clareando mais o aprendizado. Tenho idéias de fazer, fabricar, produzir, fazer modelos de jarros. Criar coisas interessantes para embelezar a natureza e o jardim. Esse aprendizado foi bom porque aprendi a mexer, preparar a terra, fazer misturas para alimentar a planta. Aprendi a criar responsabilidade que eu não tinha nem comigo mesmo. Preciso exercitar e zelar. Vamos nos edificando a partir disso e da nossa saúde espiritual. (A voz que clama no deserto).

Uma diferença significativa foi se processando no discurso e na ação vivenciada por esse caminheiro. Observa-se nesse depoimento que a práxis cotidiana produz, segundo Lessa (2012:58) “Uma concepção genérica acima do existente que, com maior ou menor consciência, termina por justificar cada uma das opções dos

indivíduos”. No decorrer das atividades desenvolvidas, foram aparecendo uma série de habilidades até então desconhecidas. A voz que clama no deserto passou a descobrir-se criando, além de visualizar-se aprendendo com as experiências.

Trabalho na limpeza da casa e das flores, capinação. Comecei a plantar uma muda de macaxeira e siriguela. Já sei adubar e como fazer o adubo orgânico. Essa experiência me trouxe preenchimento espiritual. Aprendi sobre o valor do atendimento aos outros. É como se aqui fosse a raiz de uma árvore. Aprendemos muitas coisas e temos oportunidades. (semente adubada)

O depoimento acima nos mostra o aprendizado dos processos de trabalho e sua rotina. No entanto, chama a atenção o fato de Semente adubada correlacionar o trabalho cotidiano com a sensação de preenchimento espiritual. Penso em Heller () e seus ensinamentos sobre suspensão do cotidiano. Raras são as vezes em que as pessoas não se deixam intoxicar por esse cotidiano. Raras são as pessoas que o rompem ou o suspendem concentrando suas forças em atividades que as elevem desse mesmo cotidiano e lhes permitam a sensação e a consciência do ser humano total, em plena relação com o humano e a humanidade do seu tempo. A intensidade de uma grande paixão, o trabalho livre e prazeroso, uma intensa motivação, o encontro com o seu desejo mais íntimo, são exemplos de suspensão do cotidiano, assim como a experiência relatada por Semente adubada.

No começo eu ficava um pouco chateado, achava sem noção, talvez porque não tivesse participado de nada disso antes...depois foi uma maravilha. Vi pessoas de vários níveis sociais trabalhando juntos, igualmente. Vi uma agrofloresta de pessoas, juntas num só objetivo só que era preservar a natureza. O professor ensinava muitas coisas, embora as vezes eu não quisesse. Via o quanto o professor amava a natureza e aprendi com isso. No planejamento achava meio chato, depois quando comecei a prática, vi a coisa funcionando em nossa vida, tudo bem,...é preciso ter planejamento em nossa vida...até para encontrar uma mulher é preciso planejar.(Fortaleza, caminheiro)

Os depoimentos acima destacados ressaltam o aprendizado sobre a práxis do trabalho em todas as suas etapas e como esse aprendizado muda a forma de pensar sobre o mundo, a relação com as outras pessoas e sobre suas posições existenciais diante da vida. Penso nas modificações quantitativas e lentas que subitamente desencadeiam transformações, tal como se define uma das leis do método dialético. Fortaleza percebeu o movimento que vai do concreto vivido para o concreto pensado e esse processo parece tê-lo feito ver de modo diferente a mesma situação. LESSA (2012), nos diz que o controle do homem sobre si próprio, seus hábitos, sentimentos, afetos, dentre outros, torna-se algo imprescindível à concreção

do sentido de finalidade, cuja operação só pode ser realizada quando ele efetua um distanciamento de si e vê-se em novas perspectivas.

As atividades correspondentes a essa segunda etapa foram muito intensas e permeadas por um movimento dinâmico e contraditório. Reflexões acerca da necessidade de serem estabelecidos vínculos diferentes daqueles preconizados pelo mundo do trabalho, foram abordados e discutidos em grupo. Observei ao longo dessa atividade as dificuldades dos caminheiros de estabelecer relações diferentes daquelas vivenciadas na prisão, calcadas, no medo, na desconfiança, na lei do “olho por olho, dente por dente”, no egoísmo, tão comum na sociabilidade do mundo do trabalho.

Alguns de nós aqui apontamos para o outro fazer e eles mesmos não fazem (Fortaleza, caminheiro).

Parece que há um disse-me disse sobre quem deixou de fazer as coisas. A gente tem que quebrar a ideia que um atrapalha o outro. (Mercúrio, caminheiro).

Ampliando o raio de visão sobre a forma de se relacionar no trabalho, o grupo passou a refletir sobre os entraves que eles identificavam e a negociar com o grupo novas formas de gerenciar o trabalho. Refletindo sobre tais processos, seguem alguns fragmentos de escuta:

Muitas vezes temos vontade de fazer as coisas, mas não conseguimos. Ora me chama para uma coisa, ora para outra. Não me sinto com capacidade de decisão. Tô louco pra tirar essas macaxeiras e plantar roçado. (Fortaleza, caminheiro).

Estamos fazendo as coisas por etapas, mas a gente deve ter cuidado para não pensar que o trabalho deve ser feito isoladamente. Que a gente possa fazer junto e ir junto até o fim. Vamos organizar e manter. (A voz que clama no deserto, caminheiro).

O mutirão não está acontecendo. Todos precisam ajudar. (A semente adubada)

Cova não, porque cova é de morto. O negócio aqui é berço (Fortaleza ensinando a arte de plantar sementes).

Precisamos aprender a saber falar com o outro. A pessoa deve querer ajudar. Somos três aqui. O importante não deve ser as coisas nossas individuais. Devemos pensar no todo e em todos. Se ponho um jarro pra vender ele é de todos nós. Devemos melhorar os horários, cumpri-los de acordo com o combinado, fazer as coisas no tempo certo, nos organizando e arrumando as ferramentas. Devemos manter cada um tomando conta da sua área, sem deixar acumula as tarefas. Não devemos esperar só os momentos de mutirão. Devemos pensar em não atrapalhar o outro. (A voz que clama no deserto).

Eu ainda não entendo muito da agricultura, mas precisamos de maquinários e equipamentos. Hoje ainda é muito manual pois temos muito terreno e precisamos aproveitar os espaços. (A semente adubada)

Sugiro que quando uma pessoa está fazendo um trabalho devem a deixar terminar para chama-la pra outro serviço. (Fortaleza)

Essa temática foi objeto de muitas reflexões. Fazíamos reuniões de planejamento e concomitantemente íamos colocando em prática. Um processo interessante se instalou: conversávamos sobre o que era vivenciado na prática da agricultura e na sequencia refletíamos sobre nossas ações. Ao se estabelecer um processo de reflexão sobre a prática, os caminheiros voltavam para o campo mais seguros de si, do trabalho que estavam executando e o seu sentido, além de terem aguçadas as suas percepções e ampliado a sua consciência sobre o que era vivido ali. Esse trabalho de planejamento durou cerca de dois meses. Grande parte dele já foi colocado em prática. Atualmente o Caminho já está participando de feiras agroecológicas, onde vende os alimentos orgânicos produzidos na horta, as mudas e os jarros artesanais.

Ao longo de todo esse processo houve um trabalho de capacitação em que os caminheiros foram visitar locais de produção de mudas e alimentos, em outras localidades fora de Fortaleza, além de participarem de curso de confecção de mudas, adubos, flores e etc.

Destacando as experiências de ensinar e aprender, os caminheiros foram indagados se vivenciaram alguma situação onde, além de aprenderem também ensinaram alguém do grupo a realizar alguma atividade. Assim eles se posicionaram,

Aprendi a ter zelo com a vida. Assim como cuidamos de uma planta, Deus cuida de nós. É exercitar a atividade em nós. Eu ensino através das minhas atitudes. Através delas eu tenho mostrado as pessoas que há possibilidades de se regenerar e mudar. Só manteremos isso através da palavra. Perseverar e fazer a leitura da palavra de Seus. Não só orar, mas tomar atitudes, como uma planta, que a gente tem que aguardar todo o dia, senão o semblante cai. (A Voz que clama no deserto).

O depoimento da Voz que clama no deserto nos mostra que o trabalho é capaz de modificar também a natureza do homem que o realiza. Lessa (2012) refletindo sobre o pensamento de Lukacs nos diz que o ser social ao transformar a natureza, converte a causalidade em causalidade posta e isso gera por conseguinte impactos na construção da humanidade e das individualidades enquanto substancialidades genéricas.

Falo sobre o que vivo no Caminho para os outros. Comento na minha casa o que aprendi. Aprendo com o que os outros falam. Tenho aprendido com a escuta. Tento passar para os meus filhos sobre a minha experiência aqui. Eles já frequentavam aqui antes de mim e respeitam muito essa casa. Um

tem 5 e o outro 9 anos. Eles querem plantar, limpar e colher frutas, pedem até os materiais para fazer isso. (A semente adubada).

Tal afirmação da Semente Adubada nos mostra a transmissão como elemento primordial do processo de ensinar e aprender. A ação educativa aqui tem forma de ação moral, que implica em consciência, compreensão e conhecimento e que se articula com o ato de ensinar. Essa reflexão evocou-me a lembrança dos ensinamentos de Lukacs sobre a fala como um complexo social. Ela é parte do mundo dos homens e “indispensável ao processo de acumulação/generalização que caracteriza a continuidade social (Lessa, 2012:180)”. Relevante então pensar sobre a palavra, uma vez que ela se encontra no centro da ação educativa. Faz parte do campo de trabalho do educador. Ora, o educador deve transmitir a mensagem da forma mais precisa possível. A mensagem vem imbricada de teoria e articula-se em um movimento dialético com a prática, com todos os seus encontros e desencontros, mediatizados pela divisão social do trabalho que condiciona a visão sobre as temáticas os caminhos a seguir. No entanto, além desses aspectos outros estão presentes tais como o par ensino e transmissão e não somente ensino e aprendizagem.

Para além daquilo que se quer ensinar, se transmite algo mais, algo que não se pretendia dizer. A presença subjetiva do professor/educador está o tempo todo nessa relação: quando ele se põe a ensinar, não pode impedir que seu inconsciente possa se manifestar no a mais que ele pretendia dizer. Semente adubada fala sobre seu aprendizado e ensina seus filhos. Ele não pode impedir, por exemplo, que aquilo que ele recalcou de sua história se reflita no fato de ver naquelas crianças a criança que ele foi um dia. Há então nessa fala, uma presença subjetiva. O ato de ensinar e aprender é permeado por essa subjetividade de modo dialético, tanto para aquele que ensina como para aquele que aprende..

Várias coisas eu ensinei. Ensinei com muita satisfação um caminheiro a plantar. Ensinei pessoas que vem de colégios visitarem o Caminho, sobre a importância da natureza, sobre como devemos cultivar a terra, plantar e podar. Teve mãe que veio até agradecer. Fiquei todo imperioso, porque nunca sabia de nada e agora estou até dando aula pra tanta gente, coisa que de primeiro eu só sabia arrancar. O Shalon me contrata pra eu ajudar na plantação. Tenho um amigo que conhecia do tempo do crime que tem um sítio. Você acredita que ele me liga pra pedir informações, pra eu ensinar algo sobre plantas, como trata-las! Nunca imaginei, justo ele que me conhecia no tempo em que eu não sabia nem quem eu era.(Fortaleza)

Fortaleza nos mostra que ninguém passa por um processo de educação sem tornar-se maior como ser humano, sem sair transformado. A educação é capaz de promover momentos de ruptura com os velhos padrões e paradigmas enraizados no sujeito, numa dinâmica processual singular, que leva à afirmação do novo. No entanto tal processo não se dá de maneira contínua ou retilínea, nem mesmo na mera negação do existente, mas ocorre em um movimento de síntese, posterior à negação da negação, onde se afirmam novas categorias essenciais ao ser, agora renovado. “Quanto mais a gente ensina, mais aprende o que ensinou.” (A voz que clama no deserto)

Sobre o ensinar e o aprender a Voz que Clama no Deserto nos mostra, que a educação é um processo exponencial que se multiplica por si mesma com sua própria realização. A educação reproduz a cultura existente e forma novos parâmetros culturais fazendo do homem um ser em permanente processo de aprender para ensinar, construtor de si mesmo e da história através da ação.

Perguntados sobre que contribuição as experiências com o meio ambiente trouxeram para a sua vida pessoal, assim os caminheiros se posicionaram,

Trouxe muita alegria e esperança e algo que estou enxergando de um caminho melhor para mim, um caminho de possibilidades de conquistar aquilo que a gente acha que não vai conseguir. O Caminho me dá forças e segurança. Eu preciso acreditar que as pessoas acreditam em mim e eu me sinto muito forte. (A voz que clama no deserto).

Por esse pouco tempo, a solidariedade, a graça, a misericórdia e a carência de alguém que pode ser respondida, fazendo o bem sem olhar a quem. Aqui nos tratam sem querer saber do nosso passado, mas com amor ao próximo. Eu aprendo com isso. Aprendo a receber amor e a doar amor (A semente adubada).

Observa-se nos depoimentos apresentados que as experiências de conexão com a natureza, mediatizadas pelo trabalho, se revelam também em associação com os aspectos subjetivos e psíquicos. O processo vivido permitiu reconstituir uma teia de relações emocionais e cognitivas a partir do meio ambiente, trazendo impactos na sua subjetividade.

Indagados sobre quais processos vivenciados no meio ambiente você considera que necessita ainda de um maior aprendizado:, assim os caminheiros se posicionaram.

Quero aprender como eliminar as pragas sem afetar as plantas com veneno. (A voz que clama no deserto)

Preciso aprender sobre tudo, porque estou aqui a pouco tempo. Cada dia aprendemos algo aqui.(A semente adubada)

Sempre tenho algo a aprender. Preciso saber como fazer enxerto em plantas e em como fazer mudas precoces.(Fortaleza)

Sabe-se que todo o conhecimento, ciência e técnica não foi produzido ou conquistado individualmente Ele é produto da raça humana a que pertencemos e foi produzido em um longo processo histórico. Interessante é observar que as respostas dizem respeito a um conhecimento já adquirido. Tal conhecimento está seguramente baseado na experiência de cada um e nas reflexões que fizeram acerca dessa experiência, no dia-a-dia de trabalho no Caminho.

Por fim, uma última mensagem cabe destaque,

Nunca desistir de ninguém. Todos merecem uma chance. Não devemos ver os defeitos e sim as qualidades. O Caminho constrói. Eu pensava que a minha vida não tinha jeito, pensava que minha vida era o mundo do crime e que eu ia tombar nessa condição. Eu era perverso e Caminho tirou isso de mim. As pessoas deveriam escutar os voluntários do Caminho, porque eles tem muito a passar pra gente. (Fortaleza)

Parece certo inferir que a avaliação de cada indivíduo faz dos seus atos e de si próprio, enquanto individualidade como nos ensina Lukacs (2012), está articulada à concepção mais geral das referências do mundo de onde vem, mas também das experiências que obteve. Percebe-se na fala do caminheiro que o outro (representado aqui pelo Caminho), não se constitui mais como uma ameaça, mas como um parceiro de luta.

Chamando (ATHAYDE e SOARES 2005: 32), para completar essa reflexão, eles assim se posicionam,

Há uma fome mais funda que a fome, mais exigente e voraz que a fome física: a fome de sentido e de valor; de reconhecimento e de acolhimento; fome de ser – sabendo-se que só se alcança ser alguém pela medição do olhar alheio que nos reconhece e valoriza. Esse olhar, um gesto escasso e banal, não sendo mecânico – isto é, sendo efetivamente o olhar que vê – consiste na mais importante manifestação gratuita de solidariedade e generosidade que um ser humano pode prestar a outrem. Esse reconhecimento é a um só tempo, afetivo e cognitivo, assim como os olhos que vêem e restituem à presença o ser que somos.

Invertendo as posições ao longo da vida, Fortaleza diz da necessidade dessa crença se estender aos outros, a nós todos: “ Todos merecem uma chance”.

5 CONCLUSÃO

É fato que os egressos do sistema penitenciário precisam encontrar um lugar de retorno ao convívio em comunidade, assumindo seus direitos e deveres no contexto da sociabilidade capitalista, pois afinal é ela que aí se põe como estrutura nos tempos contemporâneos. Mas que lugar seria esse?

Pergunto-me ainda se realmente esses sujeitos egressos do sistema penitenciário, se afastaram dessa sociedade, ou se ela própria tratou de coloca-los no lugar que a lógica capitalista lhes atribuiu. De alguma forma esses sujeitos são egressos de um lugar, o lugar do humano que não deu certo, o lugar do inominável, do lixo social.

Vimos ao longo desse trabalho que a sociedade capitalista parece precisar desse excedente para manter-se em equilíbrio homeostático. Então, a sociedade precisaria desse contraste, um contraste que nos dá a ilusão de que ela está em pleno funcionamento em detrimento dos que não se adéquam, dos que nunca se encaixam. Eles provavelmente nunca se encaixarão mesmo, pois seres humanos não são peças a serem colocadas nos lugares certos. Há lugares possíveis, nesse contexto desigual, alienante e porque não dizer enlouquecedor.

Então, ao sair de um sistema penitenciário, tendo cumprido uma pena, ou várias, que lugar estaria a ele reservado? Estatísticas mostram que o nível de reincidência ou retorno ao sistema prisional, em média no Brasil é de 80%, conforme dados do INFOPEN (2016).

Ao sair do sistema prisional, o egresso ganha uma carta de emprego, retorna ao convívio da família ou fica em prisão domiciliar. Ele volta para sua casa, sua comunidade. Às vezes por perseguições e ameaças de morte, o egresso é obrigado a ficar longe de sua casa e de sua família, tendo que abrigar-se em um local protegido.

Aos que se encontram em regime semi-aberto, quando do uso da tornozeleira, seu trajeto é monitorado e as vezes os egresso tem medo de seguir em ônibus e serem reconhecidos por suas vítimas ou inimigos, principalmente se o equipamento apitar. O bairro ou a comunidade onde o egresso vive tem a sua forma específica de convívio, ora apoiando-os, ora rechaçando-os. No caso da cidade de Fortaleza, os bairros são dominados por facções, que muitas vezes travam com eles uma relação de ameaça ou subjugação.

A família do egresso assume posições divergentes e às vezes contraditórias. Ora sustenta a crença que o egresso não retornará ao cometimento dos crimes, ou de maneira consciente ou inconsciente empurra o sujeito para o retorno aos atos ilícitos. No que tange a esse último aspecto, tal postura ocorre muitas vezes porque a família cobra do egresso o mesmo retorno econômico que ele dava, quando estava em associação com o crime e a carta de emprego é incompatível com o montante anteriormente adquirido.

Outras vezes porque a própria família não acredita na possibilidade de mudança do egresso, negando-se em reconhecer seus passos, por vezes pequenos, nessa direção. A drogadição é outra causa, uma vez que a maioria se narcotiza dentro do presídio e esse atravessamento causa uma espécie de dependência que empurra o egresso para a busca pelo sustento do vício.

E o que dizer do olhar do outro? O outro é aquele que representa a alteridade, ou é aquele que espelha o que eu penso dele e de mim mesmo. Especialmente forte é o depoimento recorrente dos caminheiros quanto ao olhar desse outro, atravessado de medo e desconfiança. Um olhar que desacredita.

Se o egresso em regime aberto busca um emprego, esbarra com a solicitação, em entrevista seletiva, da folha corrida que colhe os antecedentes criminais. Ela vai radiografar o passado desse sujeito. Passado esse que parece grudar-se à sua identidade, como uma insígnia, uma tatuagem para a vida toda. Difícil é encontrar empresários, sejam eles pequenos, médios ou grandes que se interessem em empregar pessoas que tiveram passagem pelas prisões. Como se não bastasse a falta de emprego generalizada, ele também não terá lugar, nem se puder candidatar-se a um trabalho.

Então, o que lhe resta? Resta-lhe o “bico”, o emprego informal. No entanto, para fazer um “bico” qualquer, ele precisará ter algum tipo de qualificação. Informações oferecidas pelo INFOPEN (2016), dão conta de que a maioria dos presídios brasileiros não oferecem possibilidades de requalificação profissional. A licença para qualificar-se dentro do presídio deve ser dada pelo poder superior da instituição, o que esbarra com a dificuldade de acesso a esse tipo de serviço pela inexistência de uma política específica que garanta a todos o mesmo direito. Se ele quiser fazer algo, na maioria das vezes, só se contar com a ajuda da família, mas ainda assim, com autorização judicial. Sem qualificação específica, sem direcionamento, se ainda resistir em voltar para a ilegalidade, seu foco será nas

atividades mais simples. Trabalhos operacionais na construção civil, artesanatos simples, como caseiros e zeladores, dentre outros, são algumas das possibilidades, que no campo da informalidade podem ou não se apresentar. Enquanto isso, um clamor se instala. As condições materiais de existência gritam por resolução. Como conseguir manter-se equilibrado e sóbrio diante dessa lógica?

Quando chega ao Caminho, o egresso traz na bagagem os hábitos e costumes vivenciados no cárcere. A dimensão da vida cotidiana logo se põe em evidencia. O cotidiano no presídio é caracterizado pelo encarceramento em celas lotadas, sem condições básicas de higiene, onde o medo, a tensão, a insegurança e a desconfiança dentre outros, estão na ordem do dia. A saída do cárcere, desejo a tempos acalentado pelo egresso, provoca uma mudança radical nos aspectos de espaço, psique, sociabilidades, regras de convivência, valores, hábitos dentre outras. Chegando ao Caminho, acontece um choque de realidade. Em termos de espaço, o local está encravado em uma pequena floresta no CEU – Condomínio Espiritual Uirapuru. O egresso encontra escutas, apoios de toda a ordem, espaços de fala e trabalho junto à natureza. Um novo cotidiano precisa ser vivenciado por ele, em parâmetros totalmente novos. Suas lentes de percepção ainda estão atreladas às bases da vida cotidiana do presídio. Um discurso identificado com o crime, a culpa e o passado se faz recorrente. Além disso, há uma nova identidade presente no discurso: “agora estou acertado com a justiça, não sou mais um criminoso.” Mas se não é criminoso quem ele seria? A resposta, ainda emaranhada pela percepção, o remete a um passado anterior ao crime, que aflora a memória de quando era criança ou jovem, das referencias familiares, dos primeiros trabalhos e empregos, dos afetos em geral. A necessidade de falar sobre si, é presença marcante, ainda que o discurso seja por vezes evasivo, truncado, aparentemente escolhido nas palavras certas para não ser prejudicado, uma vez que o sentimento de desconfiança e medo o atravessa.

Um processo de desvelamento da realidade se estabelece a partir dessa contradição. Se o cotidiano é a vida de todos os dias e é a esfera do homem concreto, essa nova ordem, desorganiza os hábitos e modos de ver a realidade, desconstrói e clama por definições. É nessa vida cotidiana que ele se reproduz como indivíduo e reproduz a totalidade social.

Ao longo da pesquisa percebi que a dimensão da vida cotidiana formou uma espécie de platô que contribuiu permanentemente para as reflexões e escolhas que o egresso fez ao longo da sua vida e os efeitos em sua forma de ver o mundo.

Nela, novas formas de perceber o mundo começaram a ser gestadas, tendo a batuta do trabalho como eixo central, uma vez que o cotidiano vivido pelos egressos no Caminho é marcado por atividades das mais diversas ordens, atravessadas que são por reflexões permanentes.

Conhecer as regras de funcionamento do Caminho e os propósitos institucionais, trouxeram segundo relatos dos egressos, impactos, na posição existencial que teriam que ocupar. Participar de trabalhos junto ao meio ambiente? Engajar-se? O que mesmo querem de mim? O que eu sinto e gosto de fazer? Como refaço meus laços e reflito sobre minhas possibilidades? Inicialmente as pretensões em termos de projeto de vida são quase nenhuma. Os egressos, não mais identificados com o crime, muitas vezes saem do cárcere sem muitas expectativas, desresponsabilizados em relação às vítimas e completamente perdidos.

A pesquisa mostrou que a inserção dos egressos em atividades de trabalho junto ao meio ambiente, tem contribuído para favorecer as reconexões entre homem e natureza, perdidas pelo desenvolvimento das forças produtivas contemporâneas que engendraram modos de vida de consumo predatório e em uma razão utilitária. Além disso, o trabalho de transformação do solo para o plantio, o cuidado com as sementes, a plantação de horta e canteiros agroflorestais, a produção de adubo e do viveiro de mudas, o aprendizado das podas de árvore dentre outras, trouxeram como consequência prática ver in loco o processo de transformação da natureza pelo trabalho humano. Esse aspecto modificou as visões sobre as potencialidades humanas e o sentido da vida. Constatou-se que na dimensão do trabalho, seus sentidos foram vivenciados e refletidos a partir da organização da produção com base no trabalho coletivo baseada em uma relação de solidariedade e parceria.

As atividades desenvolvidas no Caminho procuram resgatar a dimensão humana aparentemente perdida e promover uma formação em todos os níveis do ser. Construir conjuntamente uma formação humana articulada com a educação é um grande desafio que na raiz só pode ser realizada a partir da emancipação da sociedade dos grilhões da sociabilidade capitalista. Entende-se que uma formação humana integral remete necessariamente ao acesso por parte dos indivíduos de todos os elementos que contribuem para a sua autoconstrução enquanto generalidade humana. Para tanto, a sociedade deveria eliminar as relações de exploração humana contidas no tipo de trabalho e modo de produção capitalista.

A proposta de formação humana vivenciada no Caminho, com todas as dificuldades, contradições e percalços estabelece uma relação de ensino e aprendizagem calcada em um cotidiano onde o trabalho, a educação e a vida estão em permanente interação. A pesquisa revelou que todos os que fazem o Caminho, egressos e voluntários, constroem saberes conjuntos de acordo com suas experiências passadas e presentes, suas memórias e suas histórias, como sujeitos situados, a tal ponto que exercem os papéis de educador/professor e educando/aluno concomitantemente se revezando na função de ensinar e aprender.

As experiências educativas de aprender e ensinar, presentes no cotidiano do trabalho no meio ambiente, ao meu ver tem caráter emancipatório, uma vez que são capazes de contribuir para a ampliação de suas visões de mundo em uma perspectiva crítica e comprometida socialmente.

Vale ressaltar que dos 160 egressos que já passaram pelo Caminho, 40% conseguiram um posto de trabalhar no mercado formal. 30% estão desenvolvendo atividades por conta própria e/ou prestando serviços, como gesseiros, pedreiros, vendedores ambulantes, confeitores dentre outras. 30% continuaram mantendo vínculo institucional com o Caminho, participando de atividades e colaborando com ações institucionais. Outros resultados foram aferidos a partir do relato das famílias e dos egressos, explicitando que a participação deles no projeto vem provocando mudanças no contexto da vida pessoal, familiar, social e econômica de todos.

Sim, as experiências de ensinar e aprender vivenciadas no PROJETO TEMPO DE SER CAMINHEIRO: CAMINHO DE FORMAÇÃO PARA A VIDA – CONQUISTANDO A LIBERDADE, contribuem para a ampliação da consciência sobre o trabalho, a educação e a própria vida dos caminheiros.

Considero essa experiência radical, no modo como articula, organiza, reflete e age no seu propósito que é o de realizar um trabalho diferenciado com os egressos do sistema penitenciário. Enquanto as políticas contemporâneas acreditam que o modo de lidar com a população carcerária é aumentando as medidas repressivas, esse projeto segue na contramão da história, pois aproveita os espaços contraditórios inerentes à sociabilidade capitalista, para garantir que o egresso ou preso, emerja como sujeito e se articule à outras lutas pela emancipação da sociedade.

REFERENCIAS

ALVES, Alaor Caffé. **Lógica: Pensamento Formal e Argumentação: Elementos para o discurso jurídico.** 3. ed. São Paulo. Quartier Latim, 2003.

ANDER EGG, E. **Introducion a las tecnicas de investigación social:** para trabajadores sociales. 7 ed. Buenos Aires: Editora Humanitas, 1978.

ATHAYDE, Celso; MV Bill; SOARES, Luiz Eduardo. **Cabeça de Porco.** Rio de Janeiro: Objetiva, 2005.

BARATTA, Alessandro. **Criminologia crítica e crítica do Direito penal:** introdução à sociologia do direito penal. Rio de Janeiro: Revan, 2014.

BATISTA, Vera Malaguti. **Difícies ganhos fáceis:** droga e juventude pobre no Rio de Janeiro: REVAN, 2003.

BAUMAN, Z. **Amor Líquido:** sobre a Fragilidade dos Laços Humanos. Rio de Janeiro: Zahar, 2004.

BIRMAN, J. . **Gramáticas do Erotismo.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. (2001)

_____. **Arquivos do Mal – Estar e da resistência.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 2006

_____. A psicopatologia na pós-modernidade. As alquimias no mal-estar da atualidade. **Rev. latinoam. psicopatol. fundam.**, São Paulo , v. 2, n. 1, p. 35-49, Mar. 1999 . Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1415-47141999000100035&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 16 fev. 2019.

BOTTOMORE, Tom. **Dicionário do Pensamento Marxista.** Tradução de Waltensir Dutra. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1988.

CALLIGARIS, C. **Crônicas do individualismo cotidiano.** São Paulo: Ática, 1999.

CAPORAL, Francisco Roberto, José Antônio COSTABEBER, ervásio PAULUS. **"Agroecologia."** Matriz disciplinar ou novo paradigma para o desenvolvimento rural sustentável Brasília Brasília: [s.n.], 2007.

CARDOSO, Limoeiro. **Ideologia de desenvolvimento:** Brasil:JK-JQ. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

COSTA, F. Jurandir. As Práticas Amorasas na Contemporaneidade. **Psychê-Revista de Psicanálise**, v. 3, 1999.

_____. Sobre a geração AI-5: violência e narcisismo. **Violência e psicanálise**, v. 2, p. 117-189, 1984.

DEBORD, Guy. **A Sociedade do Espetáculo**. Rio de Janeiro: Contraponto, 1997.

DEMO, P. **Metodologia Científica em Ciências Sociais**. São Paulo: Atlas, 1985.

DESROCHE, H. **Entreprendre d'apprendre: d' une autobiographie raisonnée aux projets d' une recherche-action**. Paris: Editions Ouvrières, 1990.

DE CHARDIN, Pierre Teilhard. **O Fenômeno Humano**. [S.l.]: Cultrix, 1995.

DUNKER, Christian. **Reinvenção da Intimidade: políticas de sofrimento Cotidiano**. São Paulo: Ubu, 2017

ENGELS, F. **Sobre o papel do trabalho na transformação do macaco em homem**. Edição eletrônica Ridendo Castigat Mores. 1876. Disponível em: <<http://ebooksbrasil.co>>. Aceso em: 5 jul. 2018.

_____. **A ideologia alemã**. [S.l.:s.n.], 2007.

ENRIQUEZ, Eugène. O Outro, Semelhante ou Inimigo? In: NOVAES, Adauto. (Org.) **Civilização e Barbárie**. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

_____. **Organização em análise**. Petrópolis: Vozes, 1997. 302p.

FREUD, S. **O mal-estar na civilização**. (Edição Standard brasileira das obras completas de Sigmund Freud. Vol.21). Rio de Janeiro: Imago, 1976. (Originalmente publicado em 1930).

FOUCAULT, Michel. **Os Anormais**. Curso do Collège de France. São Paulo:WMF Martins Fontes, 2010

Hegel, G. W. F. 1997 **Princípios da filosofia do direito**. São Paulo: Martins Fontes.

HELLER, Agnes. **Cotidiano e história**. Rio de Janeiro: Paz & Terra, 1989.

HOBBSAWM, Eric, J. **Bandidos**. 5. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2015.

IAMAMOTO, Marilda V. **O Serviço Social na Contemporaneidade: trabalho e formação profissional**. São Paulo: Cortez, 2003.

INFOPEN. **Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias**. Brasília. Ministério da Justiça e Segurança Publica, 2017

KARAN, Maria Lucia. A Esquerda Punitiva. **Discursos Sediosos: crime, direito e sociedade**, ano 1, n.1. 2004.

KOSIK, Karel **Dialéctica de lo concreto**: Estudio sobre los problemas del hombre y del mundo. Grijalbo, México: [s.n.], 1967.

LEFEBVRE, Henri – **Lógica Formal, Lógica Dialética**. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 1995.

LESSA, Sergio. **Mundo dos Homens: Trabalho e Ser social**. São Paulo: Instituto Lukacs, 2012.

_____. Trabalho, Sociabilidade e Individuação . **Trabalho, Educação e Saúde**, v. 4, n. 2, 2006.

_____. **Para compreender a ontologia de Lukács**. 4. ed. São Paulo: Instituto Lukács, 2015.

_____. **Cadê a classe operária?** São Paulo: Instituto Lukács, 2014.

_____. Lukács e a Ontologia: uma introdução. **Outubro: Revista do Instituto de Estudos Socialistas**, São Paulo, n. 5, p. 83-100, 2001.

LUKÁCS, G. **Prolegômenos para uma Ontologia do Ser Social**. São Paulo: Boitempo, 2010.

_____. **Para uma Ontologia do Ser Social**. São Paulo: Boitempo, 2013.

_____. **Per una ontologia dell'essere socia1e**. Roma : Riuniti, 1981. v.II.

_____. **Ontologia do ser social: os princípios ontológicos fundamentais de Marx**. São Paulo: Ciências Humanas, 1979.

_____. La peculiaridade de lo estetico. In: LUKÁCS, G. **Estetica I** . Barcelona – México: Ediciones Grijalbo, 1966. pp. 33-81.

_____. Prefácio. In: HELLER, Ágnes. **Sociologia de la vida cotidiana**. Barcelona: Ediciones Península/Edicions 62, 1987, p.9-14.

MADEIRA, Lígia Mori. Consolidação democrática em contexto periférico: o Estado brasileiro e o panorama da violência urbana. **Revista da Ajuris**, Porto Alegre, ano 26, n. 75, p. 267-276, 1999.

Marx, Karl. **O capital**. São Paulo: Nova Cultural. 1985, v. 1, t. 1.

_____. **Elementos fundamentales para la crítica de la economía política (Grundrisse)** 1857- 1858. México: Siglo XXI Editores, 1971. p. 449.

_____. **Manuscritos econômico-filosóficos**. Trad. J. Raniera. São Paulo: Boitempo Editorial, 2004

_____. **Elementos fundamentales para la crítica de la economía política**. [S.l.]: Siglo XXI, 1971.

MELMAN, C. **O Homem sem Gravidade: Gozar a Qualquer Preço**. São Paulo: Companhia de Freud, 2003.

MERITI de Souza, Francisco M.M.C Martins, ARAUJO, Jose Newton Garcia de, organizadores. **Dimensões da violência: Conhecimento, Subjetividade e Sofrimento Psíquico**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2011.

MESZAROS, Istiván. **Beyond Capital: Towards a Theory of transition**. Londres: Merlin, Press 1995

MINAYO, Maria Cecília. **O Desafio do Conhecimento – Pesquisa Qualitativa em Saúde**. São Paulo: ABRASCO, 1996.

MINGARDI, Guaracy. O Trabalho da Inteligência no Controle do Crime Organizado. **Estudos Avançados**, n.61, p. 51-69, 2007

MORAES, Betânia Moreira de. **As Bases Ontológicas da Individualidade Humana e o Processo de Individuação na Sociabilidade Capitalista: um estudo a partir do Livro Primeiro de O Capital de Karl Marx**. 2007. 161f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal do Ceará, Faculdade de educação, Programa de Pós-Graduação em Educação Brasileira, Fortaleza, 2007.

NETTO, J. P. Uma face contemporânea da barbárie. In: ENCONTRO INTERNACIONAL “CIVILIZAÇÃO E BARBÁRIE”, 3., 2010. [S.I.]. **Anais..** [S.I.]: Serpa, 2010.

_____. **Introdução ao estudo do método de Marx I**. Sao Paulo: Expressão Popular, 2011

_____. **“Questão social”**: elementos para uma concepção crítica. Samba, cultura e sociedade: sambistas e trabalhadores entre a questão social e a questão cultural no Brasil. São Paulo: Expressão popular, p. 19-30, 2013.

_____. Crise global contemporânea e barbárie. **Intervenção Social**, n. 9, p. 63-79, 2014.

_____. Para uma crítica da vida cotidiana. In: NETTO, José Paulo; CARVALHO, Maria do Carmo Brant. **Cotidiano, conhecimento e crítica**. 10. ed. São Paulo: Cortez Editora, 2012, pp.65-91.

_____. Capitalismo e barbárie contemporânea. **Argumentum**, Vitória (ES), v. 4, n.1, p. 202-222, jan./jun. 2012.

OLIVEIRA, C. **Marx após Freud: Economia Política e Economia Psíquica**. São Paulo: Humanitas, 2008.

PACHUKANIS, Evguiéni B. **Teoria geral do direito e marxismo**. [S.I.]: Boitempo Editorial, 1988.

PAZ, Octavio. **O Arco e a Lira**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1981.

REALE, Miguel. **Introdução à filosofia**. [S.I.]: Saraiva, 2017.

ROSA, Carlos Augusto de Proença. **História da ciência: da antiguidade ao renascimento científico** / Carlos Augusto de Proença. 2. ed. Brasília: FUNAG, 2012. 3 v.

ROSA M. D., TAECO, T. C.; Berta, S. L. Ética e Política: a Psicanálise diante da Realidade, dos Ideais e das Violências Contemporâneas. **Ágora: Estudos em Teoria Psicanalítica**, v. 9, n. 1, p. 35-48, 2006

ROSA, Carlos Augusto de Proença. **História da ciência: da antiguidade ao renascimento científico**. 2. ed. Brasília: FUNAG, 2012. 3 v.

SALLA, F. **Os impasses da democracia brasileira: o balanço de uma década de políticas para as prisões no Brasil**. Bordeaux: Lusotopie, 2003.

SANTOS, B. de S. **A Universidade no século XXI: para uma reforma democrática e emancipatória da Universidade**. São Paulo: Cortez, 2004

SENET, RICHARD . **A Corrosão do Caráter: as consequências pessoais do trabalho no novo capitalismo**. Rio de Janeiro: Record. 1999.

SILVA, Eduardo ARAÚJO DE. **Crime Organizado: Procedimento probatório**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

SHIMIZU, B. **Solidariedade e gregarismo nas facções criminosas: um estudo criminológico à luz da psicologia das massas**. São Paulo, IBCCRIM, 2011.

TENDLARZ, Silvia Helena. **A Quem o Assassino Mata?: O Serial Killer à luz da criminologia e da Psicanálise**. São Paulo: Atheneu, 2013.

TERRIEN, Jacques. **Docência universitária: instrução ou formação**. Fortaleza: Universidade Federal do Ceará, 2009.

THIOLLENT, Michel. **Metodologia da Pesquisa - Ação**. São Paulo: Cortez: Autores Associados, 1985.

TODOROV, Tzvetan . **La Vida e común: Ensayo de antropología general**, Madrid: Taurus. 1995.

TONET, I. **Educação, cidadania e emancipação humana**. Ijuí. RS: Unijuí, 2005.

_____. Cidadania ou Liberdade. **Revista Perspectiva 19**, São Paulo, v. 2, 1999.

_____. **Método científico: uma abordagem ontológica**. São Paulo: Instituto Lukács, 2013.

VEIGH, Isidoro. **O Próximo: Enlaces e desenlaces do gozo**. Rio de Janeiro: Companhia de Freud, 2005.

WACQUANT, Loïc. **Rumo à militarização da marginalização urbanall**. Rio de Janeiro: Revan, 2007.

_____. **As Duas Faces do Gueto** São Paulo: Biotempo, 2008.

XAVIER, Arnaldo. A Construção do Conceito de Criminoso **Rev. Katál.**, Florianópolis, v. 11, n. 2, p. 274-282, jul./dez. 2008

ZAFFARONI, E. R. **A Questão Criminal**. Rio de Janeiro: Revan, 2013.

ZIZEC, Slavj. **Violência: seis reflexos laterais**. São Paulo: Boitempo, 2014

APENDICE

APENDICE A - Roteiro de entrevista

1. **As atividades realizadas na Agrofloresta Caminho mudaram a sua visão sobre a natureza?**
2. **Como foi para você realizar as atividades de planejamento da agroflorestal e construção dos canteiros?**
3. **O que você considerou mais importante no seu aprendizado sobre as sementes?**
4. **Você vivenciou alguma situação que você ensinou alguém do grupo a realizar alguma atividade? Se sim, qual?**
5. **Que contribuição a experiência da Agrofloresta Caminho trouxe para a sua vida pessoal?**
6. **Você gostaria de dar uma sugestão para melhorar a execução das atividades da Agrofloresta Caminho?**
7. **Dos processos vivenciados agrofloresta qual você considera que necessita ainda de um maior aprendizado:**
 - () sobre solos e adubação**
 - () sobre confecção de mudas**
 - () sobre armazenamento de sementes**
 - () sobre confecção dos canteiros**
 - () sobre plantio de acordo com o sistema SAF**
 - () outro:**